

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA/PPGS**

VAGNER GOMES BIJAGÓ

OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ BISSAU:
o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional

Maceió/AL

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA/PPGS**

VAGNER GOMES BIJAGÓ

OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ BISSAU:
o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional

Dissertação de Mestrado em Sociologia, de Vagner Gomes Bijagó apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, sob a orientação do prof. Dr. Arim Soares do Bem.

Maceió-AL.

2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

B594g Bijagó, Vagner Gomes.
Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional / Vagner Gomes Bijagó. – 2011. 131 f.

Orientadora: Arim Soares do Bem..
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 127-131.

1. Guiné-Bissau – Política e governo. 2. Golpe de Estado, 1980-2003 (Guiné-Bissau). 3. Guiné-Bissau – Pós-colonialismo. Etnicidade. I. Título.

CDU: 316.485.26(665)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

TERMO DE APROVAÇÃO

VAGNER GOMES BIJAGÓ

**Título do Trabalho: "OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ BISSAU:
 O COTIDIANO DO PODER NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE
 ÉTNICA E DA CONSTRUÇÃO NACIONAL.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Arim Soares do Bem (PPGS/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (PPGS/UFAL)

Profª Drª Adélia Augusto Souto de Oliveira (PPGS/UFAL)

Maceió, 03 de junho de 2011.

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*) que depositou confiança na minha formação, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

À minha Tia Muminatu Gagigó que tem me dado todo apoio, após o falecimento do meu pai, meu muito obrigado.

Ao professor Arim Soares do Bem, meu orientador. Tem me mostrado ao longo da nossa discussão outras possibilidades para a construção deste trabalho, e me incentivando nesse processo, meu muito obrigado.

A todos os professores de Instituto de Ciências Sociais, que ajudaram de alguma forma ou de outra na minha formação pessoal e acadêmica, meu muito obrigado.

A Professora Rachel Rocha, pela sua amizade e incentivo, durante o processo da minha formação, e não somente, meu muito obrigado.

Ao Professor Bruno Cesar Cavalcanti, pela motivação implícita, mas verdadeira.

A todos os meus amigos africanos e brasileiros que me ajudaram ou me motivaram no meu estudo, meu muito obrigado.

Ao meu amigo irmão Orlando Mendonça, pela sintonia e colaboração ao longo deste trabalho.

Ao meu amigo Augusto Baticã Ferreira, pela amizade e motivação durante este processo.

Aos meus familiares, tia Minda, Ussai, Senabo, Mamu, Oneker, Toscano, Maguida, Tino, Isnaba e Sãozinha, meu avô Samba Uri Djaló, a minha Avó Albertina Sá, Dulcilina e Maria Amélia Soares Cassama (*in memoriam*) pelo carinho, amor e ensinamentos.

Finalmente agradeço imensamente a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Alagoas – FAPEAL, pelo imprescindível apoio possibilitando a permanência no curso e aquisição dos referenciais bibliográficos indispensáveis ao processo de formação acadêmica.

De igual modo agradeço a Universidade Federal de Alagoas – UFAL/PROPEP, pelo apoio concedido no sentido de possibilitar a minha viagem para a coleta de material na Guiné-Bissau.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado analisa os golpes de Estado e o cotidiano do poder na Guiné-Bissau entre 1980 e 2003, período que sinaliza o primeiro golpe de Estado após a independência e o primeiro golpe a um presidente civil não oriundo da cúpula do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com base em pesquisa qualitativa bibliográfica, histórica e documental, a investigação contextualiza os diferentes períodos atravessados pelo país e reflete sobre as lógicas operantes em diversos momentos dos golpes, bem como sobre os desafios para a construção do Estado nacional num contexto marcado por extraordinária diversidade étnica. A partir desse quadro de referências, o trabalho analisa as causas e conseqüências da cultura de violência em tempos de abertura econômica e democrática, bem como de avanços e recuos na ordenação do social a partir de elementos tradicionais e modernos.

Palavras Chave: Golpes de Estado na Guiné-Bissau. Pós-colonialismo e golpes de Estado na Guiné-Bissau. Estado nacional e etnicidade na Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This Dissertation analyzes the coups and the daily life of power in Guinea-Bissau between 1980 and 2003, a period which marks the first coup since independence and the first coup to a civilian president not coming from the summit African Party for Independence of Guinea and Cape Vert (PAIGC). Based on qualitative research literature, historical and documentary research contextualizes the country traversed by the different periods and reflects on the logic operating at different times of strikes, as well as the challenges to build the nation state in a context marked by extraordinary ethnic diversity. From this frame of reference, the essay analyzes the causes and consequences of the culture of violence in period of economic openness and democratic, as well as advances and retreats in the ordering of social development from traditional and modern elements.

Keywords: Coups in Guinea-Bissau. Post-colonialism and coups in Guinea-Bissau. Nation state and ethnicity in Guinea-Bissau.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGUIBEF** - Associação Guineense para o Bem - Estar Familiar
- AIDS** - Acquired Immune Deficiency Syndrome
- AMIC** - Associação dos Amigos da Criança
- CEA** - Centro de Estudos Africanos
- CECRON** - Célula de ONG Nacional e Estrangeira para a Gestão da Crise na Guiné Bissau
- CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CFA** - Comunidade Financeira Africana
- CIFAP** - Centro de Formação Técnica Igreja Católica
- CNJ** - Conselho Nacional de Juventude
- CONCP** - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
- CPLP** - Comunidade dos Países da Língua oficial Portuguesa
- DST** - Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ECOMOG**- *Economic Monitory Group*
- FARP** - Forças Armadas Revolucionarias do Povo
- FLING** - Frente de Libertação Nacional da Guiné
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
- JAC** - Juventude Amilcar Cabral
- MFDC** - Movimento das Forças Democráticas de Casamance
- MLN** - Movimento de Libertação Nacional
- MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola
- ONG's** - Organizações Não – Governamentais

- ONU** - Organização das Nações Unidas
- OUA** - Organização da Unidade Africana
- PAI** - Partido Africano para Independência
- PAIGC** - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
- PALOP** - Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
- PCD** - Partido Convergência Democrática
- PRS** - Partido da Renovação Social
- RDA** - República Democrática da Alemanha
- RENAJ** - Rede Nacional das Associações Juvenis
- RGB-MB** - Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
- SWISSAID**- Fundação Suíça para a Cooperação e o Desenvolvimento
- UDEMU** - União Democrática das Mulheres
- UEMOA** - União Económica Monetária da África Ocidental
- UNTG** - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

SUMÁRIO

	10
	10
	11
INTRODUÇÃO.....	
Formação de interesse, delimitação do objeto e problema da pesquisa.....	14
Aspectos metodológicos e estruturação do trabalho.....	14
	20
1 ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	20
1.1 Guiné-Bissau: a conturbada virada histórica.....	34
1.2 Os antecedentes da Luta de Libertação Nacional.....	
1.3 Amilcar Cabral e as bases da Libertação Nacional.....	42
1.4 O PAIGC e o contexto pós-independência.....	
2 GUINÉ-BISSAU: NAÇÕES ÉTNICAS OU UMA NAÇÃO?	67
	67
3 O PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE CONTEXTO	72
O AFRICANO E BISSAU-GUINEENSE.....	76
3.1 A sinuosa transição democrática.....	84
3.2 O processo de democratização na África.....	
3.3 O intrincado processo eleitoral e as mediações transitivas no contexto africano	
3.4 A Guiné-Bissau e os Caminhos da Democracia.....	93
	98
4 OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: PODER E VIOLÊNCIA	101
ESTRUTURAL.....	105
4.1 Antecedentes do golpe de Estado de 1998.....	110
4.2 A consumação do golpe de Estado de 1998.....	111
4.3 Os contornos externos dos conflitos internos.....	115
4.4 O desfecho final do golpe de Estado de 1998.....	
4.5 O governo do PRS (Partido da Renovação Social) e o golpe de Estado de 2003..	117
4.6 Os conflitos e o êxodo urbano.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

Formação do interesse, delimitação do objeto e problema da pesquisa

A escolha da temática desta dissertação está umbilicalmente ligada à minha vivência como um cidadão guineense, testemunha ocular do conflito político-militar de 07 de Junho de 1998, que ceifou vidas de milhares de pessoas, tanto de militares quanto da população civil e levou à deposição do Presidente Vieira, aprofundando crises econômicas, sociais e políticas no país. Eu nunca havia experimentado uma situação de guerra civil, salvo através das histórias que o meu pai e a minha avó contavam a respeito da luta pela libertação da dominação colonial e do golpe de 14 de novembro de 1980, liderado por João Bernardo Vieira.

Durante o desenrolar do golpe de estado de 07 de junho encontrei-me numa posição de partícipe “passivo” desse processo, pois as bombas caíam de todos os lados, sem contar com as balas das armas ligeiras AK47 e outras armas desconhecidas do grande público civil, provocando o abandono, pelas populações, da capital para as regiões interioranas, onde pudessem se sentir seguros diante das duas partes em conflito. Depois do conflito, realizou-se a segunda eleição democrática no país, em 2009, a qual venceu o Partido da Renovação Social – PRS tendo como seu líder Koumba Yala, o Presidente da República. Este também foi deposto, em 2003, por um golpe militar “pacífico”, não havendo derramamento de sangue.

Os assassinatos de vários oficiais das forças armadas são ainda mistérios a serem desvendados. Estes acontecimentos me inquietaram de tal forma que tomei para mim a responsabilidade de procurar discutir e problematizar o fenômeno do golpe de estado no País e quiçá trazer alguns subsídios visando o seu esclarecimento.

A pesquisa compreende o período de 1980 a 2003. A escolha deste intervalo se justifica pelos acontecimentos político-militares a ele associados. O primeiro golpe de Estado ocorreu em 1980. Ainda numa administração assente no Partido único sob o regime do PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo-Verde, baseado numa política planificada nos moldes socialistas. Este acontecimento pôs fim ao mandato do Presidente Luis Cabral para dar lugar ao protagonista do golpe, João Bernardo Vieira Nino, que governou sob as mesmas bases do Partido-Estado até o processo da democratização do

País, na década de 1990. Este, por sua vez, foi também deposto por um golpe de Estado em 1998, liderado pelo Brigadeiro Anssumane Mané.

Em 2003, o país foi surpreendido por outro golpe que pôs fim ao governo do presidente Koumba Yalá. Este golpe não foi marcado por tiroteios, como os golpes anteriores e sim por uma comunicação do Estado maior das forças armadas exigindo a renúncia. Neste sentido, torna-se pertinente estudar o fenômeno do golpe de Estado em Guiné-Bissau em seus diferentes períodos, abarcando momentos do Partido-Estado, do pluralismo democrático com o PAIGC no poder e do momento do golpe em que o PAIGC se encontrava na oposição. Ou seja, o estudo contempla três momentos do golpe do estado no país: o primeiro momento (1980) situado entre os companheiros de arma (PAIGC); o segundo momento (1998) também entre os companheiros de arma (PAIGC) e o terceiro momento (2003) entre as chefias militares e o Presidente não militar do Partido de Renovação Social PRS eleito democraticamente. Preocupamo-nos em não perder de vista as condições históricas, sócio-políticas e econômicas subjacentes a cada período em questão. O estudo traz em retrospectiva o processo sócio-histórico da formação do povo guineense desde os impérios e reinos, situa o contexto da colonização portuguesa, bem como a luta pela independência, além de focar de modo privilegiado as questões relativas à diversidade étnica.

Com relação ao problema da pesquisa, consideramos que a Guiné-Bissau tem vivenciado períodos de extrema instabilidade, tanto no aspecto social, quanto no político e econômico. Passou por sucessivos conflitos, que atingiram diversas camadas sociais, gerando instabilidade, assassinatos, deslocamento desordenado da população, acarretando a degradação do seu tecido social e aprofundando o empobrecimento de sua população. Desde a sua adesão formal ao sistema democrático, Guiné-Bissau nunca teve o término do mandato de um partido eleito democraticamente, pois todos os governos foram interrompidos por golpes militares. Neste sentido, o presente estudo objetiva discutir e analisar quais os elementos ou lógicas operantes na relação civil-militar que condiciona um ambiente tão favorável à recorrência de tantos conflitos.

Aspectos metodológicos e estruturação do trabalho

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que aqui se apresenta é de natureza qualitativa e bibliográfica (FROTA HAGUETTE, 2001), histórica (GIL, 2006; TRIVIÑOS, N. S. A., 1987) e documental (MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M., 2003). Por tratar-se de

pesquisa que coloca em relevo aspectos consideráveis da história recente de Guiné-Bissau, diversos aspectos da formação histórica do país são levados em consideração, exigindo o tratamento da formação da identidade política dos guineenses e situando o contexto da colonização portuguesa, bem como a luta pela independência nacional e a questão étnica, indissociável dos processos analisados. A pesquisa histórica contempla a análise da produção bibliográfica do Instituto Nacional de Pesquisa de Guiné-Bissau - INEP voltada a esta temática, atividade que exigiu nossa viagem e permanência em Guiné-Bissau com vistas à realização da coleta de material. A pesquisa documental serve-se também de parte de documentos (jornais, revistas, relatórios, cartas etc.) coletados durante nossa permanência naquele País entre o período de 23 de Março a 22 de Maio de 2010.

Em diversos momentos da investigação utilizamos estratégias do método comparativo para dar visibilidade a determinados aspectos da realidade de outros países africanos que sofreram impactos semelhantes relacionados ao processo de democratização. No entanto, não formalizamos o uso desta perspectiva, em virtude de não ser a comparação objeto deste trabalho. Em casos específicos e pontuais, no entanto, esta estratégia demonstrou-se necessária, para dar visibilidade às especificidades da Guiné-Bissau. É evidente que a narrativa histórica é parte constitutiva deste trabalho e coloca-se como exigência do próprio objeto, que é analisar os golpes de Estado na história recente da Guiné-Bissau a partir da perspectiva do cotidiano do poder. Impôs-se, por conseqüência, como inevitável, uma abordagem datada, sem a qual os elementos do cotidiano poderiam se apresentar como eminentemente artificiais e racionalizados. Estamos conscientes de que o leitor que tem pouca intimidade com as temáticas relacionadas ao contexto analisado pode ter algumas dificuldades de ambientação, no entanto desejamos que a riqueza de detalhes aqui oferecida possa descortinar horizontes frutíferos para uma síntese sociológica, metodológica e epistemológica.

Saliente-se que não temos a ambição de ter esgotado a historicidade dos fenômenos aqui abordados ou mesmo de tê-la apropriado e reconstruído como se não existissem outras possibilidades interpretativas. A narrativa histórica é, assumidamente, uma *perspectiva* e esta ancora-se no olhar de vários autores do campo das ciências humanas e da sociologia selecionados, alguns dos quais, oriundos do próprio contexto africano e guineense, não são conhecidos do grande público brasileiro. Estes autores adquirem relevo, ao lado da presença de autores da tradição sociológica europeia clássica e contemporânea. Evidenciando-se, pois,

a reconstrução histórica enquanto uma *perspectiva* de análise e interpretação, caminham narrativa histórica e análise como instâncias justapostas, evitando-se, assim, a sobreposição e o esquematismo, bem como um excessivo formalismo na exposição. Após essas considerações de natureza metodológica, passamos, a seguir, à exposição da estrutura formal do trabalho.

Do ponto de vista de sua estruturação, o trabalho compreende quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta um breve panorama histórico sobre a Guiné-Bissau no período anterior à chegada dos colonizadores portugueses, em seguida o período relativo à sua chegada e permanência, passando pelas lutas de “pacificação” e pelo processo da luta pela independência dirigida pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde) até chegar à independência do país.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre a formação da Nação Guiné-Bissau face às diversidades étnicas, dando relevo às suas particularidades, desafios e perspectivas.

O terceiro capítulo busca discutir a forma como se deu o pluralismo democrático na Guiné-Bissau, aliado a fatores internos e externos ancorados no processo de democratização no final do século XX e como esse processo vem sendo gerenciado por partidos políticos, instituições estatais e pela sociedade civil.

O quarto capítulo busca compreender as causas e as conseqüências dos golpes de Estado na Guiné-Bissau, analisando sua complexa trama e a articulação entre o Estado, a sociedade civil e o papel de demais atores nacionais e internacionais.

1 ELEMENTOS HISTÓRICOS

1.1 Guiné-Bissau: a conturbada virada histórica

Para abordar a situação político-militar na Guiné-Bissau, é imprescindível recuar na história, de modo que seja possível compreender a gênese e as transformações operadas. O país hoje chamado Guiné-Bissau fazia parte do Império de Mali, tendo Sundyata Keyta como seu fundador, no ano de 1235. Depois de uma vitória sobre Somaro, na batalha de kirina, Sundyata criou o estado, cuja capital, Niani, era situada ao sul da atual Guiné-Bissau (LOPES, 1987 p. 15-16). Entre os sucessores de Sundyata, Kankou Moussa era o mais indicado e reverenciado pela tradição oral, pois este Imperador possuía muitas riquezas, que constituíam motivos de cobiça até por Portugal.

O império era tão vasto que chegava a demorar um ano para ser percorrido a pé. Esta seria uma das razões que levaria ao seu desmoronamento, visto que a dificuldade de controlar um território gigantesco começou a dividir o Império em regiões governadas por um administrador, denominado *farins*, com atividades centralizadoras. Entre os *mansas* (reis) mais importantes, destacava-se o de Gabu, que governava a atual província leste do país. Assim se consumava a dominação mandinga no Império, a ponto de os colonos adaptarem tais práticas através da relação de amizade entre D.João II e os chefes mandingas (LOPES, 1987 p.17).

Os Mandingas são percebidos como povos invasores, pois, vieram do interior da África e impeliram muitas etnias para a costa. Estas, por sua vez, foram empurradas pelos Fulas. Lopes (1987, p. 15-16) salienta que

Um dos primeiros conquistadores fulas mencionados pela história, conquistou o Futa Djalon e alargou as fronteiras da implantação da sua etnia por largas áreas da África Ocidental nos séculos XV-XVI. Mas os Fulas e Fulacundas não fundariam nenhum estado na região até o sec. XVIII, tendo-se submetido até a esta data ao poder mandinga.

A relação de dominação dos Mandingas sobre os outros povos foi denominada de *mandinguização* da região (Lopes, 1987p. 23). Durante esse processo, uma boa parte dos Balantas converteu-se ao islã e adotou o sobrenome nobre destes, Mané. Sendo assim, os Balanta-Mané foram aculturados e conseqüentemente assumiram as suas culturas e identidade em diversos aspectos. A dominação (e a assimilação) cultural mandinga quase levou ao

desaparecimento dos povos Banhuns, integrando-os às suas lógicas culturais e religiosas. Tudo leva a crer que a dominação cultural através do processo de assimilação étnica é algo mais característico das etnias da religião muçulmana¹, pois podemos ainda observar esta dinâmica no norte do país, concretamente no setor de Pelundo, onde habitam os povos Manjacos. Com a chegada dos muçulmanos, com ênfase nos Fulas, começou-se um forte processo de islamização, que engendrou submissões culturais e de visões de mundo.

A diferença política e organizacional entre as diferentes etnias é notória, aliás, este aspecto foi constatado por Amílcar Cabral,² que denominou algumas sociedades de verticais e outras de horizontais. As etnias do interior, de natureza vertical, eram percebidas pelos colonos portugueses como as menos atrasadas, pois se organizavam na forma de estado islamizado com centralização política, divisão de classes, hierarquia social e autoridade coercitiva central. As sociedades ditas horizontais eram regidas pela ausência de uma hierarquia definida e marcadas pela igualdade. A lógica produtiva dos Balantas³ em tudo se diferencia daquilo que se poderia aproximar dos ditames característicos da lógica capitalista e esta característica pode ser observada no testemunho de (DUMONT RENÉ apud LOPES, 1987, p. 23):

Ao chegar a uma aldeia vemos toda uma população atarefada a construir uma palhota [...] inocentemente perguntamos quanto ganham para fazer este trabalho. Olhares indignados: construímos a casa para um velho da aldeia! Sem remuneração alguma, evidentemente.

Podemos perceber que esta realidade remete-nos a um universo simbólico que extrapola a relação monetária e se sustenta, sobretudo, na subjetividade, na tradição secularmente estabelecida, calcada no trabalho solidário e no profundo respeito, tradicionalmente reproduzido, aos idosos. Quanto à dominação efetiva do colonizador, vale ressaltar que se deu a partir do sec. XX. Antes desse período existia o que se chamava *luta de pacificação*, ou seja, a resistência tradicional ao colonialismo que se sobrepõe aos conflitos internos.

Os primeiros contatos com os portugueses foram registrados em 1446 pelos navegadores portugueses na costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa,

¹ Esta dominação se manifesta de diferentes formas, uma delas é o quesito casamento, onde a tendência comum dos homens muçulmanos ao casar-se com uma mulher não muçulmana é de convertê-la à sua religião, sob pena da não concretização do matrimônio.

² Fundador do PAIGC - Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo-Verde. Nasceu em Guiné-Bissau, cidade de Bafatá, filho de Juvenal Cabral e de Iva Évora, ambos cabo-verdianos.

³ Esta etnia é conhecida como grande produtora de arroz.

aportou numa parte da costa africana, atual Guiné-Bissau. Na sua quarta viagem a esta região, Nuno Tristão foi assassinado juntamente com seus vinte companheiros. A razão do ataque dos nativos teria sido uma reação aos frequentes ataques das frotas portuguesas à costa ocidental, à procura de mão de obra escravizada, uma vez que era bem mais valioso ao alcance dos colonizadores, enquanto não descobriam o desejado metal amarelo (COSTA E SILVA apud AUGEL, 2007, p.52).

Como é sabido, o colonizador deixa marcas de diferentes formas por onde passa, e Guiné-Bissau não fugiu à regra. Os colonizadores fundaram a primeira cidade na região norte do país em 1588, com feitorias fortificadas à margem do rio Cacheu, que conseqüentemente é o nome da primeira cidade por eles erguida. Em 1603 alguns dos missionários capuchinhos começaram a converter os nativos ao cristianismo, na cidade de Bissau. Em 1607, o régulo da Guinália cedeu aos portugueses a ilha de Bolama, para se estabelecerem como forma de uma resposta mais eficiente aos ataques dos Bijagós.

Nos fins do século XVI, o elevado crescimento do comércio dos escravizados contribuiu de forma significativa para o desmoronamento dos reinos do Oeste africano, introduzindo novos produtos e tornando as relações comerciais mais rentáveis, aflorando daí desavenças e rivalidades étnicas. Mas, mesmo com estes artifícios de dividir para melhor reinar, foi só a partir do século XX que o colonialismo conheceu o seu apogeu, através do envio de um forte poder militar para impor-se, pela força e violenta repressão (AUGUEL, 2007, p. 54). A citada autora afirma, ainda, que:

Apenas depois da segunda Guerra Mundial a “Guiné” foi submetida a uma política de colonização. Conheceu, então, um período extremamente sanguinário e violento, despótico e cruel em que os estrangeiros se empenharam em realizar a dominação, e os africanos resistiram com bravura das mais diversas formas.

A chamada *luta de pacificação* ilustra bem esse momento bipolar. De um lado havia uma tenaz resistência contra os colonizadores e mesmo com a superioridade militar destes os “nativos” opunham-se à dominação das mais diversas formas, desde os confrontos armados até a resistência passiva, que consistia em sabotar as ações dos colonialistas, através da fuga, da não pagamento dos impostos, da recusa aos trabalhos forçados e do protesto contra uma agricultura voltada para a exportação. Paralelamente a essa resistência, os colonizadores contavam com a colaboração de alguns “nativos”, sobretudo muçulmanos, para levar avante

seu processo de dominação. É o caso do comerciante e guerreiro Abdul Indjai, um *wolof*⁴ grande conhecedor do terreno e das instituições políticas autóctones, que se incorporou às fileiras dos “pacificadores”, prestando grandes serviços que levaram à vitória das forças colonizadoras nas regiões de Oio, Mansoa, Canchungo e Bissau (E.CAFFT KOSTA, 2007. p. 161).

Um episódio marcante da não submissão aos colonizadores é registrado na região norte do país, na atual região de Cacheu – setor de Canhungo e Caliquisse. Diante da supremacia dos colonos face aos regulados, o último rei dos Babok, Katchipindji, afirmou: “os brancos querem tomar o nosso chão, mas eu Katchipindji, é que não estarei cá quando isso acontecer. Os meus olhos *não farão quatro* com os do branco” (KOSTA, 2007, p. 171). Esta passagem ilustra de forma intensa, o desconforto e afronta causada aos reinos Mandjaco pela dominação colonial, ao ponto de o Rei preferir morrer a ser reduzido a um soberano menor. Pois em outros tempos, os colonizadores chegaram a pagar impostos aos régulos. Assim Mendy apud Auguel (2007, p. 50) comenta sobre essa exigência:

Os cronistas da época atestam o orgulho e a valente altivez dos soberanos pepéis mudando diversas vezes a estratégia, ora colaborando com o invasor, permitindo que este edificasse um grande forte em Bissau, ora hostilizando-o, restringindo-lhe o raio de ação a essa única cidade fortificada e exigindo-lhe o pagamento de tributos. Peter Mendy registra os comentários dos cronistas da época: “nenhum respeito, nenhum temor” pelos portugueses aos quais era permitido “arvorar as bandeiras de vossa majestade” somente porque pagavam tributos ao “Rei negro”, que era quem de fato fazia a lei na povoação, resolvia as disputas e impunha multas, enquanto o governador português era um “mero espectador”.

Vale aqui ressaltar que as resistências se davam em diferentes regiões em maior ou menor grau. Nas ilhas Bijagós, cuja sociedade era de caráter matrilinear, a resistência à dominação colonial fora notória, resistência essa atribuída à Rainha Okinca Pampa, percebida por boa parte da população guineense como um baluarte contra o domínio colonial. Os colonizadores só conseguiram a dominação completa em 1936, depois de anos de ferozes combates (MENDY apud AUGUEL, 2007, p.58). A partir de então, passou a imperar a lógica colonial, calcada nas conhecidas formas de opressão, no desrespeito, na brutalidade, e no abuso do poder sobre os trabalhadores escravizados. As condições de trabalho eram severas e cruéis e o colonizador tinha uma propensão a castigar o “gentio rebelde”, assim como a exigir cobranças de tributos e impostos muito altos e de forma arbitrária. Cada vez mais os nativos

⁴ Wolof- é uma língua falada por todos os Senegaleses, funcionando como a segundo língua do país depois de Francês e uma síntese entre as outras etnias do país, isto é: é uma língua nacional ainda que não oficial. Logo, neste caso, o wolof se refere a um indivíduo de Senegal.

foram sendo isolados das suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora” (LOPES, 1987, p. 35).

Lopes (1987) salienta que o aparecimento de “Estados” se deu antes da chegada dos portugueses, no séc. XV. Esse fato pode ser percebido pela admiração dos súditos do Rei de Portugal pela organização política e social dos Fulas e Mandingas provenientes do Alto Niger. Lopes (Idem) demonstra que a chegada dos Fulas à atual Guiné-Bissau é posterior à chegada dos mandingas, ademais, existe uma forte possibilidade de os Fulas terem adentrado no mesmo período dos colonizadores.

Outras etnias como Brames, Papeis e Manjacos são entendidas como intermediárias, ou seja, estão na fase de transição da sociedade horizontal⁵ para vertical. Destes povos, sem dúvida os Reis papeis de Bissau são os que marcaram de forma expressiva a resistência, muitas vezes ferozes, aos portugueses, diante dos quais jamais se colocaram como súditos (LOPES, 1987p. 24). Do ponto de vista da organização política, percebe-se uma influência do sistema mandinga, motivado desde o século XV pela posição geográfica dos Papeis e Manjacos, permitindo-lhe negociar em privilégio com os portugueses, tendo os seus reinados enriquecido significativamente.

Os Papeis teriam ocupado toda a orla marítima entre Cacheu e Geba-Corubal, que incluía as ilhas mais próximas da costa, com a exceção de Bolama, que pertencia aos Beafadas. Estas evidências apontam que o centro de poder principal encontrava-se em Bassarel, onde o Rei da Mata e o chefe Mompata fizeram os portugueses pagar uma renda para a sua instalação em Cacheu. Ali residia a autoridade máxima, o chefe dos chefes. Outras características semelhantes de organização de poder poderão ser encontradas tanto entre os Manjacos como entre os Brames, constituindo os Bijagós um povo à parte, com a sua especificidade própria, baseada no sistema matrilinear. No ambiente dos Bijagós jamais existiu formas de poder administrativo e talvez isso se justifique pela pouca influência mandinga (LOPES, 1987, p. 26).

⁵ Os termos sociedade horizontal e sociedade vertical são utilizado por Amílcar Cabral para definir a organização social da sociedade guineense, através deles caracteriza os fulas e mandingas, ambos islamizados, como pertencentes à sociedade vertical isto é, dotada de certa hierarquia funcional. As demais etnias eram marcadas por um modelo de organização não hierárquica, com algumas em fase de transição, como é o caso dos Manjacos, Papeis e Mancanhas. Quanto à etnia Balanta, era compreendida como fazendo parte do modelo de sociedade horizontal, já que na sua organização social inexistia a figura do regulo, a figura máxima da etnia, como acontece nas outras etnias.

No que se refere às influências étnicas na atual Guiné-Bissau, sem dúvida os Mandingas ocupam um lugar de relevo. A tradição de Mali fora alargada a todas as regiões devido à superioridade política dos mandingas. Nesta linha de raciocínio, Lopes (1987) coloca uma interrogação: poderá chamar-se o Reino do Gabú um estado? Existiria uma organização política estatal na etnia Mandinga? A resposta de Lopes é positiva. Mas ele argumenta que tal configuração estatal deve ser entendida nos limites do contexto da época, desvinculando tal configuração da idéia de “Estado Moderno”. A tal compreensão, Lopes (1987, p. 26) chega lançando mão da definição dos autores Mauny e Thomas para definir o Estado:

Um sistema estatal pode definir-se como uma estrutura política caracterizada pela diferença de “status” entre o governante e o governado. Um tal sistema é fundado não somente nas relações de parentesco mas igualmente numa base territorial. O índice mais significativo é a presença de instituições políticas, é o exemplo de pessoas investidas de poderes que enchem uma autoridade secular exercida sobre outrem no interior de espaços territoriais dados incluindo sanções efetivas em caso de desobediência. Por outro lado estas instituições devem ser hierarquicamente coordenadas.

Lopes (1987) sustenta que esta noção não é comum a qualquer tipo de organização estatal, apontando que o substrato desse estado deve a sua explicação à presença da religião muçulmana, dos seus valores, de sua cultura e da sua grandeza, que influenciaram indiretamente o Kaabú⁶. As demais etnias praticam as religiões africanas. Com isso, Lopes deixa implícita a idéia de que o monoteísmo ou o politeísmo podem interferir na forma de organização da sociedade. Os Mandingas e os Fulas, segundo ele, apresentam um modelo de organização funcional dignos de um estado, isto é, no contexto histórico do período. Os grupos não muçulmanos não teriam conseguido desenvolver semelhantes formas de organização estatal, com a exceção daqueles que receberam as suas influências.

A supremacia organizacional dos muçulmanos em relação às religiões “nativas” revela uma visão evolucionista do autor, ao associar a verticalidade dos muçulmanos ao monoteísmo e a horizontalidade ao politeísmo e às religiões africanas. Isso nos remete a certos questionamentos: quais seriam as religiões dos fulas e mandingas antes da invasão árabe ao norte da África e a sua conseqüente conversão à religião muçulmana? Será que os árabes teriam influenciado a arte do comércio entre africanos convertidos, entre os quais os fulas e os mandingas se incluem? Até que ponto o viés conquistador dos fulas e mandingas não foi

⁶ Este não deve ser percebido com a cidade de Gabu da atual Guiné-Bissau, pois se trata de estado Mandinga pré-colonial, um vasto território (LOPES, 1987, p.28).

influenciado pelos árabes, conhecidos como exímios conquistadores, a ponto de funcionar como uma ética e uma racionalidade específicas? Ao afirmar que as outras etnias estariam na fase intermediária, ou seja, numa transição para o sistema vertical, como por exemplo, os Manjacos, Lopes (1987) nos leva a pensar sobre as considerações de Boas (2006) acerca das limitações do método comparativo. Será que necessariamente devemos comparar diferentes formas de sociabilidade de modo a aferir o seu grau de assimilação ou não? Será que devemos conceber as sociedades sob uma perspectiva de evolução linear com diferentes estágios de desenvolvimento? Ou entender as diferentes sociedades dentro da sua própria lógica de sociabilidade como ensina Boas (2006 p.32-33). É evidente que a assimilação pode engendrar novas formas de relações sociais, mas essas formas precisam ser pensadas dialeticamente, a partir das contradições inscritas nos respectivos sistemas produtivos e nas suas complexas articulações com os sistemas culturais, não se reduzindo nunca à condição de linearidade evolutiva sugerida por Lopes.

Lopes (1987) demonstra, ainda, que os Mandingas conquistaram todo o litoral, submetendo as outras etnias à sua dominação e ao pagamento de tributos. Ressalte-se que mesmo com a penetração islâmica e cristã, as religiões africanas permaneceram ainda dominantes. Grande parte dos praticantes das religiões cristãs também frequenta as religiões africanas, o mesmo ocorrendo com os praticantes da religião muçulmana de forma sutil e até secreta, e em menor intensidade. Esta questão não será, no entanto, objeto de nossa atenção no momento.

1.2 Os antecedentes da Luta de Libertação Nacional

Podemos dividir as etapas da colonização portuguesa na Guiné-Bissau em três momentos principais. O primeiro seria a chegada do colonizador ainda na condição de “hóspede” e comerciante de produtos que lá não existiam. Posteriormente passaram a fomentar a escravidão, e os conflitos entre os grupos étnicos rivais criavam um ambiente propício para o comércio dos escravizados. Os colonizadores elegiam alguns grupos étnicos como aliados⁷, como forma de conquistar a simpatia dos mesmos e obedeciam às regras dos chefes tradicionais nas localidades onde se instalavam, pagando, inclusive, o imposto,

⁷ Dentre as etnias aliciadas para integrar as fileiras portuguesas registra-se um número significativo de muçulmanos, sobretudo fulas e mandingas. Esta colaboração pode sinalizar a recorrência do espírito conquistador já presente na relação por eles estabelecida com os árabes. Assim, se optaram pelo apoio aos portugueses, enxergando-se também como “conquistadores menores”, mesmo executando suas ordens, provavelmente sentiram-se superiores aos “nativos”, dos quais foram algozes, funcionando como uma espécie de feitores.

chamado DAXA⁸, para a manutenção de suas atividades. Este imposto era cobrado sobre os navios atracados, para que pudessem realizar suas comercializações. Esse primeiro momento é compreendido do século XV até a primeira metade do séc. XIX.

O segundo momento vai de 1850 a cerca de 1900/1915, período este que revela um quase equilíbrio entre as forças coloniais e as autoridades locais. Com o fim do tráfico negreiro, em 1848, os comerciantes portugueses viram-se numa situação de desemprego e a sua permanência no território passou então a demandar uma nova configuração social. Assim os portugueses começaram a “guerra de pacificação” com o intuito de controlar e dominar o território, firmando-se como única autoridade da região. Com efeito, foram se constituindo espaços de convivência entre as autoridades tradicionais, emergindo, desse modo, duas autoridades simultaneamente: a já existente autoridade tradicional e a dos colonizadores, tendo como marco regulador os espaços e aspectos que simbolizavam o pertencimento territorial de cada um.

Os portugueses construíram em torno dos espaços onde praticavam o comércio uma estrutura mínima abrangendo a moradia, os espaços comerciais, a prisão e os impostos. As populações que moravam nas imediações desta nova estrutura de poder eram submetidas a duas autoridades, visto que as autoridades tradicionais controlavam as vilas periféricas (maior parte do território) e os colonos portugueses as pequenas vilas chamadas de “praças”. A relação assimétrica mantida pelos portugueses com os “nativos” que conviviam em torno das feitorias levou inevitavelmente à aculturação dos mesmos, tendo estes adquirido hábitos europeus. Cardoso (1998, p. 91) sustenta que:

O aparecimento dos centros urbanos com forte componente africano dá origem ao aparecimento de um número crescente de elementos africanos que em maior ou menor grau se desvinculavam dos respectivos grupos étnicos e assimilavam valores sociais e culturais do ocidente. Mas os valores defendidos por uma boa parte destes assimilados aproximavam-se muito dos valores ocidentais.

A assimilação dos “nativos” marca a dominação efetiva dos colonizadores a partir de 1915, segundo a descrição de Cardoso e Ribeiro (1987). A população e os recursos naturais transformaram-se em apêndice da economia portuguesa. Mas isto não significa dizer que a política econômica imprimida pelos portugueses permitiu a homogeneização de diferentes sistemas econômicos das etnias, pois a monetarização da economia continuou incipiente. Esta

⁸ Ver Carlos Cardoso e Carlos Rui Ribeiro. “Considerações sobre as Estruturas Sócio-Econômicas das Sociedades Agrárias e a sua Evolução Histórica – Um Estudo de Caso”. In: Revista de Estudos guineenses n. 3 jan.87, p.8.

constatação se justifica de algum modo pelo desinteresse deliberado dos colonos no desenvolvimento de um mercado econômico nacional e muito menos no desenvolvimento de uma consciência nacional, uma vez que tais ferramentas poderiam significar um perigo à manutenção da dominação (Cardoso, 1998). Esta mesma lógica foi utilizada em Cabo-Verde, embora os controles aí tenham se dado de modo menos rigoroso e rígido do que na Guiné-Bissau

O país hoje denominado Cabo-Verde é parte integrante da história da Guiné e vice-versa. Durante a dominação efetiva dos portugueses, o território guineense foi administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo-Verde, que era inicialmente um território desabitado que servia como entreposto para a comercialização dos africanos escravizados e para o abastecimento das navegações transatlânticas. Nesse processo houve a permanência e a miscigenação do contingente populacional que ali se encontrava, de modo algo semelhante ao que aconteceu no processo de formação do povo brasileiro, no entanto com uma diferença fundamental: no caso brasileiro deparamo-nos com a tríade constitutiva de sua formação envolvendo as presenças autóctones, africanas e europeias, das quais resultaram uma miscigenação intensa. Já no caso cabo-verdiano não se tem o componente autóctone, tratando-se de um território desabitado, cuja população era composta por elementos oriundos de diferentes regiões do continente africano e pelos colonizadores europeus - fundamentalmente os portugueses. Foi nesse novo país que se instalou a capital da administração conjunta de Guiné e de Cabo-Verde. A Guiné-Bissau só veio a se separar administrativamente do arquipélago em março de 1879 e recebeu o nome de Guiné Portuguesa.

Com a mudança de cenário, do ponto de vista administrativo, o governo colonial guineense passou a ter uma administração própria, cuja capital se situava na ilha dos Bijagós (Bolama). Ainda em 1879 instalou-se a primeira tipografia na colônia e, no ano subsequente iniciou-se a publicação do *Boletim Oficial*⁹, que constituía uma fonte de fundamental importância para a história colonial e do país. O *Boletim Oficial* deixou de ser publicado somente em 1974, isto é, após a independência da Guiné-Bissau.

A chegada tardia da imprensa ao País revela a não preocupação dos colonizadores com a informação, sobretudo com a educação no país. Outro fator que reforça esta afirmativa é a

⁹ Cf. Augel, o Desafio do Escombro, Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda., 2007.

chegada tardia do liceu em Bissau, se comparado a outras capitais da colônia, como é o caso de Cabo-Verde, Moçambique, São-Tomé e Príncipe e Angola. Cabo-Verde passou a ter o seu primeiro liceu em 1860, enquanto que a Guiné-Bissau veio a tê-lo somente em 1958, quase um século¹⁰ depois. Com isso não pretendemos de forma alguma afirmar que o colonialismo português foi bom nas demais colônias africanas, mas apenas constatar a existência de uma relação assimétrica entre as colônias, tendo sido Guiné-Bissau a mais penalizada.

Vasco Cabral (1998, p.241) sustenta que os colonizadores tinham diferentes propósitos com as nações colonizadas e levavam em consideração as suas riquezas e a extensão territorial. Angola e Moçambique eram concebidos como colônias de povoamento e Guiné-Bissau como colônia de exploração. Talvez esta possa ser uma das explicações para o fraco investimento português no País. Os “nativos” não tinham nenhum direito político e os escassos organismos que existiam passaram a ser controlados pelos donos do poder, como é o caso do desmantelamento da Liga Guineense, por entenderem que esta ameaçava os interesses da colônia e poderia incentivar os *grumetes* e *papeis* a não se subordinarem aos colonos (Lopes, 1987p. 42). Esta política de neutralizar os “nativos” no que concerne aos seus direitos políticos, civis e sociais, refletia-se no quadro de extrema precariedade da infra-estrutura vital ao desenvolvimento, como salienta Lopes (1987, p. 42):

A situação trágica se juntava a um anacronismo apreciável. Nessa altura a capital nem se quer possuía um porto, dispondo apenas de dois embarcadouros (um dos quais fluvial) e tendo o privilégio de usufruir do único hospital do território. O ensino, confiado às “Missões evangelizadoras” da igreja católica, era caracterizado pelos seus 1979 alunos repartidos por 55 escolas, das quais 45 eram rudimentares.

A lógica acima aponta para a inércia no desenvolvimento dos diferentes setores, fazendo com que até 1953 o país possuísse pouco mais de 10 km de estradas asfaltadas. Não havia também unidades industriais, exceto as de corte de madeira. Estas são algumas das evidências que elucidam o colonialismo predatório que estava sendo levado a cabo pelos portugueses, consubstanciado-se numa perspectiva eurocêntrica de coisificação e minimização dos autóctones como povo sem cultura, com hábitos degradantes e, portanto, passíveis de serem escravizados, tutelados e modelados ao seu bel prazer. A esse respeito assim argumenta Fanon (2005, p. 55-56)

¹⁰ Cf. Filomena Embalo, “Breve Resenha sobre Literatura na Guiné-Bissau”. Disponível em www.didinho.org, acesso em 15 de maio de 2010.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a *medina*, a reserva é um lugar mal afamado. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns aos outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada.

Esta forma de conceber os povos não europeus era característica do período colonial. Hegel pode ser considerado como um dos pensadores que marca profundamente esta racionalidade, ao afirmar que os povos africanos não possuem história, nem cultura, com hábitos degradantes - adjetivos que legitimam a sua submissão como povos inferiores aptos à escravidão. Soares do Bem (2005, p. 40) argumenta que para Hegel “o homem africano teria permanecido imerso em um estado de natureza” e seria, por essa razão, caracterizado como um tipo particular, oposto ao cidadão europeu.

Ao abordar sobre a modernidade, Bauman (1998) desenvolve uma reflexão sobre as suas características totalitárias, inclusive dirigindo uma crítica à sociologia, acusando-a de não ter privilegiado suficientemente a temática em sua produção. O autor demonstra que tanto a restrita produção sociológica sobre os enredamentos da ciência e da tecnologia em dinâmicas totalitárias como algumas de suas formulações higienizadoras acabaram por favorecer e mesmo legitimar o Holocausto, aprofundando o silêncio da humanidade com relação ao fenômeno. Neste sentido pode-se constatar que estamos diante da falência do campo simbólico dominado por uma racionalidade perversa, que usa deliberadamente os conhecimentos técnicos e científicos produzidos pela modernidade para o genocídio de uma boa parcela da humanidade. Com efeito, Bauman (1998, p.21) afirma que “o Holocausto tem mais a dizer sobre a situação da sociologia do que a sociologia é capaz de acrescentar, no seu estado atual, ao conhecimento que temos do Holocausto”. Por outro lado não se deve de forma alguma desvincular o entendimento do Holocausto como parte de um processo imanente à própria modernidade. Neste sentido, Bauman (1998, p. 26) afirma que:

O Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo que ela represente (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o holocausto pode ter meramente revelado em reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que agente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

A preocupação de Bauman sobre a insuficiência das ciências sociais no debate sobre o holocausto é salutar e plausível, isto é, se não comparado com o silêncio quase absoluto dos

clássicos de Ciências Sociais em abordar de forma sistemática o colonialismo europeu. Ao que tudo indica, as ciências sociais evitaram abordar sistematicamente essa temática porque ela ia, de certo modo, de encontro às concepções eurocêntricas, fortemente ancoradas em seu arcabouço teórico. Basta que, nesse sentido, se pense na concepção histórica do sistema positivo construído por Auguste Comte (Cf. RIBEIRO JUNIOR, 2003), em sua Lei dos três estados, para que se perceba que, a partir da hierarquia estabelecida entre os estágios de desenvolvimento social, as sociedades africanas podiam ser codificadas como se encontrando num nível primitivo, elementar, de desenvolvimento.

De todo modo, Bauman parece dar mais atenção ao fenômeno do holocausto e ao seu significado para a modernidade do que ao processo de escravização de milhões de africanos, arrancados com violência de seus contextos e lançados de modo desumano, como meras mercadorias, às longas viagens para as Américas e Europa. Com efeito, essa violência ancestral é a base da própria modernidade européia e se manifesta também no fato de negligenciar a contribuição africana no processo de desenvolvimento da humanidade. Se de um lado essa negligência era funcional para produzir o silenciamento dos dominados, as tecnologias de dominação de suas subjetividades podem ser vistas como aparato complementar de submissão, visto que os africanos escravizados eram estimulados a aprender, de forma coercitiva, a cultura do colonizador em tudo que fosse útil para a reprodução da ordem, em especial a religiosa (Cf. SOARES DO BEM, 2009, p. 80). Esta dominação se manifestava de diversas formas e uma delas foi a restrição do “nativo” a uma educação que possibilitasse a sua emancipação, colocando-se a cultura do colonizador como referência para modelar os costumes “bárbaros” dos “nativos”. Ressalte-se que esta educação funcionava de forma restritiva tanto no seu aspecto qualitativo como quantitativo, uma vez que selecionava os conteúdos a serem ensinados e excluía a grande maioria da população desse processo, procurando mantê-la apta tão somente a obedecer, de modo a bloquear o afloramento de seu senso crítico.

De acordo com Lopes (1987), o recenseamento geral de população da Guiné-Bissau, realizado pela administração colonial em 1950, apontava que de um total de 550 mil habitantes, 8.320 eram tidos como “civilizados”, dos quais 2.263 eram brancos, 4.568 mestiços e 1.478 negros, número que representava 0,3% da população negra. O autor ainda nos assegura ainda que a definição colonial de “civilização” compreendia: falar, ler e escrever a língua portuguesa, possuir bens, ter bons comportamentos e não praticar os usos e costumes

comungados pela sua etnia; cumprir o serviço militar; exercer um cargo público; estar ligado às corporações administrativas; ser comerciante, industrial ou proprietário, ou possuir habilitações literárias mínimas¹¹. Abordaremos a questão educacional mais adiante. Significava, pois, que para ser considerada “civilizada”, a população autóctone deveria manifestar-se pronta a identificar-se com a cultura e com o *modus vivendi* do colonizador, distanciando-se de sua própria identidade.

É neste contexto que emergem as vozes independentistas nos PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa – consubstanciadas no pan-africanismo no contexto do fim da segunda guerra mundial, do qual participaram muitos africanos representando suas colônias. São os africanos “assimilados”, em sua grande maioria estudando na metrópole (Portugal), que começam a criticar o colonialismo nos PALOP, através dos jornais, mobilizando e conscientizando para uma futura guerra de libertação. Com efeito, eles formaram a Frente Unida Contra o Colonialismo Português, subjacente à - CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas. Mas, antes desse momento, já aconteciam movimentos pró-libertação. Em Março de 1911 circulava o Jornal “O Negro”, editado pelo médico santomense Aires de Meneses, em Lisboa; no ano seguinte nasce a “Junta de Defesa dos Direitos da África” e, posteriormente, o “Partido Nacional Africano” e a “Liga Africana”. Estas organizações mantinham contatos com os grêmios de base autóctone com anseios de libertação nas colônias (PIRES, PEDRO 1998, p. 275-6).

A mobilização acima citada somente ganhou contornos sistemáticos a partir da década de 1940, quando o movimento para a independência recrutou os seus aliados principais entre pessoas oriundas de diferentes colônias portuguesas em processo de formação acadêmica em Lisboa. Muitos deles foram influenciados pelas teorias sobre a negritude, de Senghor, e lutavam pela afirmação da africanidade. O líder da independência de Ghana, N’krumah, foi sem dúvida um grande estimulador desse processo, através da difusão do panafricanismo em todo o continente. Mas a grande corrente para a independência concretizou-se com os intelectuais de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, os quais decidiram fundar em Lisboa, em 1951, o Centro¹² de Estudos Africanos – CEA (LOPES,

¹¹ Amílcar Cabral ironizava sobre a aplicação dessa lei (artigo 2.º, do decreto 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929) em Guiné-Bissau, que institui parâmetros para ser considerado “civilizado”, pois, segundo ele, se este mesmo parâmetro fosse utilizado em Portugal com o mesmo rigor que se aplica na Guiné-Bissau, pelo menos 50% da população metropolitana teria de ser considerada “indígena” (LOPES, 1987).

¹² Faziam-se as reuniões na casa espírito santo, n. 37 da rua Ator Vale, em Lisboa. O primeiro trabalho do grupo foi a contribuição a um inquérito da revista “*Présence Africaine*” sobre os estudantes negros. Do número 14,

1987, p. 43). Na realidade, o centro desempenhou um importante papel na produção do conhecimento voltado à realidade africana, de modo regular, durante um ano. O espaço, que era de cunho cultural, também começou a compor paulatinamente os contornos políticos de um debate sobre a questão nacional, constituindo seus integrantes um grupo de intelectuais orgânicos em prol da luta pela independência.

1.3 Amílcar Cabral e as bases da Libertação Nacional

De regresso à Bissau, com uma formação sólida no Instituto Superior de Agronomia e uma consciência política apurada, Cabral trouxe na bagagem não só o diploma, que lhe conferiu a competência para coordenar o recenseamento agrícola em Guiné-Bissau, na qualidade de funcionário do império colonial português, mas também uma grande capacidade de articulação. O próprio trabalho de recenseamento lhe possibilitou o contato direto com as populações locais, favorecendo a criação de vínculos funcionais para uma posterior mobilização em prol da luta de libertação de Guiné e Cabo-Verde. Em 19 de Setembro de 1956, Cabral e os seus cinco companheiros¹³ reuniram-se com a finalidade de analisar a situação e tomaram a iniciativa de criar o Partido Africano para a Independência – União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAI).¹⁴

Com a fundação do PAIGC, começou-se então a tarefa de mobilização das massas para os ideais do nacionalismo. Cabral articulou duas categorias distintas na mobilização para a independência, integrando os interesses da população urbana e rural. Para dar sustentação à mobilização, criou-se em Guiné-Konacry (1960) uma escola cujo objetivo era formar os quadros capazes de contribuir para a formação clandestina no interior do país. Esta veio a transformar-se numa escola permanente, configurando-se como um dos instrumentos mais eficazes para a preparação da luta.

Quanto à mobilização camponesa, a estratégia guineense foi a mesma que os chineses e os Vietnamitas utilizaram. Cabral entendia que a estratégia política devia basear-se no conhecimento da realidade das populações em questão. Dessa forma, o PAIGC vai apostar na população camponesa “animista”, que na ótica de Cabral era mais propensas à mobilização.

publicado em 1953, constavam contribuições de Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Alda de Espírito Santo (LOPES, 1987, p.43).

¹³ Os membros Fundadores do PAIGC são: Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luis Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin (LOPES, 1987, p. 44).

¹⁴ Essa sigla tinha um cunho mais abrangente, logo depois ganhou uma dimensão mais restrita, isto é, PAIGC, dando assim uma definição mais precisa, ou seja, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Paralelamente a esse segmento populacional, as camadas urbanas exerceram um papel central no movimento. O PAIGC passou a mobilizar alguns elementos da pequena burguesia e, sobretudo, os assalariados, marinheiros, pequenos artífices e integrantes do lumpen-proletariado para o movimento (Lopes, 1987).

Ao lado da mobilização com vistas ao despertar de uma consciência nacionalista, Cabral tencionava desenvolver uma independência pacífica, ou seja, negociada. Esta postura inicial do PAIGC contrastava-se com a do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, visto que este tinha a convicção de que a violência era a única forma possível para alcançar a independência. Entretanto, o PAIGC ganhou uma larga experiência, integrando aspectos positivos e negativos do MPLA e criando, assim, as condições para as primeiras ações de sabotagens. Essas ações eram motivadas como forma de protesto contra o Massacre de Pindjiguiti¹⁵, ocorrido em 03 de Agosto de 1959, em Bissau, em que os funcionários dos portos reivindicaram melhorias salariais e condições dignas de trabalho, tendo sido brutalmente espancados e assassinados, resultando num balanço de 50 mortos e 100 feridos. Tal ocorrência representou um duro golpe para o PAIGC, uma vez que se tratava da primeira manifestação pública através da qual se materializava a consciência política das massas trabalhadoras de Bissau (LOPES, 1987). Com efeito, Cabral classificou esta repressão como uma lição histórica, demonstrando assim a impossibilidade de travar uma luta de libertação pela via pacífica. A luta armada colocou-se, então, como a única via possível de luta pela libertação do País.

Como um franco estrategista e um diplomata, rapidamente Cabral conquistou a simpatia da antiga União Soviética, China, Suécia, e Cuba e estes países tornaram-se aliados fundamentais do País, ajudando-o em diversos aspetos para a sustentação dos confrontos, desde material logístico, armamentos até a formação dos militares, ou seja, funcionavam como uma espécie de “padrinhos” de Guiné-Bissau. Assim, Cabral e o PAIGC foram ganhando visibilidade e simpatia nacional e internacional. Os colonialistas portugueses não haviam percebido a dimensão da organização e da força política conquistadas pelo Partido. Esta subestimação pode ser percebida quando, após o desencadeamento da luta armada, os comandantes portugueses referiram-se ao Movimento de Libertação Nacional – MLN¹⁶

¹⁵ Pindjiguiti é o nome atribuído ao maior porto da Guiné-Bissau, situado na capital Bissau, local onde aconteceu o referido massacre.

¹⁶ O MLN – Movimento da Libertação Nacional é anterior ao PAIGC e foi criado também pelos fundadores do PAIGC, aliás, houve uma substituição da sigla MLN pela sigla PAIGC. A substituição das siglas por duas vezes nos leva a uma pergunta: será que o MLN e o PAI davam conta de demarcar com clareza que o movimento de

(antecessor do PAIGC) com muito desdém, classificando os opositores como “*bandos invasores da vizinha Guiné-Conacry*”, país, a esta altura, recém independente da França.

É oportuno dizer que paralelamente ao PAIGC existia um movimento rival denominado Frente de Libertação Nacional da Guiné – FLING, fundado em 1962. Esta Frente era contra a unificação da Guiné e Cabo-Verde e contra a luta armada, apostando numa negociação pacífica, a exemplo da República do Senegal. Vale lembrar que os fundadores e dirigentes desse partido estavam radicados no Senegal e eram da etnia Manjaca. O partido tinha como líder François Kankola Mendy desde a sua fundação, em Dakar, até as eleições multipartidárias em 1994 e era a única organização política partidária com o perfil de “oposição” ao PAIGC até a primeira metade dos anos oitenta, embora nunca tivesse tido uma expressão significativa que causasse preocupação ao PAIGC. No tocante à manutenção das lutas, Cabral percebeu a impossibilidade de serem vencidos, uma vez que o partido se transformou em um movimento de massas e as populações acataram as idéias do partido em nível nacional. Esse fato criou uma série de dificuldades para os colonizadores, sobretudo no que se refere à informação fidedigna sobre as movimentações do PAIGC.

De todo modo não é apropriado enxergar o movimento de luta pela libertação sob uma ótica romantizada, em que tudo teria funcionado na mais perfeita perfeição. É evidente que a liderança política e estratégica de Cabral esbarrava em alguns aspectos controversos característicos do perfil das populações recrutadas para lutar em prol das suas independências. A guerrilha era composta por jovens, na sua grande maioria analfabeta. Era, para um jovem guerrilheiro analfabeto, uma tarefa cognitivamente difícil conciliar o conteúdo da filosofia cabralista com o complexo processo ligado à questão nacional e compreender que a luta não era contra o povo português e sim contra o regime fascista salazarista e, ainda, que após a independência o poder seria apropriado pelos civis.

libertação ora criado abrangia Guiné e Cabo-Verde? Parece-nos que seria vago e não autorizava uma reivindicação conjunta e contundente para a independência dos dois países. Daí a delicada missão de mudar o nome da sigla, sem entrar em choque com as idéias e os sentimentos nacionalistas dos Guineenses. Assim, Cabral foi mudando paulatinamente a sigla e preparando psicologicamente os guineenses em relação aos seus sentimentos nacionalistas, em face de um casamento e de uma luta conjunta com os mesmos propósitos, cujo embate se desenrola em Guiné-Bissau. Dessa forma, o MLN foi transformado em PAI – e só depois foi acrescentada a terminação GC, que enunciava a presença conjunta de Guiné e de Cabo-Verde. Tudo leva a crer que Cabral havia transformado o MLN em PAI no sentido de possibilitar uma explicação lógica que justificasse o acréscimo posterior da terminação GC, uma vez que a sigla PAI não representava condignamente nem Guiné, nem Cabo Verde. A mudança progressiva da sigla teria redundado na sigla final, que incluía, de modo estratégico, os dois países na luta.

Uma boa parte dos jovens militares, por sua vez, sentiu-se apta a impor a ordem, afrontando as populações com atitudes ditatoriais. A tentativa de desviar os princípios do PAIGC e os ideais da luta levou à convocação do primeiro congresso, em 1964, realizado nas matas de *cassaca* - região sul do país. Essa reunião ocorreu entre os dias 13 a 17 de Fevereiro e reuniu os comandantes de diferentes frentes de luta, os funcionários políticos de todos os setores da luta, abrangendo chefes militares acusados de participarem dos atos abusivos contra as populações. A reunião resultou em diretrizes para estabelecer o controle da situação. Como mecanismo de controle, a reunião definiu algumas hierarquias a cumprir, entre elas, a subordinação dos militares aos comissários políticos e à supremacia política na resolução de qualquer problema. A reunião serviu também para ajustar a conduta e regulamentar as milícias sob uma orientação e uma nomenclatura comum, a das Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP. Depois deste evento, o partido colocou em execução um plano de desenvolvimento das estruturas administrativas nas zonas libertadas, onde as populações foram enquadradas pelos comitês de Tabanca¹⁷, cujo principal objetivo era o apoio às FARP. Cabral tinha a consciência clara da dificuldade de conscientizar a massa em prol da luta pela independência, mesmo correndo o risco de morrer pela própria massa que pode vir a se entender como algoz da própria população que ajudou a libertar. Assim, Ignatiev apud Cá (2008, p. 67) referindo Cabral, diz:

[...] o nosso partido é formado só por aquela gente que apóia o programa do nosso partido, que luta de fato pelo programa do nosso partido. Nós somos o PAIGC, Guiné e Cabo Verde. Não há racismo, não há tribalismo, nós não lutamos só para termos, hino, e ministros – talvez nem se quer tenhamos ministros na nossa terra. Não vamos sentar no palácio do governador, não é esse o nosso objectivo, tomar o palácio para lá pôr Cabral e outros. Nós lutamos para libertar o nosso povo, não só do colonialismo, mas de toda a espécie de exploração. Não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos, nem pretos, porque a exploração não só os brancos que a fazem, há pretos que querem explorar ainda mais do que os brancos. Aqueles que têm na sua cabeça a idéia de que estão a lutar, a sacrificar-se nesta luta para amanhã abusarem como chefes de posto, esses saem. Chegou a hora de falarmos disso claramente. Porque há alguns camaradas que estão a sacrificar-se muito, mas com idéia de que amanhã vão gozar, com um bom automóvel, criados, várias mulheres etc. Esses estão enganados. Não são do nosso partido e vão ver isso com certeza.

Nesta perspectiva, Cabral distancia-se de qualquer tendência autoritária de mandonismo ou clientelismo, compreendendo a luta armada como um meio para atingir os objetivos políticos do partido e isso fica mais evidente quando ele afirma “*somos militantes armados e não militaristas*” (LOPES, 1987, p. 50). A plataforma de luta conjunta da Guiné e do Cabo Verde gerou algumas rivalidades entre alguns membros dos dois países. Não

¹⁷ Em crioulo significa aldeias, ou vilas.

podemos deixar de observar o inconformismo latente de boa parte dos guineenses em relação aos cabo-verdianos. Este mal estar teria a sua justificação em alguns privilégios dos últimos em relação aos primeiros. Era comum o boato de que aqueles não iam para a linha de frente, mas ocupavam altos cargos, ou que Guiné-Bissau lutou para dar independência a Cabo Verde. As divergências de diversas ordens poderiam ter levado o PAIGC ao fracasso. No entanto, o equilíbrio diante das contestações de várias naturezas demonstra uma alta capacidade negocial de Cabral, no sentido de gerenciar os conflitos, além de outras qualidades que definem sua atuação.

Apesar de todas as adversidades, o PAIGC jogou em duas frentes distintas e complementares. De um lado apoderou-se do controle de 2/3 do território nacional e, de outro, engajou-se numa política diplomática apurada, deslocando os embaixadores da ONU (1972) para visitarem as zonas libertadas, com vistas a demonstrar a existência de um estado paralelo em pleno funcionamento, mesmo com a luta em curso. Eles dispunham de postos de saúde e de escolas, o que deixava clara a exigência do PAIGC por autodeterminação dos povos, desautorizando o estado colonial do controle efetivo do território¹⁸.

A difícil tarefa dos colonizadores em neutralizar o PAIGC, com baixas significativas decorrentes dos confrontos nas suas colônias (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola), aliada à pressão internacional, começou a mexer com os sentimentos de alguns oficiais portugueses, notadamente daqueles que serviram nas colônias africanas, especialmente em Guiné-Bissau, levando mais tarde ao acontecimento de 25 de Abril de 1974. Nesta data, os militares portugueses que serviam em Guiné-Bissau derrubaram o regime fascista salazarista, abrindo espaço para uma experiência democrática em Portugal. Este acontecimento deve-se aos sucessivos fracassos das forças coloniais no país, em diferentes âmbitos, seja político, militar ou diplomático.

Como forma de reação aos avanços do PAIGC, foi nomeado o general António de Spínola, em 1968, para o cargo de governador geral de Bissau. Este, com o objetivo de angariar a simpatia dos “nativos”, adotou o slogan “Guiné Melhor”, em torno do qual fez

¹⁸ Cf. Como reflexo da visita dos embaixadores da ONU, o Conselho da Segurança da ONU, através de uma resolução de novembro de 1972, exigia ao governo português a aplicação das Cartas das Nações Unidas e da resolução A/1415 da assembléia geral que estipula que era necessário encetar negociações com os representantes dos povos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Moçambique, a fim de se adotar uma solução para os conflitos armados que devastam os territórios e lhes permitirem alcançar autodeterminação. Cf. matéria estampada no Site A Semana, sob o título “Embaixadores da ONU que visitaram as zonas libertadas da Guiné-Bissau em Cabo-Verde a convite de Pedro Pires”. In: www.asemana.publ.cv, acesso em 04 de maio de 2010.

várias concessões políticas e sociais visando o melhoramento da vida das populações através da construção de escolas, cooperativas agrícolas e ingresso dos guineenses no aparelho do estado. Tudo isso era acompanhado de vários comícios proferidos por Spínola, que se apresentava como um “anti imperialista” e “salvador” do povo de Guiné-Bissau.

Com o intuito de realizar a integração nacional, Spínola recrutou 6.000 soldados guineenses, além de 30.000 militares dos 36.000 homens portugueses, o que equivalia a cerca de um soldado por 15 habitantes. Spínola reforçava o contingente de forma a pressionar o PAIGC e levá-lo à negociação com a mediação do Presidente senegalês Senghor, mas com a morte de Salazar e a ascensão de Marcelo Caetano, que chefiou o governo de Portugal entre 1968 e 1974, o esforço de Spínola foi interrompido, já que era preferível que Portugal saísse da do País por uma derrota militar do que pela tentativa de acordo com os revoltosos – o que poderia abrir caminho para outras ações de negociação.

Esta situação demonstra que o que preocupava Marcelo Caetano eram as implicações de uma negociação na Guiné, que poderia provocar um efeito em cadeia nas outras colônias, sobretudo em Angola. Diante desse quadro, Spínola teria ficado chocado e teria começado a fomentar a destituição do governo central, regressando a Lisboa, onde foi nomeado vice-chefe do estado maior das forças armadas e coordenador da Junta Militar que depôs Marcelo Caetano. Estes fatos ilustram com clareza que, entre tantos outros fatores, como o isolamento de Portugal diante de outros países europeus, o baixo desenvolvimento econômico e industrial que provocava a migração crescente de sua população, tanto interna como internacionalmente, o 25 de Abril teve parte de suas origens em Guiné-Bissau. As tentativas de negociação das chefias militares portuguesas com o PAIGC, fracassadas com a imposição do poder central, começaram a fomentar entre os militares e a própria população portuguesa, a consciência do quanto eles próprios eram oprimidos, florescendo entre os mesmos os anseios de liberdade, finalmente materializada através do golpe de Abril.

Como consequência imediata da revolução, Portugal reconheceu a independência de Guiné-Bissau no dia 10 de setembro do mesmo ano, processo que somente viria alcançar as demais colônias nos anos subsequentes. Entre as colônias portuguesas na África, Guiné-Bissau possuía um lugar especial, do ponto de vista da organização tática da guerrilha e da diplomacia exercida por Cabral. Mesmo com o seu assassinato, em 20 de Janeiro de 1973, ele deixou instituída uma base que possibilitou ao partido proclamar a independência unilateral em 24 de setembro do mesmo ano, nas zonas libertas de colinas de Boé. A Proclamação foi

pronunciada pelo então Secretário Geral do Partido, Aristides Pereira, e não foi reconhecida inicialmente por Portugal, mas tal fato não afetou em nada a sua legitimidade, pois ocorreram reações de reconhecimento em diversas partes do mundo. Os primeiros países a reconhecerem tal feito foram a República de Guiné-Conakry, Senegal, Argélia, Mali, Tunísia etc. A antiga Iugoslávia foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência, seguida de Cuba e da China em 30 de setembro. Já no dia seguinte, o reconhecimento foi confirmado pela União Soviética e Vietnã do Norte. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde conseguiu, em três semanas, o reconhecimento de 75 países como um estado soberano, garantindo a sua admissão como membro da OUA¹⁹. Em novembro do mesmo ano o número de países que reconheceram a independência subiu para 80 (Lopes, 1987, p. 93).

O reconhecimento da soberania nacional tanto por países da África como fora dela, aliado ao reconhecimento do PAIGC como representante único e legítimo do povo da Guiné e Cabo-Verde pela ONU, já colocava Portugal numa situação de “encurrallamento” diplomático considerável. Assim, o acontecimento de 25 de abril forçou o reconhecimento por parte de Portugal, em 10 de Setembro de 1974. A seguir tornaram-se independentes outras colônias: Moçambique, em 25 de junho; Cabo Verde, em 05 de julho; São Tomé e Príncipe, em 12 de Julho e Angola, em 11 de Novembro do ano de 1975. Podemos afirmar que estes acontecimentos funcionaram como uma válvula de escape, minimizando uma vergonha maior dos colonizadores diante de uma derrota militar e diplomática. Com efeito, o PAIGC, a partir de então, foi alçado à condição de um partido-estado, assumindo o comando do país.

Diante do exposto, pode-se resumir a combinação de três fatores prejudiciais ao colonialismo português na África: a) a persistência na execução de uma prática colonizadora antiquada e sem aliados internacionais; b) a existência de enormes despesas para manter o controle das colônias e o alto índice de baixas nas tropas; c) a insatisfação de boa parte da população com a manutenção das colônias, acarretando elevados custos, sofrimentos e mortes das tropas portuguesas. Se, por um lado, as colônias não ganharam a independência via rendição dos portugueses, por outro, ganharam pelo cansaço, que levaria à sua autodestruição,

¹⁹ A sigla significa Organização da Unidade Africana e foi criada em 25 de Maio em Adis-Abeba, Etiópia, por 32 países africanos independentes. Tinha como objetivos: promover a unidade e a solidariedade entre os estados africanos; defender a soberania, a integridade territorial e a independência dos estados africanos; erradicar todas as formas de colonialismo na África; coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, com vistas à melhoria de sua condição; promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas diferentes esferas da vida social. No dia 9 de julho de 2002, a OUA foi substituída pela UA - União Africana, que passou a articular objetivos mais amplos e a adequar-se aos desafios da contemporaneidade.

deflagrada pela revolução dos cravos, tendo o PAIGC ocupado um lugar respeitável no desenrolar dos acontecimentos.

1.4 O PAIGC e o contexto pós-independência

Com o assassinato de Amílcar Cabral, o partido tornou-se uma organização acéfala à procura de um norte diante da responsabilidade de governar o país sem a experiência administrativa moderna, principalmente em se considerando a necessidade de manter firmes os ideais de Cabral de convivência num estado binacional (Guiné e Cabo Verde) sem reproduzir as lógicas exploradoras do colonizador.

O Partido-Estado PAIGC assume o governo do país, indicando um dos fundadores do partido e meio-irmão de Cabral, Luis Cabral, para a presidência do país, num contexto em que o país carecia de quadros para a administração de um estado devastado pela política predatória do colonizador, manifesto, sobretudo, no déficit de capital humano e na dificuldade de exploração adequada de seus recursos. Os membros do PAIGC demonstravam um total despreparo em relação à administração do país, assente sob as bases da divisão administrativa colonial. A situação parecia indicar que não houve um preparo para a manutenção do poder, em detrimento da luta por conquistá-lo.

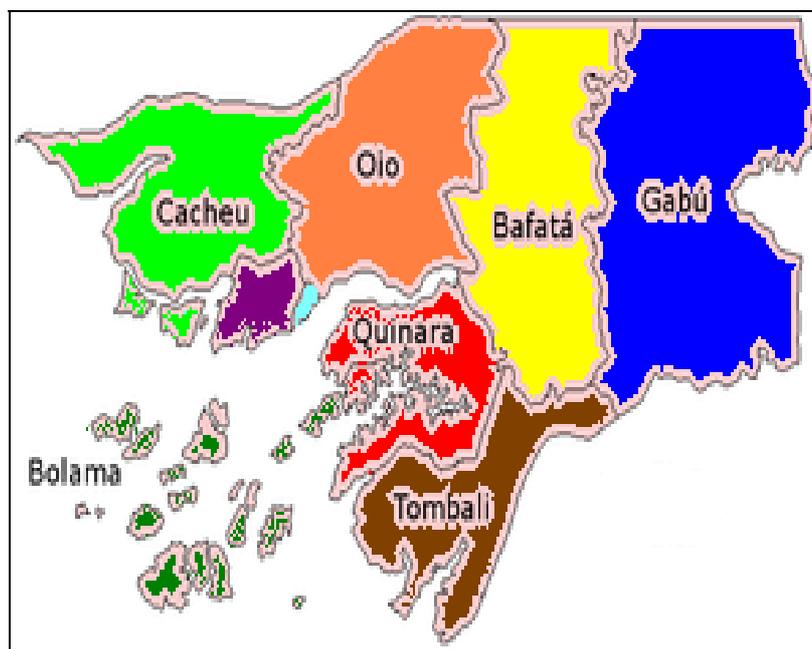
Lopes (1987) chama atenção para a grande desorientação do partido no tocante à administração do país. O partido parecia não ter, no contexto pós-independência, respostas para algumas questões fundamentais, como: Quem substituiria os quadros administrativos coloniais? Como conhecer o estado real das finanças públicas e quais os mecanismos possíveis de controle do comércio e da indústria? Quem assumiria o interino das prestações de contas a serem fornecidas quotidianamente à capital? Quem poderia coordenar a ajuda externa que o novo estado iria receber?

Fato é que foram se formando elites políticas e militares provenientes do núcleo rígido do partido, que herdaram o estado colonial com profundas modificações estruturais, tanto do ponto de vista econômico-administrativo quanto político. Do ponto de vista econômico, o partido-estado adotou o modelo socialista, com uma economia planificada controlada pelo estado. Os ditos armazéns do povo eram responsáveis pela venda das mercadorias, refletindo a acentuada influência Soviética.

Em termos administrativos, o país foi dividido em 3 Províncias, (Norte, Sul e Leste,) 8 regiões, 1 setor autônomo (Bissau), 38 setores e vários setores, estando subordinados cada um dos setores à administração central da sua região. A estrutura político-administrativa incluía, assim, o Presidente da República, os presidentes das 8 regiões e os presidentes dos setores e seções. Em cada setor e seção, os seus respectivos presidentes são hierarquicamente submetidos ao Presidente Regional e este, por sua vez, ao Ministério da Administração Territorial sediada na capital Bissau. Este último é subordinado ao Primeiro Ministro, sediado na Primatura²⁰ e este, por sua vez, ao Presidente da República. Tanto a Assembléia Nacional Popular quanto o Ministério da Justiça funcionavam no sentido de ratificar as deliberações do governo, uma vez que vigorava o regime do Partido Único, o partido-estado PAIGC. É nesta formatação política e administrativa que o partido-estado, sob comando de Luis Cabral, implementou uma política industrial ousada, permitindo o surgimento de várias fábricas, escolas de formação de professores, internatos, faculdade de direito e de medicina, feitos possibilitados sobretudo com apoio e financiamento dos países do leste europeu, China, Cuba e escandinavos, contando, ainda, com inúmeros estudantes que foram estudar nestes países, sobretudo Cuba e Rússia.

²⁰ Nome dado ao edifício onde trabalha o Primeiro Ministro e sua equipe.

FIGURA 1 - Mapa Administrativo da Guiné-Bissau com a indicação das regiões por cores e suas respectivas concentrações étnicas.



Fonte: Wikipedia/Abril 2011

Legenda		
	Gabú	Predominância da etnia Fula
	Bafatá	Predominância da etnia Fula
	Quinara	Predominância da etnia Beafada
	Cacheu	Predominância da etnia Manjaco
	Biombo	Predominância da etnia Pepel
	Tombali	Predominância da etnia Balanta
	Bissau (Capital)	Confluência étnica
	Bolama	Predominância da etnia Bijagós
	Oio	Predominância da etnia Balanta

O projeto político de modernização do país levado a cabo por Luis Cabral viu-se interrompido através de um golpe de estado liderado por João Bernardo Vieira, “Nino Vieira,” então Primeiro Ministro e uma das principais figuras e estrategistas da luta de libertação, tendo sido líder e herói nacional à frente do PAIGC. O golpe foi denominado pelos protagonistas de “Movimento Reajustador”. Como o nome indica, este acontecimento foi carregado de um forte apelo à ideologia de Cabral, acusando o regime deposto de ter se desviado dos ideais do fundador da nacionalidade.

Existem várias causas que apontam para o afastamento de Luis Cabral, entre elas destacamos o ambiente econômico, sócio-histórico e político. O “movimento reajustador” aconteceu num momento em que existiam fortes críticas à administração de Luis Cabral, a

situação econômica do País era caótica, aliada aos privilégios de funções e à extrema discrepância entre o nível de vida dos dirigentes e da população, refletindo-se em formas visíveis de corrupção, em que a classe dirigente gozava de uma vida luxuosa, enquanto a população mantinha-se carente da possibilidade de satisfazer suas necessidades primárias.

O novo Estado revelou-se incapaz de manter os produtos de primeira necessidade ao acesso da população, já que era a única fonte fornecedora de diversos tipos de produtos. Saliente-se que o partido-estado adotou o modelo de economia planificada e centralizadora, fazendo dos armazéns do povo instâncias vendedoras (DJALO, 2000, p. 27). O estado de insegurança alimentar gerou manifestações que foram fortemente reprimidas pelo regime, pairando medo e desconfiança na população. É necessário lembrar que durante todo esse período Nino Vieira era o Primeiro Ministro do Partido-Estado.

No tocante ao ambiente sócio-histórico, vêm à tona as divergências que remontam ao projeto político da unificação da Guiné e Cabo-Verde. A unificação dos dois países nunca foi aceita totalmente por alguns setores do PAIGC e por parcela da população guineense. É comum escutar em Guiné-Bissau, a propósito da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, a frase que teria sido dita pelo falecido Osvaldo Vieira, comandante da luta de libertação e primo de Nino Vieira: “*Si guerra kaba, cada santchtu na si pô*”. Em português significa: “quando acabar a guerra cada macaco vai ficar no seu galho”. Esta seria uma clara chamada de atenção aos cabo-verdianos sobre a insatisfação e a discordância a respeito da proposta de um estado binacional. Existem representações, no imaginário coletivo guineense, de que o temperamento forte deste Osvaldo Vieira e o recorrente embate com os cabo-verdianos teria sido motivo da sua morte²¹.

Álvaro Nóbrega (2003, p. 205-12) traz algumas pistas sobre as circunstâncias da morte de Cabral. Ao mencionar Inocêncio Cani, o executor de Cabral, de imediato faz uma alusão à amizade e à proteção que este mantinha com Osvaldo Vieira. Por este último ser um crítico da unidade Guiné e Cabo-Verde, a suspeição de assassinato de Cabral recaía também sobre ele. Uma espécie de vinculação por tabela, na qual Osvaldo Vieira se apresentaria como o mandante ou teria algum vínculo com a morte de Cabral. Este último não teria sido acusado como suspeito devido ao alto posto que ocupava - comandante da frente norte. Com a finalidade de desqualificar a figura de Osvaldo Vieira, Nóbrega salienta algumas supostas

²¹ Não existe nenhum documento ao alcance da população que comprove tal associação.

posturas indignas do mesmo. Demonstra inicialmente que Osvaldo Vieira era um bom rapaz, mas afirma que quando começou a beber demasiadamente teria passado a contrariar Cabral. Entretanto, Osvaldo Vieira foi enviado à Rússia, em tratamento, e os médicos informaram que o fígado estava em estado limite. Ao regressar, deixou de beber e voltou à normalidade, mas depois retomou a bebida e morreu rapidamente. Alguns relatos sugerem que teria sido envenenado, mas oficialmente consta que morreu de cirrose hepática. Se por um lado o autor do assassinato foi encontrado, por outro, ainda fica por desvendar os mandantes e/ou motivos que levaram à sua morte. Entretanto, existem tendências explicativas que apontam por uma conspiração nacional de uma parcela dos militantes do PAIGC (guineenses) descontentes com o projeto binacional e a forma como Cabral concebia o país pós-independência.

Por outro lado, outra tendência aponta para uma explicação extra nacional, segundo a qual o Presidente da República de Guiné-Konacry e Portugal estariam envolvidos. Se por um lado Sekou Touré ofereceu o seu território para a base e a retaguarda do PAIGC, por outro tinha a intenção de anexá-lo com vistas a criar uma grande Guiné. Touré imaginava anexar o sul de Senegal, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Sudão e a Costa do Marfim. A resistência de Cabral em relação ao propósito de Touré não está descartada como uma das causas da sua morte, uma vez que ia de encontro ao seu propósito. Outro fator que se poderia cogitar seria a perda da hegemonia regional de Touré, pois Cabral já estava ocupando um lugar central no cenário das lutas de libertação. Mas a versão mais cogitada aponta para o principal inimigo do PAIGC, os colonialistas portugueses, através dos agentes de PIDE – Polícia Internacional de Defesa de Estado. Em meio a muitas cogitações sobre a orquestração da morte de Cabral, provavelmente não se iria chegar a um consenso. O que significaria dizer que nenhuma pessoa ou entidade gostaria de ser lembrada ou apontada como responsável pela morte de um dos mais destacados líderes da luta pela libertação no continente africano, quiçá no mundo.

No tocante à relação guineenses e cabo-verdianos, não se pode negligenciar o inconformismo patente que uma boa parte dos guineenses sentia pelos cabo-verdianos decorrente das suas posições na estrutura do partido. Quase toda a cúpula era composta pelos cabo-verdianos, chamados pejorativamente de *burmedjus*²² e aos guineenses eram reservadas a guerrilha e as atividades que não exigissem um esforço intelectual. É de certo modo

²² Este é o nome dado as pessoas de pele clara na Guiné-Bissau no qual os cabo-verdianos geralmente são inclusos, pode significar vermelho numa tradução literal, mas acreditamos que o mais próximo seja mulato, pois quase que invariavelmente são também descendentes dos europeus – portugueses. Esta nomenclatura soa como uma espécie de negação parcial destes como legítimos africanos ou guineenses, decorrente da sua miscigenação. Logo se caracteriza como uma expressão discriminatória e pejorativa.

compreensível a insatisfação dos guineenses em relação ao domínio do comando dos cabo-verdianos, mas por outro lado não se pode negar o alto índice de analfabetismo existente no país, que tornava difícil o recrutamento de lideranças qualificadas entre sua população. Tudo indica que o sentimento de menos-valia não se agudizou durante o processo da luta devido à figura mobilizadora de Cabral.

Com relação ao contexto político, saliente-se que a pressão vivenciada por Nino Vieira revela como o golpe era por ele visto como a única saída possível para salvaguardar sua vida e honra enquanto combatente e estrategista da luta de libertação. Pesava sobre ele o artigo 70 do Anteprojeto da Constituição da República de 1980, que estipulava que “o presidente do Conselho de Estado é o Chefe do Estado e do Governo e o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do povo” (DJALO, 2000, p. 27). Assim sendo, o posto de Primeiro-Ministro ocupado por Nino Vieira estaria simplesmente suprimido. Por trás desse anteprojeto, que levaria à supressão e ao afastamento do primeiro-ministro, poderia ocultar-se a tentativa de orquestração de um golpe de estado. O sentimento golpista teria sido motivado pela profunda insatisfação dos combatentes, onde Nino Vieira ocupa um lugar de destaque como um dos protagonistas da luta. A insatisfação dever-se-ia à distribuição de patentes militares no seio das forças armadas em 1979, baseada no sistema de cotas que permitia promover os jovens cabo-verdianos recém chegados de Portugal ou de Cabo Verde. Este dispositivo teria soado como uma afronta aos veteranos de guerra. Logo Nino Vieira se sentiu injustiçado, tendo em conta a sua trajetória pela luta de libertação. A sua reação, ainda durante o ato cerimonial, foi deitar para o chão as suas patentes, em sinal de protesto. Tal gesto foi reprovado pelo diretor geral de segurança de estado, Buscardini, que teria proferido ameaças a ele. Diante deste clima de tensão, só restava-lhe apressar o golpe antes que fosse tarde. Neste caso, o golpe teria funcionado como uma forma de legítima defesa (DJALO, 2000, p.28). Desta forma, as circunstâncias nos levam a crer que a causa do golpe pode ter sido *sobredeterminada* pela briga intestinal por disputas de privilégios e/ou maior reconhecimento enquanto combatente da liberdade da pátria. Mas com o objetivo de justificar as práticas golpistas, os protagonistas se escondem por trás da debilidade econômica, gestão irresponsável da máquina pública calcada num forte apelo à ideologia de Cabral.

Ainda em torno destas questões mescla-se um simbolismo calcado nas músicas da época da luta pela independência, que remetia ao despertar do nacionalismo e consequente identificação com a ação em questão. É importante perceber nesta dinâmica a capacidade de

transformar um problema pessoal ou de um grupo em problema do país, mas também, por outro lado não podemos negar que encontram respaldo para a sua sustentação. Como diz o ditado guineense “*tchuba tchubi i ôtcha caminho lalú*”, ou seja, “ao chover, o caminho já se encontrava escorregadio”²³.

Em decorrência da efetivação do golpe de Vieira, o PAICG passou a controlar toda a vida social, política e econômica do país, de acordo com o que instituíam o artigo 4º e 6º da Constituição da República de 1973, que o definia como a única força política e dirigente máximo da sociedade e do Estado. Com a conquista do poder, o partido passou a assumir o controle de todas as organizações e atividades políticas, substituindo-as por “organizações populares”, organicamente a ele vinculadas. Sejam citados, como exemplo, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), a União Democrática das Mulheres (UDEMU), a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAC) e o pioneiro Abel Djassi (MENDY, 1996, p. 29). Como parte do controle efetivo da sociedade fundada numa suposta segurança e nos ideais da unidade nacional, foram também adotados mecanismos de controle dos órgãos de comunicação social. Esta racionalidade funcionava de forma a controlar ou a possibilitar um controle maior sobre qualquer manifestação de oposição ao regime. Neste sentido, Mendy (1996, p. 30) salienta que

Durante o período pós-independência na Guiné-Bissau, ‘a lógica da força’ foi sistematicamente aplicada pelos dirigentes do partido-estado para impor a unanimidade. Uma ativa polícia de segurança nacional intimidou e silenciou numerosas vozes dissidentes e conseguiu criar uma intensa atmosfera de medo e de ansiedade. Detenções arbitrárias, prisões e execuções sumárias foram às medidas repressivas mais severas adotadas.

Como forma de legitimar o golpe houve abrandamento da repressão política, das detenções e prisões arbitrárias, somadas à libertação de alguns prisioneiros. Aparentemente, este movimento se apresentou como uma forma de salvar a nação, banindo as práticas repressivas do regime colonial, derrubado e sinalizando um comprometimento com a nação, mas, na realidade, tratava-se de uma postura instrumental da elite militar descontente com a sua posição de chefia militar buscando galgar os postos mais altos da hierarquia. Certo é que durante o seu mandato verificaram-se também atos similares aos praticados pelo governo

²³ Em Guiné-Bissau quase inexistem bairros asfaltados, quando chove os caminhos de acesso ficam quase intransitáveis, com muita lama e escorregadios e é muito comum as pessoas caírem. Ao acontecer uma situação em que o terreno já se encontra lamacento, somado ao tempo chuvoso, aumenta ainda mais a possibilidade da queda. Logo a desculpa ou a justificativa de quem porventura venha a cair não recai ou não encontrará respaldo necessário na chuva propriamente, uma vez que o terreno já se encontrava, por assim dizer, inadequado (alagada) antes da chuva.

anterior, nomeadamente: o faccionismo político e a luta pelo poder, com a acusação de tentativa de golpes de estado entre os altos dirigentes do partido-estado. Tais acontecimentos estão relacionados à criação dos partidos políticos e abertura econômica e política no país, assuntos que abordaremos no terceiro capítulo. No capítulo que se segue, discutiremos a formação do estado nação em Guiné-Bissau.

2 GUINÉ-BISSAU: NAÇÕES ÉTNICAS OU UMA NAÇÃO?

É quase impossível falar das nações africanas sem uma referência inevitável aos colonizadores europeus. Assim, podemos dizer, sem reservas, que as nações e territorialidades africanas foram inventadas verticalmente, através de intervenções autoritariamente orquestradas. A conferência de Berlim testemunha o episódio sombrio da história humana, em que as potências colonizadoras dividiram, ao seu bel prazer, o continente africano, de forma a evitar as disputas futuras por espaços invadidos e ocupados. Como desdobramento do tratado de Berlim, que ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, consolidando as medidas separatistas arbitrariamente negociadas entre as partes. Tinha como objetivo demarcar as fronteiras das áreas sob o seu domínio, nomeadamente Senegal, Guiné Conacry e Guiné-Bissau, que na época se chamava Rios da Guiné.

A demarcação resultou em profundas integrações desintegradoras nas regiões norte e sul da atual Guiné-Bissau. A região norte da atual²⁴ Guiné-Bissau (Casamance) foi integrada ao Senegal juntamente com a sua população. Por outro lado, também foi integrada uma parte da região Sul (Cacine), que pertencia à Guiné-Conacry, para a atual Guiné-Bissau²⁵. Nessa disputa pelo território, Portugal abriu mão de muitas terras, no caso Alemão, acertou fronteiras com no sul de atual Angola com o sudeste africano, hoje Namíbia e no norte de Moçambique com a África Oriental alemã, hoje Tanzânia.

O tratado separatista foi marcado por assimetrias gritantes, pois tudo indica que a França se valeu da sua supremacia econômica e militar para se apossar da região norte da atual Guiné-Bissau, cujo clima e terra eram favoráveis à plantação. Para “recompensar” Portugal pelo apossamento de áreas cultiváveis, a França “cedeu” a região de Cacine. Com a delimitação do território, Portugal rebatizou o país com o nome de Guiné-Portuguesa, afirmando-se como detentor da colônia, de fato e de direito. Essas ações causaram e ainda causam conflitos independentistas e/ou étnicos na África, como é o caso de Casamance, que luta pela independência há quase 30 anos. A luta pela independência desta região, alavancada pelo denominado Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), denuncia os nefastos reflexos das práticas colonizadoras no continente. A população de Casamance

²⁴ A atual Guiné-Bissau era conhecida inicialmente por Rios da Guiné. Depois da conferência franco-portuguesa passou a se denominar Guiné-Portuguesa e após a independência foi rebatizada, mas desta vez pelo PAIGC, o partido fundador da nacionalidade Guineense.

²⁵ Ver Zeverino. Conflito Político Militar na Guiné-Bissau. 1998 – 1999, (s.d, p.78).

vivencia uma crise profunda de identidade decorrente de sua integração forçada e um fator curioso é a língua: fala o francês como língua oficial, mas ainda preserva o crioulo, que remete às suas origens, anteriores a integração.

A luta pela independência dos países africanos traz no seu bojo a preocupação com a formação do estado-nação em toda a África e Guiné-Bissau não escapa à regra. Como forma de demonstrar que Guiné-Bissau é resultado da colonização portuguesa, um dos últimos governadores portugueses citados por Lopes (1987, p. 33) afirma que

A Guiné, tanto no nome como na própria existência, é essencialmente portuguesa; e que se não fosse portuguesa nem sequer poderia existir – porque, então, tudo e todos, terra e gente, seriam repartidos, divididos, destruídos, no seu carácter e nos seus bens, no seu corpo e na sua alma.

A citação acima pode ser percebida como uma manifestação exacerbada por parte do governo português, pois remete ao não reconhecimento da civilização guineense, apontando para uma negação das formas sócio-econômicas, políticas e culturais assentes nos reinos e impérios antes da colonização. Sua fala remete à idéia de um estado de caos e de completa inexistência de uma sociedade civil anterior à colonização, considerando os guineenses destituídos de corpo e alma e, portanto, imersos em um estado de natureza indiferenciada (Cf. SANTOS, B. S; MENESES, M. p., 2010, p. 36).

Estamos aqui nos referindo a uma perspectiva histórica que não toma a chegada dos europeus na África como um marco da sua história. As perspectivas exógena e endógena devem caminhar juntas como partes integrantes de uma única história, sob pena de mutilação da realidade histórica de um povo, que a história ocidental vinha sufocando há séculos, e que ganhou fôlego com o historiador africano Burkinabe Joseph Ki-zerbo (1972), ao desafiar alguns filósofos, inclusive Hegel, sobre sua posição a respeito da negação da existência da história africana, validando, assim, o significado de suas organizações econômicas, políticas e sociais.

O debate sobre o mosaico cultural dos povos africanos nos remete a um artigo de Lopes, cujo título é: “Os Limites Históricos de uma Fronteira Territorial²⁶”, no qual o autor tece algumas críticas a atitudes que tendem a naturalizar a perspectiva de abordagem utilizada pelos colonizadores e seus ideólogos e que são, inclusive, incorporadas de forma inconsciente pelos movimentos de libertação nacional. Esse discurso vem no sentido de legitimar a

²⁶ Disponível em www.didinho.org Acesso em 27 de maio de 2010.

pertença européia no território ou nas suas colônias, levando à negação ou à dissimulação das identidades dos colonizados. Pois os países africanos colonizados quase que se conformam com a tese exógena de aceitação da demarcação dos limites fronteiriços desenhados pelos europeus durante o tratado de Berlim, convocado única e exclusivamente para a divisão da África e dos africanos.

Com efeito, não se atenta para a tese endógena, calcada dentro duma concepção territorial de reinos e impérios e nas relações econômicas, políticas e culturais anteriores à chegada do colonizador. Ratifica-se, assim, a idéia de uma África cuja história se inicia com a chegada do imperialismo europeu. Por incrível que possa parecer, uma boa parte da população africana se percebe enquanto tal, isto é, a partir da geopolítica traçada verticalmente, ao ponto de soar como algo natural, simplificando assim toda uma complexidade presentes nas dinâmicas territoriais anteriores ao colonizador. Com efeito, os movimentos independentistas se vêm em uma dupla missão de forma simultânea: combater o colonizador de um lado, e, de outro trabalhar no despertar do nacionalismo entre as suas populações étnicas.

Esta missão Cabral desempenhou tão bem a ponto de enxergar a unificação das diferentes etnias como condição primária para a obtenção da independência. Deste modo, começava a brotar nas diferentes etnias do país, a idéia da nação, ainda que de forma inconsciente, conduzida pelas idéias força assentes na tríade cabralista (Unidade, Luta e Progresso). Cabral percebia que o ponto mais frágil que existia, e que poderia levar o processo de luta à falência, era a instrumentalização das etnias por parte dos portugueses, daí o sentido das palavras de ordem *unidade, luta e progresso* ter se tornado para ele uma constante. A tríade cabralista visava fomentar um sentimento de pertencimento que funcionasse como uma armadura, envolvendo todas as etnias em torno de um projeto único, que era a luta contra o seu único e principal inimigo – os colonizadores.

No concernente aos conflitos entre os povos africanos, Cabral afirmava a inexistência de conflitos reais entre os vários povos da África, nem mesmo entre guineenses e cabo-verdianos, mas pontificava que estes existiam, sim, entre as elites que disputavam empregos e melhores espaços junto aos colonizadores com o intuito de comer galinha e cabrito (CABRAL, 1974 p.89-95). Este entendimento de Cabral é decorrente da observação da realidade objetiva, na qual as diferentes etnias estavam se libertando de atitudes que levavam a fricções tribais provocadas pelo colonizador, para se unirem em um processo de integração

começado antes de sua dominação efetiva. Com efeito, ao se referir a Cabral Lopes reconhece a difícil tarefa de conciliar as diferentes etnias guineenses, quando argumentava:

Como é que podemos unir todos estes povos, todos estes grupos étnicos, de forma a que marchassem juntos como um só homem? Escuta os nossos anciãos: Não pode ser obra de homem, tem que ser trabalho de Deus. Talvez tenham razão, desde que em face de cada ameaça possamos conservar e fortalecer essa grande arma da nossa luta que é a unidade do nosso povo, e todos os seus grupos étnicos, de todos os seus estratos sociais. (CABRAL apud LOPES, 1987, p. 57).

Em um país com diferentes povos e culturas, com as suas próprias línguas, usos e costumes, como é o caso de Guiné-Bissau, torna-se difícil transplantar pura e simplesmente uma concepção de nação gestada alhures, visto que cada povo se reconhece em suas culturas e tradições. Com efeito, Augel²⁷ nos assegura que o País está ainda sem uma identidade nacional efetiva e os sentimentos de pertença e de lealdade estão mais voltados às comunidades étnicas locais, que à idéia de nação.

No seu Livro intitulado “Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau”, Lopes (1988, p. 36-37) demonstra que em qualquer estudo sobre a África, o problema étnico deve estar no centro das atenções. Neste sentido, o país de Cabral não foge à regra. De imediato, Lopes começou por problematizar o conceito de etnia, indagando quais critérios utilizar para a definição da realidade étnica guineense. Cerca de 40 etnias perfazem o mosaico cultural guineense. Para ele, a etnia pode ser entendida como uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, ocupando um dado território, tendo uma mesma religião e, sobretudo, a consciência de pertencer à mesma comunidade. Dentre os principais grupos étnicos do litoral destacam-se os Djolas, Balantas, Mandjacos, Brâmes, Pepél, Biafadas, Nalus, Bijagós, Cocolis e Padjadicas, enquanto o interior é essencialmente povoado pelas etnias Fulas e Mandingas. Mesmo com a pequena extensão territorial, vivem neste pedaço da terra dezenas de grupos e subgrupos étnicos heterogêneos. Contam-se 27 grupos étnicos existentes no país, mas não existe uma unanimidade dos autores a respeito. Isto se deve a critérios de classificação e quantificação, uma vez que existem grupos e subgrupos e os critérios variam muito de autor para autor.

Entre os grupos étnicos mais numerosos percentualmente destacam-se os Balanta (27%), os Fulas (22%), os Mandinga (12%), os Manjaco (11%) e os Pepel (10%) (AUGEL,

²⁷ Ver Moema Parente Augel. Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil: A Situação do Ensino Universitário na Guiné-Bissau e a construção da Guineidade. Disponível em www.didinho.org Acesso em junho de 2010.

2007, p. 76-77). Entre eles existem diferenças organizacionais resultantes das suas visões de mundo. Os islamizados, fundamentalmente Fulas e Mandingas, possuem uma organização política hierárquica “vertical”, com um poder central e uma divisão de classes explícita. Do ponto de vista da atividade econômica, dedicam-se, sobretudo, ao comércio e à criação de gado. Ao passo que as outras etnias da costa dedicam-se à agricultura e praticam as religiões “nativas”, fundadas no culto aos antepassados, e possuem uma organização social “horizontal”, isto é, não hierarquizada.

O critério da horizontalidade e da verticalidade como recurso para nominar as duas formas de sociabilidade nos é oferecido por Cabral. Aliás, Cabral revela-se não somente um engenheiro de formação, mas também um autodidata das ciências sociais²⁸. Podemos considerá-lo o primeiro sociólogo guineense, uma vez que não resumiu as suas ações tão somente à sua área de formação ou às estratégias da guerrilha e sim, se preocupou em preliminarmente conhecer as culturas das diferentes etnias, bem como suas localidades de povoamento. Esta aproximação da realidade vivida pela população permitiu-lhe perceber que todas as ações a serem desencadeadas pelo partido deviam partir da realidade objetiva local e não se resumirem a uma cópia das experiências bem sucedidas em países com condições históricas, geográficas e sócio-culturais diferentes.

Cabral (1974, p. 43-44) colocou em ação uma estratégia de combate multifacetada, combinando simultaneamente à resistência política que levou à derrota dos colonizadores, a articulação de aspectos físicos, econômicos²⁹ políticos e culturais, buscando sempre a destruição da economia do inimigo com o objetivo de construir a própria, assim como a destruição das influências negativas da cultura do inimigo em prol do desenvolvimento de uma cultura própria. Sobre as etnias de Guiné-Bissau, Cabral chamava a atenção para sua particularidade, mesmo daquelas que compartilhavam a mesma religião, como é o caso dos Fulas e Mandingas. Salientava que os Balantas, Pepel e Mancanhas, entre outras etnias, eram do interior da África e que os Mandingas os empurraram para as regiões litorâneas. Demonstrou, ainda, que os Sussus, da vizinha República da Guiné-Conakry, eram de Fata-Djalon, repelidos também pelos Fulas e Mandingas.

²⁸ Cardoso (1994, p. 27) demonstra o papel central que Cabral ocupa nas ciências sociais guineense, considerando-o o primeiro investigador africano da então Guiné Portuguesa a compreender e aprofundar estudos com base numa preocupação real sobre a vida cultural das populações autóctones.

²⁹ A combinação de aspectos econômicos e culturais nos leva a pensar que Cabral tinha entendimento do significado do peso dessas esferas no processo de construção de uma nova ordem social, afastando deste modo qualquer determinismo e estabelecendo um diálogo entre os dois campos.

Quanto à organização social dessas etnias, Cabral elegeu três delas para expor suas idéias: os Balantas, os Fulas e os Manjacos. Em relação à sociedade Balanta, Cabral observou que não é hierarquizada, não possui classes e que as famílias e as vilas têm autonomia. Significa dizer que não existe em seu modo de estruturação social nenhuma entidade suprema com poderes deliberativos e que, no caso da resolução de algum problema, é o conselho dos velhos (anciões) que decide. Nesta sociedade, o prestígio é avaliado de acordo com as terras que o indivíduo cultiva, mas a riqueza é desprovida da lógica capitalista de acumulação, pois a riqueza não é para guardar ou negociar no intuito de gerar mais valia, e sim, para gastar, visto que existe o entendimento, no imaginário coletivo desse grupo, de que as relações econômicas são organizadas a partir do princípio do equilíbrio. Já com relação aos Fulas e Manjacos, Cabral identificou que se estruturavam hierarquicamente, com suas respectivas distinções de classes: no topo da pirâmide social se encontra a figura do chefe, em seguida a dos religiosos “sacerdotes”, que juntamente com os primeiros formam uma unidade de classe, e, em seguida, aparecem diversas profissões hierarquicamente estabelecidas (CABRAL, 1974, p. 87-88).

Cabral (1974, p. 83-85) ainda nos lembra que as etnias ditas Mandingas e Fulas não são originárias da Guiné-Bissau, mas são populações “nativas” *fulanisados* e *mandinguisados*, ou seja, que foram convertidas durante a expansão muçulmana na África. Uma das características evidentes desta assimilação forçada dos Mandingas e Fulas na Guiné pode ser percebida nas diferenças existentes entre os Fulas e Mandingas da Guiné em relação às localidades de onde se originaram, como é o caso dos Fulas de Futa Djalon, que islamizaram um contingente significativo da população guineense que antes era praticante de religiões locais, ao ponto de se perceberem tão somente como muçulmanos, cortando, deste modo qualquer vínculo com o passado anterior à islamização.

Diante do exposto, podemos perceber que a África experimentou duas dominações em diferentes períodos: estamos nos reportando à dominação Árabe, que submeteu uma boa parte da população africana ao islamismo, entre ela a própria Guiné-Bissau e a obrigou a adotar seus nomes e suas culturas. De modo similar, os europeus também se valeram destes mesmos artifícios de submissão cultural como uma das formas da dominação subjetiva. Com o

processo de secularização, os assimilados passaram a se perceber como representantes “naturais” desta nova realidade³⁰.

No tocante às contradições entre as etnias, Cabral (1974, p. 89) reporta sobre alguns episódios de conflitos étnicos nos anos 30 em Bissau, concretamente em Bissalanca, chão dos Manjacos, e no Oio, em 1954, que ele mesmo assistiu. Um dos episódios punha em relevo os conflitos entre a etnia Balanta e Oinca e Cabral referia-se às causas dos conflitos como sendo, de um lado, subjetivas, já que relacionadas às idéias antigas presentes nas cabeças das pessoas e, de outro, às causas objetivas, que ele nomeia quase que invariavelmente como estando relacionadas ao roubo de vacas, às brigas pela terra ou à “captura” das moças de uma etnia para outra.

No tocante à relação entre os guineenses e os cabo-verdianos, Cabral faz a seguinte distinção, ao argumentar que

A contradição que havia, que pode parecer que havia, era o seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais na Guiné são caboverdianos, vários chefes de posto são caboverdianos, e dado que em Cabo Verde a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os caboverdianos conseguirem emprego, do que para os próprios filhos da Guiné. Isso pode parecer que eles (caboverdianos) é que estão a tomar nas suas mãos os interesses do povo da Guiné. [...] Mas se virmos bem, também há filhos da Guiné que estão nas mesmas condições dos caboverdianos, e que nunca houve contradição entre esta gente que está nas cidades e a nossa gente do mato. Na cidade é que há contradição (CABRAL, 1974, p. 89).

As observações de Cabral apontam para a não existência de conflitos de alta intensidade entre as etnias guineenses, bem como entre os guineenses e cabo-verdianos, salvo as contradições entre as suas elites urbanas pela manutenção ou acesso a espaços no aparelho administrativo colonial. Nesta mesma linha de raciocínio, depois de mais de 30 anos da afirmativa de Cabral, Moema Augel Parente (2007, p. 231) demonstra que apesar de Guiné-Bissau ainda perfilar-se na periferia do continente africano e à margem dos países industrializados, com consideráveis deficiências estruturais em questões de educação, saúde, transporte, ausência de indústrias, deficiências infra-estruturais em vários setores e no exercício da democracia, bem como lacunas no tocante às responsabilidades políticas e administrativas, persiste no país a situação de uma coexistência étnica praticamente desprovida de conflitos graves.

³⁰ É comum escutar em Guiné-Bissau alguém se apresentar dessa maneira: “Eu sou Fula, ou Mandinga”, o que conota a idéia de que sempre foi Fula ou Mandinga, essencializando, assim, todo um processo de construção identitária até certo ponto estranho. Saliente-se que reporteí sobre estas duas etnias por constituírem as etnias islamizadas majoritárias no país.

Em que pese a constatação acima, Cardoso (1988) chama a atenção para o fato de, após a luta de libertação nacional, os documentos oficiais terem evitado, como ainda evitam, abordar a dimensão étnica da vida social ou política do país em detrimento da nação, que a seu ver soa como aglutinadora enquanto a etnia soa como dispersadora dos sentimentos nacionalistas. Mamadu Jao (1996, p.130) observa que as práticas de ajustes de contas, perseguição e aniquilamento físico dos chefes tradicionais que se encontravam ao lado das forças coloniais eram frequentes, pois se enquadrava no que se chamava “inimigos do povo”, em uma clara manifestação de intolerância e livre arbítrio que ceifou a vida de vários chefes tradicionais. É o caso do fuzilamento de vários chefes em Canhungo, a ponto de não escapar Baticã, um chefe da “família real” Manjaco. O fuzilamento contou ainda com requintes de crueldade, pois foi realizado num estádio de futebol da cidade de Canchungo e contava com a presença forçada³¹ de pessoas para assistirem à execução.

Episódios semelhantes também foram observadas no leste do país, aliás, foi na região de Bafatá que ocorreram os maiores números de fuzilamentos. Esta realidade só começou a mudar depois do golpe militar de 14 de Novembro de 1980. Logo se estabeleceu uma nova relação entre o poder tradicional e o partido-estado. A instauração dessa nova relação se deve, em grande medida, ao comportamento de parte dos golpistas de se distanciarem da ala perdedora, de modo a imputar-lhes toda a responsabilidade pelas práticas relacionadas aos crimes étnicos.

Como efeito, os chefes tradicionais passaram a ser consultados e escutados em relação à tomada de algumas decisões, sobretudo aquelas que diziam respeito à comunidade local, espaço onde geralmente “governam”. O Partido-Estado, sob o comando de Nino Vieira, vai se valer dessa aproximação com os chefes tradicionais para manter-se no poder no período das eleições multipartidárias. Os exemplos marcantes desta vantagem competitiva estão relacionados com um longo período de uma boa relação com os chefes tradicionais e, sobretudo, na cooptação dos régulos, bem como os administradores setoriais, engendrando um “perfeito” casamento entre o moderno e o tradicional. Pois, se de um lado, as pessoas reverenciam o régulo e depositam nele a responsabilidade administrativa e espiritual de cuidar de suas vidas segundo a tradição, esta ligação se torna ainda mais eficaz quando este concentra, a um só tempo, autoridade estatal e tradicional. Deste modo a dominação assume

³¹ A presença forçada de pessoas para assistirem ao assassinato, parece, de um lado, ter o objetivo de intimidar e desencorajar qualquer ato de traição; por outro lado, demonstrar que o PAIGC era a única força reinante no país, forçando as pessoas a presenciarem e a experienciarem a penalidade fatal que acontece quando se “traí a pátria”.

duas feições, como nos ensina Weber, conjugando um viés tradicional e legal. O PAIGC vai se utilizar desta combinação na região norte do país, nomeadamente Canhungo e Caió, na qual estes ocuparam, simultaneamente, os cargos de presidente do setor e régulo.

Se durante o processo de construção identitária de grande parte dos países africanos após a independência ocorreu o aniquilamento das formas tradicionais e da visão do mundo das diferentes etnias pelo Estado, no caso guineense a realidade nos mostra que esta tendência deu uma guinada a partir do golpe de 14 de novembro. O Partido-Estado estabeleceu uma nova relação com os régulos, ainda que de forma superficial e /ou pontual, se levada em consideração a relação entre régulos e Estado em todo o território nacional.

A convivência entre as duas formas de governabilidade aponta para uma forma de sociabilidade assente na relação tradicional e moderno, aliás, as populações se reconhecem nelas, tendo como marco definidor da opção a expectativa, ou o nível de satisfação que possam obter em cada um dos dois sistemas distintos de administração. Sobre as ambiguidades na resolução dos conflitos entre o poder tradicional e estatal, Paulina Mendes (296-306) faz algumas observações pertinentes. Durante a sua pesquisa sobre o papel das instituições costumeiras e estatais na resolução de conflitos, na região de Cacheu, a autora expõe experiências de formas operantes de resolução de conflitos nesta localidade. O resultado da investigação mostrou que nem a forma tradicional de resolução de conflitos, nem a forma estatal funcionam em todos os casos. Constatou-se a existência de episódios em que a justiça estatal foi mais eficiente e casos em que a justiça tradicional foi mais eficaz, embora existam casos considerados pela comunidade de âmbito familiar e que não devem ser levados à justiça estatal sob pena de uma separação definitiva. É o caso de conflitos entre familiares³². Percebeu-se que nestas comunidades se vivencia um pluralismo jurídico, no qual em um determinado momento o conflito pode ser resolvido no fórum tradicional e, em outro, em fórum estatal e/ou simultaneamente. Caso estas instâncias não satisfaçam às suas expectativas, recorre-se às instituições religiosas (djambakós, irã), entidades que acreditam possuir poderes sobrenaturais de fazer o bem ou o mal. Saliente-se que estas práticas acontecem em todas as regiões do país.

³² Para eles, os conflitos de foro familiar não devem ser levados nem à justiça estatal, nem à justiça tradicional, mas devem ser resolvidos em família, e, na pior das hipóteses, deve ser solicitada a mediação dos anciãos. Caso o conflito extrapole a esfera familiar e seja alçado à justiça convencional, o fato é visto como uma traição, motivo de ódio e até de um caminho sem volta do ponto de vista da reconciliação.

Retomando a dinâmica estabelecida entre o Estado e os poderes tradicionais, verifica-se uma clara relação clientelista e/ou de compadrio entre as duas instâncias, em que o Estado atende as demandas pontuais³³ dos chefes tradicionais com a contrapartida de que estes lhes sejam fiéis, mas sem qualquer compromisso de discutir a questão étnica, tida como desagregadora da identidade nacional. Nestes moldes, os régulos acabam funcionando como uma espécie da mão invisível do governo, driblando assim a sua quase invisível participação nestas localidades. Em certa medida, este silêncio em relação a esta dimensão da realidade deve ter contribuído para escassos estudos voltados para esta temática no país, que só veio a florescer com as eleições pluripartidárias na qual os candidatos fomentam a pertença étnica como uma das formas de angariar votos.

Após o fim do estado colonial, os governantes estavam tão fixados nas idéias da modernização inspiradas em concepções européias a ponto de não conseguirem compreender a questão étnica como parte constitutiva das identidades, aliás, tentaram a destruição dessas identidades. A etnicidade não fazia parte do projeto político dos estados-nação recém-independentes, como é o caso de Guiné-Bissau. O que, de certa maneira, revela resquícios de uma dominação subjetiva ocidental engendrada de tal forma que mesmo na sua ausência exerce uma coerção histórica e cultural muito forte, tida como o único modelo a ser seguido.

No caso guineense, diferentemente de alguns países africanos, a exemplo de Ruanda, os conflitos étnicos não se manifestam sempre de forma clara e visível, mas todos sabem que eles estão latentes e fazem com que grupos étnicos invoquem suas pertenças mesmo com as fronteiras geográficas e culturais modificadas. Mesmo os casamentos entre etnias diferentes não são capazes de homogeneizar as relações de parentesco. Apesar disso, torna-se difícil falar da existência de fronteiras rígidas entre as etnias. Isso nos remete ao que os guineenses chamam *n'djagassi*, ou seja, “sou miscigenado”, esta miscigenação podendo ser de baixa ou de alta intensidade. O encontro entre etnia “A” e etnia “B” pode ser de alta intensidade, envolvendo várias etnias, inclusive os cabo-verdianos, chamados preconceituosamente *burmedjus*.

³³ Geralmente o governo atende as necessidades pontuais dos régulos, tanto muçulmanos quanto não muçulmanos, muitas vezes participa das cerimônias importantes da região doando todo o aparato necessário para o evento. Na religião muçulmana se torna ainda mais patente, pois, o governo assume a passagem de uma boa parte dos membros para a peregrinação na cidade santa da Arábia Saudita (Meca). Estas concessões de certa maneira selam um compromisso de ajuda mútua, configurando a máxima “uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”.

Com efeito, os indivíduos definem as suas identidades étnicas de acordo com o jogo em questão, ora assumindo o seu carácter miscigenado, ora se auto-definindo como pertencente a uma dada etnia, que compõe um todo miscigenado. Esta plasticidade não significa a destruição das fronteiras, pois existem mecanismos de apreensão étnica que as diferentes etnias usam para definir até que ponto se considera tal indivíduo como pertencente ou não à esta ou àquela etnia. Uns utilizam linhagens matrilineares, outros as linhagens patrilineares. Por exemplo, no caso específico da etnia Pepel, é considerada a linhagem matrilinear, isto é, o indivíduo pode ter três avós que não são Pepel e uma avó materna Pepel, e ser considerado Pepel. Ou seja, se a mãe for Pepel os descendentes são considerados Pepel. As regras variam de etnia para etnia, de alguma maneira quase sempre o indivíduo é enquadrado como sendo pertencente a uma determinada etnia. Ademais em última instância, lançar mão deste artifício nada mais é do que estratégias para incluir ou excluir de um processo por vias de pertença étnica ou não (AGUEL, 1996). Deste modo Frederik Barth (1998) entende a etnicidade como uma das potencialidades dos atores sociais que pode ser operacionalizado de modo oportuno para alcançar as finalidades individuais ou coletivas.

Entretanto, se durante o processo da luta colonial Cabral nos fala que não existem conflitos entre as etnias, mas sim entre suas elites, por outro lado ele também reconhece a dificuldade do desenvolvimento do país com várias etnias. Estas duas observações nos levam a uma pergunta: Será que Cabral minimizava as contradições étnicas como estratégia político-ideológica para o sucesso da luta? Se antes e depois da luta a questão étnica foi silenciada como forma de buscar a unidade nacional, o acontecimento de 17 de outubro, no qual alguns intelectuais da etnia Balanta foram assassinados pelo Regime do Presidente Nino Vieira, marca o começo de um inconformismo silencioso por parte dos Balantas, pois, não ousavam manifestar as suas indignações sob pena de retaliação.

Com a emergência do multipartidarismo, foram criados vários partidos entre os quais destacamos o Partido de Renovação Social – PRS, cujo Presidente, Koumba Yala, da etnia Balanta, era visto pela sociedade como o mais ousado entre os políticos, pois era um dos poucos que atrevia a criticar o presidente Vieira e até insultá-lo. Durante seus comícios, lembrava a população do acontecimento de 17 de outubro e apontava o presidente como responsável por tais atrocidades. Assim, foi conquistando a simpatia da população, de uma forma geral, em específico da etnia Balanta. Nas eleições presidenciais após a abertura democrática, Yala recebeu uma votação expressiva, ficando com a segunda colocação,

gerando a forte desconfiança de que havia ocorrido fraude. Ele se caracteriza com um chapéu vermelho, que na sua etnia tem um valor simbólico acentuado³⁴. Desta forma, começou a potencializar o inconformismo de 17 de outubro e certo bloqueio no acesso ao poder, encontrou no PRS e em Koumba Yala a forma de chegar ao poder através duma votação massiva no seu representante étnico Koumba Yala.

Com a chegada ao poder, o país conheceu um governo formado por uma maioria acentuada da etnia Balanta. Era comum escutar, em diferentes espaços da sociedade, falas do tipo: *gós tambi anós kuna manda*, ou seja, “agora também é a nossa vez de governar”. Esta manifestação de apoio étnico a Yalá ficou mais evidente nas campanhas eleitorais durante os comícios, onde os Balantas dos arredores de Bissau se caracterizam de trajes usados nas suas cerimônias tradicionais com *lopé*³⁵ muitas das vezes sem camisa, com a lama passada sobre o corpo, em clara demonstração do vínculo étnico com o candidato. Citamos o partido PRS e Koumba Yalá por constituírem o caso mais evidente e marcante de uma manifestação étnica explícita, mas com isso não estamos minimizando o voto étnico, que acontece em todo o país, no qual os candidatos angariam mais votos nas regiões habitadas majoritariamente por sua etnia.

Vejamos a distribuição dos votos das primeiras eleições dos candidatos em relação à região do seu grupo étnico: Koumba Yalá recebeu votação massiva na região norte, nas localidades habitadas por Balantas; Nino Vieira recebeu uma votação expressiva na região norte, na parte habitada pelos Pepeis, sua etnia; François Mendy conseguiu melhor desempenho também na região norte, na zona ocupada pelos Manjacos, sua etnia (CARDOSO 1996, p. 164-5). Estes resultados suscitam uma reflexão que a princípio pode ser entendida a partir dos votos assentes na afinidade étnica e poderia fazer-nos supor que seria normal o direcionamento de votos para os candidatos do mesmo pertencimento étnico, como salienta Cardoso:

³⁴ Na etnia Balanta o chapéu vermelho só é utilizado pelas pessoas que passaram por um ritual de circuncisão masculina, o que demonstra que a pessoa já tem credibilidade e reúne condições de assumir tarefas importante. Simboliza também o fim das práticas ilícitas, pois é típico da cultura Balanta roubar, visto como símbolo de masculinidade, mas quando alguém se submete ao ritual de iniciação, deve evitar tais práticas. Logo a pessoa que se apresenta para esta etnia com o chapéu vermelho, ao menos teoricamente, não rouba mais.

³⁵ Um pano amarrado na cintura algo que lembra uma fralda ou para adultos ou tanga. Salientamos que este vestimenta não é só usada pelas etnias Balantas, as outras etnias não muçulmanas também as usam. A diferença é que os Balantas faziam o uso desta na cidade, talvez com intuito de demarcar o espaço conquistado politicamente. Enquanto que as outras etnias reservavam o uso desta no interior da cidade e nas cerimônias tradicionais.

[...] Apesar de dizer que os papeis juraram que nunca admitirão que os Balantas mandem neles enquanto que estes reclamam a “reinação”, indo cada uma delas ao ponto de “mandjir”, pensamos que não estamos em presença de um movimento tribalista (CARDOSO, 1996, p.165).

Mesmo com a importante contribuição trazida pelas observações de Cardoso, ao concluir sua reflexão, mesmo com todas as evidências trazidas por ele, mostra-se ainda impregnado das idéias que apontam para uma não identificação étnica no jogo político guineense. A nosso ver, estamos diante da flagrante constatação do voto étnico. Visto que pelo processo eleitoral no país não estava em jogo a eleição de um representante étnico nos diferentes círculos eleitorais, e sim, um Presidente da República, portanto, torna-se insuficiente qualquer tentativa de justificar esta configuração dos votos calcados na relação do candidato com sua região de procedência étnica. Do contrário, resta-nos entendê-los como mera coincidência ou algo normal. Postergando o desafio de encarar o problema do voto étnico, uma vez que não é reconhecido como tal, o que pode ser perigoso porque se torna alvo fácil de uma instrumentalização ainda mais intensa por parte dos partidos políticos, já que quando não se reconhece o problema, a possibilidade de agravar se torna ainda maior.

Johnes Augel (1996), no seu artigo “Conflito e mudança social” questiona a idéia da procura incessante pela “unidade nacional” que tende a anular as divergências ou opiniões contraditórias da realidade sócio-política do país. Neste sentido, desenvolve uma reflexão no intuito de demonstrar a vitalidade do conflito para o desenvolvimento, desvinculado-o de uma negativização contínua. Ele observa que sem a existência de conflitos qualquer partido ou regime entra em um estágio de estagnação, em uma espécie de auto-estagnação que leva ao engessamento das possibilidades de desenvolvimento, suas metas passam a ser perseguidas por vias antidemocráticas, a corrupção e o abuso de poder passam a ser uma constante. Augel (1996, p.81) menciona a ex-República Democrática Alemã, a Democracia Cristiana Italiana, os regimes da antiga União Soviética como alguns desses exemplos. Enfatiza, ainda, que o governo socialista da República Democrática Alemã não conhecia e nem admitia contradição e crítica. Mas também, por outro lado, o país comunista mantinha um privilégio e destaque dentro do bloco soviético, refletidos na infra-estrutura social, avanços na educação, saúde e esportes, atributos estes que o colocava somente atrás da União Soviética. No entanto, se comparado à Alemanha Ocidental, percebe-se uma diferença acentuada, pois tinham como parâmetro de comparação os outros países do bloco capitalista. Augel argumenta ainda que a televisão cobria todo o território da vizinha Alemanha Oriental, servindo como uma “janela” para acessar a liberdade. Segundo ele, havia uma falta crônica de bens de consumo, ao passo

que na outra margem existia tudo em abundância. Sobre a queda de Muro de Berlim Augel relata:

[...] Quem viu, na abertura do muro de Berlim, como os “orientais” estavam ávidos em comprar por exemplo bananas, pagando 2,50 DM cada uma [...], pôde ver confirmada a existência de uma enorme procura e uma verdadeira ânsia pelos bens de consumo, tanto tempo reprimida. Quem viu como os alemães do paraíso socialista limpavam o mercado de carros usados, abandonando literalmente na beira das estradas o “Trabbi”, o carrinho que tinha sido sonho e o orgulho das pessoas e para a compra do qual o cidadão comum tinha que se candidatar e esperar dez, doze ou mais anos, entende que a comparação com o consumo ocidental foi um dos grandes momentos desfavoráveis para o regime socialista (AUGEL, 1996, p. 82).

Este episódio tem sido objeto de varias reflexões na teoria dos conflitos sociais no início do século XX. Com efeito, Augel (1996) faz uma alusão à publicação do famoso ensaio de Georg Simmel sobre o conflito no qual argumenta que o conflito é uma das formas básicas e necessárias de socialização. Ressalta que nenhuma forma de sociabilidade é completamente harmônica. Os grupos sociais se inter-relacionam, tanto de ponto de vista intra-classe quanto inter-classe, tendo no conflito um elemento constitutivo das relações. Desde logo, qualquer tentativa de “extirpá-los” incorre em uma não percepção das lógicas sociais mais elementares da sociabilidade, como pretendia Talcott Parsons, que sofreu forte influência de Durkheim, ao conceber a sociedade como um organismo funcional, com a interdependência entre os órgãos. Imbuído desta compreensão, Parsons criou o conceito de desvio para nominar qualquer tipo de conflito na sociedade, que para ele configura um elemento perturbador, disfuncional e que degrada o “tecido” social (AUGUEL, 1996, p. 85-88).

Augel ao citar Niklas Luhmann (1996, p. 88), discípulo de Parsons, demonstra como este inova a teoria parsoniana, reconhecendo a função social do conflito como um elemento essencial da estabilidade do sistema político denominado democracia. No entender do Luhmann, a democracia não é o melhor sistema político por motivo de uma suposta superioridade moral, e sim por ser capaz, melhor do que qualquer outro, de integrar e neutralizar as variadas tendências conflitantes de uma dada sociedade. Como nos diz Augel (1996, p.87), “a morte do conflito mata tudo, menos o conflito”.

Entretanto, outro elemento que aponta para um conflito ainda de baixa intensidade está relacionado ao voto étnico. É de conhecimento dos guineenses que existem relatos que

apontam que no período eleitoral os *Homens Grandes*³⁶ de acordo com o jogo político, relação custo benefício, pertença étnica e até por carisma tocam *bombolom*³⁷, informando a população em quem devem votar. Se levarmos esta informação a sério talvez possa iluminar uma parte desta complexa realidade. Outro fator que aponta para o aguçamento das tensões étnicas no país é o Golpe do Estado (1988-1999) liderado pelo Brigadeiro Ansumane Mane, da etnia Mandinga, durante aquele período, recebendo muitos apoios dos Mandingas e Beafadas; algumas chefias eram da sua etnia e pairava no ar certa ostentação do poder por parte dos Mandingas, e/ ou/de pessoas da religião muçulmana, “privilegiados”, em decorrência da derrota do presidente Nino Vieira, exilado em Portugal. Mané gozava de um estatuto de comando supremo da junta militar, que em última instância era superior ao do presidente da República eleito democraticamente.

Saliente-se que, em detrimento de tantas diferenças entre a população ou talvez mesmo em decorrência delas, o estado não conseguiu criar alternativas ao desenvolvimento, resultando em desvios das experiências educacionais inovadoras, ainda nas zonas libertadas, que viam a educação como um meio de transformação humana e como instrumento para a emergência de um novo modelo de desenvolvimento, suscitando a integração escola-comunidade. Nesse sentido, Cardoso (1989p. 95) nos diz: “as Escolas de Formação de Professores Máximo Gorki de Có ou Centro de Formação Popular Integrado que deveriam formar professores em estreito contato com a comunidade, foram sol de pouca dura”. Deste modo o país começa a se distanciar dos propósitos da independência para a educação, iniciados ainda na zona libertada.

Mesmo com o reconhecido esforço do grande Pedagogo brasileiro Paulo Freire em ajudar na estruturação da educação no país, as práticas não lembram, nem de longe, o método Paulo Freire desenvolvido inicialmente na referida escola profissionalizante na cidade de Bula, que tinha uma relação direta com a comunidade, fundada em bases socialistas. Anos depois, entrou em processo de degradação política pedagógica, desviando-se da linha inicial para uma política voltada ou semelhante à do colonizador.

³⁶ Os homens idosos geralmente são líderes das comunidades nas suas regiões e carregam consigo toda uma simbologia da experiência acumulada e a sua palavra é quase incontestável. Geralmente é uma figura religiosa que serve de intermediário entre a população e a divindade.

³⁷ Instrumento Tradicional de comunicação utilizado entre diferentes etnias, sobretudo nas cerimônias. Mas pode servir também para comunicação entre as diferentes *tabancas*, vilas, é acessível somente às pessoas pertencentes àquela comunidade étnica.

Do ponto de vista econômico o país não conseguiu criar as bases que possibilitassem a emergência de uma burguesia nacional e da iniciativa privada. Em consequência emerge dentro do partido-estado uma burguesia (estatal) não vinculada a setores produtivos e que vive fundamentalmente dos fundos advindos da ajuda internacional, enquanto a grande maioria da população vive abaixo³⁸ da linha de pobreza. Ao invés da ajuda internacional ser canalizada para as obras estruturantes de infra-estrutura, na saúde e na educação, é destinada a alimentar uma elite política parasitária, cuja especialidade é elaborar projetos com o objetivo de angariar financiamentos embasados nas dificuldades que o país enfrenta. Trata-se de uma elite política, cuja especialidade é explorar a população por meio de financiamento externo, que é creditado como dívida do estado, deixando como herança uma dívida a ser paga pelas gerações presentes e futuras. A esse respeito, assim se pronuncia Cardoso (1998, p. 96):

Um teórico dizia que, logo que observamos a evolução do Estado Nação em África, apercebemo-nos que não é suficiente ter um território, uma população, um poder político, para ter um estado; é preciso também que esta entidade que aspira às prerrogativas do estado tenha as possibilidades naturais, econômicas não só para fazer viver a população, mas de lhe dar um sentimento de um futuro coletivo. É isso que faltou aos países africanos.

Esta afirmativa ratifica a observação de Moema Augel (2009) sobre a construção do estado-nação guineense. O trabalho desenvolvido por ela revela a quase inexistência de narrativas oficiais ou de outro gênero que possam levar a um despertar do sentimento nacionalista. Referimo-nos às concepções e estratégias capazes de fomentar e disseminar os aspectos que realçam os sentimentos nacionais adormecidos. Na realidade, desde a independência até os nossos dias, não houve nenhuma ação do governo no sentido de despertar esses sentimentos, salvo a disciplina Formação Militante³⁹, que era ministrada na quarta série escolar, cujo objetivo era oferecer aos alunos a história do PAIGC e dos seus principais heróis durante o processo da luta armada para a independência, mas que também tinha um forte componente ideológico e estratégico, através do qual os alunos também eram preparados para serem pioneiros do partido, com a possibilidade de subir os degraus dentro das regras e da filosofia do partido até atingir o patamar mais alto da organização JAC – juventude Amilcar Cabral, braço jovem do partido. Dessa organização muitos jovens gostariam de fazer parte no período, aliás, era motivo de orgulho ser membro dela. Mas na

³⁸ De acordo com os dados da ONU (2000), Guiné-Bissau situa-se no 169º lugar no conjunto dos 174 países analisados em termos de desenvolvimento humano, com 87% da população vivendo com menos de um dólar por dia (AUGUEL, MOEMA, 2007, p. 72).

³⁹ Parece-nos que esta informação sobre a formação militante escapou a Moema Augel, ou ela se referia ao período após a sua abolição, uma vez que afirma a inexistência de ações do governo no sentido de um despertar dos sentimentos nacionais do período Pós Independência em Guiné-Bissau.

década de 90, com o soprar dos ventos da democracia⁴⁰, a disciplina Formação Militante foi extinta e no seu lugar entrou a Educação Social com o foco na educação moral e cívica e nos conhecimentos gerais, desfocando a história do Partido-Estado. Talvez este distanciamento, em certa medida, possa ser compreendido de ponto de vista da “neutralidade” do partido-estado em relação aos outros partidos e à sociedade, uma vez que em se mantendo a disciplina Formação Militante nos moldes em que era ministrada anteriormente podia até soar como uma forma de apologia ao PAIGC. Mas, por outro lado, não se pode apagar a história de um povo ou deixar de ensinar um dos acontecimentos mais importante de sua história por conta de sua abertura política e democrática. Parece-nos que a saída para esse bloqueio seria um investimento efetivo na educação, com professores qualificados de ponto de vista da formação sócio-histórica e capazes de captar as contradições dialéticas da história, contribuindo para formar e compreender os conflitos, os avanços e recuos, as sinuosidades, ou seja, as complexidades inerentes ao processo histórico em que estamos inseridos, ao invés de simplesmente ignorá-las. Tais práticas contribuem de forma negativa no processo de ensino e aprendizagem no país.

Ao terminar a 11ª classe, os estudantes recém formados, saem com um vazio do ponto de vista do conhecimento histórico sobre a formação social do seu próprio país, mutilando, deste modo, uma formação abrangente com perspectivas eminentemente reflexivas e críticas. A nosso ver, este engajamento via qualidade de ensino talvez seja um forte mecanismo condensador dos sentimentos da pertença. Um meio não somente de resgate histórico, mas também de valorização da independência conquistada a duras penas, narrativas estas que podem ajudar na construção da identidade nacional.

No rol de ferramentas que possam levar à consolidação do Estado-Nação, podemos incluir algumas prioridades: a salvaguarda da memória coletiva nacional, os museus, as bibliotecas, os arquivos, assim como as manifestações de caráter comunitário. Com efeito, é de suma importância prestigiar e perpetuar a memória coletiva, o registro dos fatos comemorativos, a comemoração das lutas com o culto aos heróis, animando os grupo sociais

⁴⁰ Podemos, de certo modo, afirmar que a abertura econômica e o pluralismo democrático em Guiné-Bissau não se efetivou devido às pressões populares ou às manifestações da sociedade civil, a exemplo das “diretas já” no Brasil. Ao contrário, os dois momentos estão intimamente ligados à queda do muro de Berlim, no qual mundo capitalista se apresenta como o modelo, tendo o FMI e o Banco Mundial como instituições nodais que impuseram ao país a abertura econômica e democrática como condição *sine qua non* para a manutenção das suas relações. Pois todas as entidades internas da sociedade civil que podiam, de algum modo, exercer uma pressão em prol da democracia estavam sob tutela do partido-estado e isto de certa maneira justifica o advento tardio da democracia pluralista no país, se comparado a outros países do PALOP.

através de paradas cívicas e hinos patrióticos (AUGUEL, 2009 p. 146-7). Estes símbolos ainda não são trabalhados, internalizados e operacionalizados no país, um dos flagrantes deste descaso é que o dia 24 de Setembro, data do aniversário da independência, passa quase despercebido, não existindo nenhuma ação do Estado nem em nível local (cidade) nem em nível regional com o objetivo de juntar as diferentes etnias que compõem a população guineense em torno de uma festividade cidadã, realçando os símbolos da identidade nacional, no qual a bandeira e o hino nacional, constituem pelo menos teoricamente, alguns dos elementos símbolos da nação. No entanto, pelo menos dois símbolos nacionais parecem-nos dignos de serem evocados: o processo da luta de libertação que se imortaliza na figura de Amílcar Cabral e a língua Crioula enquanto meio de comunicação em larga escala entre os guineenses e que entrelaça todas as etnias em uma unidade indissolúvel. Ao contrário, este dia sagrado que simboliza todas as pessoas que mataram e morreram em nome de um ideal libertário se torna um simples feriado esvaziado de conteúdo, onde os funcionários públicos e privados, bem como a juventude, organizam piqueniques e festas, desprovidos de qualquer sentimento independentista e sem nenhuma reflexão sobre a data. Mas, mesmo com o devido reconhecimento destes símbolos, se não for acompanhado de um Estado capaz de estender os seus tentáculos em diversos setores da vida das populações, nomeadamente nas áreas da saúde, de uma educação de qualidade, de saneamento básico, moradia e de um razoável equilíbrio social, os símbolos nacionais ou qualquer manifestação a eles relacionada torna-se mero formalismo desprovido de conteúdo. Com efeito, a Guiné-Bissau nos apresenta características totalmente contrárias a um estado minimamente estruturado, com profundas desigualdades sociais e debilidades em todas as áreas: saúde, educação, moradia, água potável, eletricidade etc.

A questão da igualdade como campo para a distinção das tendências políticas da direita e esquerda, conservadores ou progressistas parece não mais fazer sentido numa época em que as idéias socialistas foram declaradas insuficientes, a questão social avança para ser o distintivo central das diferenças políticas. Por outro lado, o Estado não pode excluir, a longo prazo, as populações desassistidas, e nem manter indefinidamente duas “modalidades da vida quotidiana”, uma urbana, “desenvolvida”, e outra rural, desprovida de qualquer progresso econômico e social. Desta forma, faz-se necessária a integração ancorada no desenvolvimento efetivo como uma das exigências vitais para a manutenção da unidade nacional e da paz social, garantidoras do progresso duradouro das dinâmicas econômicas e políticas. Observe-se que nas sociedades que tiveram um progresso econômico sem desenvolvimento social ou que

tiveram uma política permeada pela exclusão da população dos benefícios da política nacional, os problemas se acumulam e se transformam em revoltas sociais e genocídios, fenômenos estes observados, sobretudo, nos países africanos, asiáticos e da América Latina, (BOBBIO apud AUGUEL, 1996, p.150-151).

Ao elencar os grupos sociais tidos como os mais importantes dentro da sociedade guineense pós-independência, temos que, obrigatoriamente, combinar momentos distintos, aqueles que já gozavam de uma certa reputação ainda no período colonial, chamados por Cabral de pequena burguesia, que mantiveram ou melhoraram suas posições sociais chamados de *djinti de praça* (gente da cidade), e de outro lado, temos os que vieram da luta de libertação nacional e os populares do interior que adentram a capital à procura de oportunidades, sejam elas de estudo, trabalho ou imigração. Mas o grosso caldo das elites no país, sem dúvida reduz-se a uma elite político-militar, cujos integrantes são combatentes da liberdade da pátria e seus simpatizantes, exercendo o controle econômico, político-administrativo e militar. Esta inversão de papéis chamou a atenção do pesquisador do INEP, Carlos Cardoso (s.d, p.18) ao afirmar que:

Assim, este processo fez com que, após a luta de libertação nacional, se criasse um conflito entre aqueles que, embora tivessem uma instrução acadêmica limitada e experiência administrativa incipiente, eram supostos ser os melhor preparados politicamente para dirigir o estado e as novas instituições políticas e aqueles que, não tendo embora uma preparação política adequada, se julgavam aptos a dirigir o novo aparelho de estado porque possuíam uma melhor instrução acadêmica e maior experiência da administração pública. A correlação de forças ditou que o conflito ficasse a favor do primeiro grupo, isto é, dos que vinham das matas. A Assumpção do poder político por parte dos “menos” preparados contrariou assim a teoria sociológica funcionalista de estratificação social ensaiada nos anos 50, nomeadamente as de Davis e de Moore, que postula que normalmente são os “melhor” preparados que ocupam as funções mais altas. E, deste modo, a luta de libertação nacional constituiu uma autêntica revolução social, na medida em que permitiu uma rápida ascensão social dos que outrora se encontrava na base da pirâmide social.

A formação da elite guineense vai sofrendo algumas mudanças ao longo do processo sócio-político do país. O golpe de Estado de 14 de novembro e o advento da democracia constituem um dos acontecimentos marcantes que irão reordenar o jogo político e militar no país, abrindo um novo cenário com movimentos internos e externos. Aqui chamamos de movimentos internos o ingresso de novos atores políticos e militares que ganharam certa notoriedade e posição social decorrente destes acontecimentos, e de movimentos externos o contexto que se refere àqueles que saíram da cena ou perderam a posição que ocupavam em função de tais acontecimentos.

Durante o intenso processo de mudanças sociais no país, a sociedade civil parece não existir. Esta apatia pode encontrar explicação no longo período de controle efetivo do partido-estado, que exerceu a dominação legal e carismática controlando todos os setores da vida social. O partido-estado, que inicialmente era personificado em torno da figura do presidente Luís Cabral, com o golpe passa a cristalizar-se na figura ao mesmo tempo temida e amada do Presidente Nino Vieira. Com a introjeção das instâncias de controle do Estado por uma quantidade significativa da população, o controle do Estado através da repressão passou a não mais fazer sentido, uma vez que a população se reconhece no jogo repressivo desencadeado pelo Estado. Os grupos de *mandjuandade*⁴¹ surgem como uma das instâncias de organização social e política da sociedade. Esse protagonismo, segundo Koudawo (1996, p. 79) deve-se à preservação e à pregnância das estruturas tradicionais de socialização, persistindo desde o período colonial e abrindo espaço para o refúgio de alguns setores da população que procurava espaços para uma atuação independente, antes sufocada pelo controle estatal. Tais dinâmicas possibilitam espaços de expressões autônomas às populações de base, criando um ambiente alternativo face ao avanço do partido-estado, que pretendia cooptar e controlar as estruturas tradicionais da vida associativa do país.

Com o advento do multipartidarismo em 1991 começa-se a registrar o surgimento das organizações da sociedade civil de forma rápida e diversificada. As Organizações Não-Governamentais multiplicaram-se com mais rapidez, senão triplicaram-se, passando de menos de 10 em 1990 para mais de 30 em 1996. Aliado a esse crescimento, verificou-se o aumento de número dos parceiros estrangeiros, acarretando a elevação do número das ONGs estrangeiras. No que se refere ao sindicalismo, registrou-se também uma rápida evolução, decorrente da queda do artigo 4 da Constituição, que assegurava o direito de existência do PAIGC como um partido-estado.

Surgiram também, nesse processo de abertura, sindicatos independentes que destronaram a UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, então a única representação dos trabalhadores. Este fato fez a UNTG a se ajustar à nova ordem do país, de modo a recuperar e/ou acompanhar a nova realidade de Guiné-Bissau (KUDAWO, 1996,

⁴¹ É uma antiga tradição estruturante da vida social guineense, que consiste em reuniões das pessoas mais ou menos da mesma idade, com almoços, danças, com o objetivo de estreitar laços de solidariedade (BULL, 1989, p. 171). Mas esta manifestação funciona também como espaço de otimização da atividade econômica, sobretudo no interior, onde os *mandjuas* (o grupo) se reúne para cultivar ou fazer o trabalho dos seus respectivos membros. Este trabalho inclui a lavoura, a plantação, a colheita e até a construção de uma casa do membro ou da família do membro do grupo. Já na capital, este perde um pouco esse caráter de ajuda mútua mais elementar, transformando-se em válvula de escape face ao centralismo do Estado.

p.81-82). Tanto Kudawo (1996), quanto Texeira (2010), limitaram as suas investigação às ONGs, sindicatos e às associações de cunho tradicional, a exemplo de grupos de mandjuandade. Não incluíram o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), nem a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ). A nosso ver, estas seriam duas instituições merecedoras de toda a atenção, pois nelas são filiadas as mais diversas associações nos mais variados campos de atuação em nível nacional, aliás, estes são considerados, de fato, os interlocutores da juventude, uma vez que as associações de base são filiadas a elas⁴². Por estas se configurarem também como intermediárias das associações de base para efeito de financiamentos de projetos junto às ONGs e/ou ao governo, os tornam conhecedores dos projetos e das ações desenvolvidas em cada associação.

Um evento importante organizado por estas duas organizações é a Semana Nacional da Juventude, em parceria com um órgão do governo, o Instituto Nacional de Juventude. Durante o referido evento, os jovens debatem diversos aspetos da vida do país, que se transformam em relatórios com recomendações ou considerações da juventude para nortear as ações do Estado. Sem desmerecer o devido lugar histórico dos grupos de *mandjuandade* nem deixar de reconhecer o papel das ONGs no processo da democratização, deve-se, por outro lado, acentuar o papel das associações juvenis nesse processo. Como é o caso da RENAJ, que conta com uma radio (Radio Jovem), que cobre boa parte do território nacional e, na diáspora, é ouvida pela internet e funciona como um meio diferenciado, sustentada numa programação “independente” de caráter mais reivindicativo, com o intuito de fazer chegar às realidades vividas pelos imigrantes e estudantes no exterior ao país, assim como de contribuir com sugestões ou críticas sobre a realidade do país.

É evidente que, mesmo com o relativo diálogo com o Estado, a sociedade civil ainda não conseguiu, de forma organizada, exercer as suas pressões legítimas frente a ele. Dentre inúmeras instituições da sociedade civil, a mais atuante face aos abusos do Estado era a Liga Guineense dos direitos humanos⁴³, trabalhando afincadamente na luta contra as arbitrariedades do Estado, exigindo justiça e sensibilizando a população sobre seus direitos e deveres. As suas ações se davam através de passeatas e programas radiofônicos. Depois da

⁴² Ao citar estas duas instituições, não queremos com isso menosprezar o Fórum Cívico e População, por este trabalhar focado na problemática da AIDS, porém não possui uma representatividade que abranja as associações de diferentes matizes, como é o caso das citadas acima.

⁴³ Reconhecemos também a AMIC – Associação dos Amigos da Criança, que atuava inicialmente sob uma abordagem estritamente humanitária, assim como a AGUIBEF – Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar. Com o advento do pluralismo político (1991), passaram a acentuar a tônica na defesa dos direitos da criança e das mulheres (KUDAWO, 1996, p. 90).

saída do seu líder, Dr. Fernando Gomes, para ingressar na vida política, a organização começou a entrar em declínio, motivado por disputas internas, retirando-lhe o espaço central que antes ocupava no quesito direitos humanos e persistindo vozes que apontam para a cooptação pelo Estado.

Se afastarmos a Liga Guineense, as outras instituições da sociedade civil, tanto nacionais quanto estrangeiras, funcionam num domínio de complementaridade das ações do Estado, atuando nas diversas áreas: preservação do meio ambiente, saneamento básico, cursos profissionalizantes, campanhas de sensibilização sobre as DST, práticas nefastas, educação infantil, saúde etc.

É importante ressaltar que estas instituições não recebem financiamentos do Estado guineense e sim das instituições internacionais, o que atrai os quadros nacionais para estas instituições, uma vez que o Estado não remunera bem os funcionários públicos, bem como os atrasos de nos salários, além de inexistência no país de um setor privado expressivo, encontrando, portanto, nas ONGs o refúgio para tais situações (KUDAWO, 1996 p. 91-92). Estas organizações da sociedade civil desenvolvem trabalhos brilhantes em diferentes domínios, mas acabam esbarrando na inoperância do Estado, que não propicia as mínimas condições para as execuções das suas atividades fechando-se numa postura conservadora e elitista, de classe.

Segundo Augel (1996, p. 160), os grupos sociais agem com o objetivo de impor seus próprios interesses como sendo do país. O citado autor observa que a política das elites na África tem sido caracterizada como uma política “da barriga” enquanto os bens públicos são “comidos” pela elite e seus representantes. Esta lógica é calcada numa política de auto-privilegiamento que não só inviabilizou o desenvolvimento, mas arruinou o que havia sobrado dos regimes coloniais. A Guiné-Bissau parece enquadrar-se nessa racionalidade, através da qual a elite militar e política se aproveita do caráter incipiente da sociedade civil para praticar abusos e desmandos, transformando a coisa pública em propriedades privadas. Sabemos que a democracia só pode prosperar e se solidificar quando existir na sociedade grupos de interesses bastante fortes e com convicção e compromisso com a ordem democrática, livres de ambições paternalistas-clientelistas ou autoritárias e que estejam convictos e capazes de articular e defender as suas demandas, sem se importarem com a quantidade de pessoas que os acompanham (SCHBERT et al., apud AUGUEL, *ibidem*).

Diferente do que acontece geralmente com a elite política e os governos (má governação, alto índice de corrupção e o uso indevido dos bens públicos), Cabo-Verde parece andar na contramão destas tendências que se apresenta como característico dos governos africanos. No tocante ao desempenho económico político e social cabo-verdiano, António Correia e Silva (1998) aponta alguns aspetos relevantes para a produção daquele tipo de relação que difere grandemente ao que geralmente acontece em países africanos designados por François Bayart de “*politique du ventre*” ou “*gouvernementalité du ventre*”. Significa dizer que o país percebeu prioritariamente as mudanças do sistema no cenário internacional, e redireciona o seu modelo económico e social que vigorava desde a independência assente num governo centralizador e uma economia fechada gerida pelo Estado. Deste modo o país criou uma diplomacia dirigida fundamentalmente para a captação de donativos, promovendo a sua efetiva aproximação com o Ocidente – de onde recebiam a maior parte das ajudas. Posição contrária à postura que vinha sendo seguida pelo PAIGC durante a luta para a independência. O autor evidencia o atrelamento da Guiné-Bissau ao bloco soviético, enquanto que Cabo Verde “comia” dos dois lados. A propósito esta relação multifacetada cunhada pelo governo cabo-verdiano, mereceu a observação de um diplomata aí radicado, que assim escreveu em 1976: “perante o momentoso problema da carência alimentar o governo de Cabo-Verde ... tem-se acostado a países de ambos os blocos”. Em seguida ele se refere a uma concessão por parte dos Estados Unidos da ordem de 3 milhões de dólares ao Estado cabo-verdiano. Portanto, o Estado cabo-verdiano, desde cedo, não se restringiu aos seus aliados históricos como tem acontecido em muitos países africanos, que tiveram apoio do bloco soviético durante a guerra como forma de manter a fidelidade. Enquanto isso, Cabo-Verde seguiu a sua política de abertura em diversos lados (SILVA, p. 230-231). Talvez o ganho maior destas ajudas seja a sua aplicação responsável por parte do Estado, sendo aplicado fundamentalmente nos projetos do desenvolvimento das zonas rurais com vista à geração de emprego às famílias camponesas afetadas pela seca. Tais políticas foram acompanhadas pelo investimento nas três áreas cruciais: um pesado investimento na educação, que resultou na acentuada redução da taxa de analfabetismo, investimento no saneamento básico e áreas afins que resultou em aumento da esperança de vida e a mortalidade infantil.

Em suma, percebe-se que no caso cabo-verdiano não foram os programas de ajustes estruturais e / ou as imposições das instituições financeiras internacionais que os obrigaram a efetuarem a abertura económica e política, e assim, já havia um certo andar neste sentido, isto é: um *habitus* no exercício e manejo da máquina pública desfocada da política centralista e

quase unilateral que normalmente norteava os países africanos com os seus parceiros da época da luta pela independência. A realidade nos mostra que o referido distanciamento facilitou sobremaneira o processo democrático no país, a ponto de as exigências das instituições financeiras não mais fazerem sentido. Por outro lado, procurarmos explicações sobre o desprendimento de Cabo-Verde em relação aos outros países de PALOP. Certamente, podemos esbarrar numa evidência óbvia: o fato do país nunca ter tido comprometimentos profundos ou laços fortes com os países de tendência socialista que apoiavam as lutas armadas, pois, o palco da guerra nunca esteve em Cabo-Verde, e sim, na Guiné-Bissau. Fato esse que de certa maneira isentava Cabo-Verde de uma fidelidade obrigatória ou de um compromisso moral com estes países. Entretanto, mesmo com o notável avanço digno de citação, o país ainda se encontra numa busca incessante por um modelo de desenvolvimento que reduz à dependência dos fluxos financeiros externos, como, por exemplo, os donativos e remessas dos emigrantes, minimizando deste modo a dependência externa face ao seu desenvolvimento (CORREIA e SILVA, 1998, p. 233).

Contrastando a realidade cabo-verdiana, torna-se, pois, inevitável observar que a forma com que a Guiné-Bissau está sendo governada é também reflexo da sua própria sociedade, forjada sob uma ditadura de consenso calcada no centralismo militar, na política com clivagens étnicas, aliada a um Estado pouco institucionalizado e a uma sociedade civil em construção, refém das lógicas sociais cristalizadas (autoritarismo, clientelismo, compadrio). Diante desse quadro, as possibilidades de transpor tais barreiras tornam-se bastante limitadas.

Sobre as possibilidades de mudanças, parece-nos que os movimentos e as expectativas dos atores sociais vão quase invariavelmente em duas direções distintas e paradoxais, pois paira no imaginário coletivo dos guineenses e na sociedade guineense de modo geral, opiniões divergentes no tangente à governabilidade responsável: uns são de acordo que o país deve adotar uma postura que respeite as instituições democráticas e pautar as suas ações para o desenvolvimento, já outros alegam que também têm direito a “gozar da boa vida”, em detrimento do país. Parece-nos que a proposta mais sensata para a minimização de tais práticas, seria, por exemplo, o fortalecimento da sociedade civil independente, uma mudança de mentalidade da população, e a independência das instituições do Estado (judiciário, legislativo e executivo), garantido a justiça em todas as dimensões da vida social. Isto é,

combatendo as desigualdades sociais, perseguindo os objetivos socioeconômicos e culturais que refletem os desígnios das suas populações.

3 O PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE CONTEXTO AFRICANO E BISSAU-GUINEENSE

3.1 A sinuosa transição democrática

A transição democrática aqui abordada está intimamente relacionada aos movimentos democratizadores motivados essencialmente pelos acontecimentos em torno do 25 de abril de 1974 em Portugal, que Huntington (1991) denomina *terceira onda de democratização*. Tratou-se de um Golpe de Estado liderado pelos militares, que ocuparam os principais ministérios, estações de rádios, correios, aeroportos e centros telefônicos, levando à deposição do presidente Marcelo Caetano. Com efeito, punha-se fim a uma ditadura que havia sido instituída por um golpe militar semelhante, ocorrido em 1926, e que fora mantida por mais de 35 anos por um civil rígido, António Salazar, que governava em estreita sintonia com os militares.

O golpe põe fim à ditadura, libertando um enorme contingente de forças populares, sociais e políticas antes reprimidas pelo regime e acarretando profundas transformações. Criaram-se facções divergentes e concorrentes entre os oficiais – conservadores, moderados e marxistas. Os partidos políticos desempenhavam um papel relevante e abrangente dentro desse cenário, divididos em suas diversas facções, desde os mais conservadores aos progressistas, incluindo-se aí a linha dura do comunismo. Sucederam-se seis governos provisórios, sendo cada um mais moderado que o antecessor, ou seja, cada um dos governos exercia menos autoritarismo que o sucessor. Tais transformações não passaram despercebidas pelos movimentos da sociedade civil. Os trabalhadores e camponeses fizeram greves, passeatas, tomando fábricas, fazendas e meios de comunicação. Em 1975, data do primeiro aniversário do golpe, os partidos moderados ganharam as eleições nacionais, mas ainda no outono do mesmo ano parecia iminente uma guerra civil entre o norte conservador e o sul radical.

De acordo com Huntington (1991), o referido levante parece, sob muitos aspectos, uma repetição da Revolução Russa de 1917 e Caetano assemelha-se, no seu entender, à figura de Nicolau II. Essa semelhança não teria passado despercebida aos observadores atentos. No entanto, Portugal ter-se-ia constituído de modo diferente da Rússia, onde a democracia triunfou, Soares tornou-se Primeiro Ministro e posteriormente, Presidente da República. Huntington (1991) cita António Ramalho Eanes como o Lênin da revolução portuguesa, visto

que nos momentos cruciais este teria se revelado um estrategista político, utilizando as forças da disciplina para produzir o resultado político desejado e garantir o futuro da democracia em Portugal.

Entretanto, Portugal não foi o único país a experimentar movimentos do gênero, nesse período. Fatos semelhantes teriam ocorrido em outros lugares, como é o caso do Brasil, que em 1974, no governo de Ernesto Geisel, iniciou o processo de abertura política. Soares do Bem (2011) afirma, no entanto, em referência a Arturi (2001, p. 16), que a distensão política brasileira foi marcada por um “excesso de garantismo” que impôs limites às expectativas mais ambiciosas da oposição e não significou, até a queda do AI-5, uma mudança significativa dos grupos ligados à ditadura. Na Espanha, o primeiro ministro Carlos Arias soube levar com cuidado a ditadura de Franco em direção à liberalização, enquanto o país esperava a morte do ditador. Na Grécia, crescia as tensões em torno do regime dos coronéis, levando à queda, em 1974, do governo eleito democraticamente. O processo de democratização, alinhando tanto elementos internos e externos, bem como de ordem estrutural como conjuntural, nos 15 anos seguintes, fez-se notar em cerca de trinta países, que passaram do autoritarismo para a democracia. E quase vinte outros começaram o processo do debate democrático (HUNTINGTON, 1991, p.14-15).

Ao nos referirmos à “terceira onda” de democratização, torna-se todavia necessária uma abordagem, ainda que sucinta, sobre as concepções desenvolvidas por Huntington (1991) sobre a primeira e a segunda “ondas” de democratização. Segundo o autor, as revoluções americana e francesa constituem os dois pilares da chamada “primeira onda”. Ele reconhece, no entanto, que o surgimento real das instituições democráticas nacionais acentua-se somente no século XIX, desenvolvendo-se na maioria dos países de modo gradual, fato que torna difícil e mesmo arbitrária a especificação exata de uma determinada data, a partir da qual os sistemas políticos se democratizaram.

No intuito de apresentar critérios mínimos para identificar se um país é democrático, o autor lança mão de alguns itens propostos por Jonathan Sunshine para definir os sistemas políticos do século XIX. Este considera que seria aceitável se os indicadores apontassem para a existência de pelo menos 50% de homens adultos com direito ao voto e um executivo com apoio majoritário em um parlamento eleito por eleições populares periódicas. Ao adotar tais critérios, o autor pode afirmar que os Estados Unidos iniciaram a “primeira onda” de democratização por volta de 1828.

Logo depois da primeira guerra mundial, a Itália e a Argentina introduziram regimes com tendências democráticas. Em seguida, seria a vez da Irlanda e Islândia, recém-independentes, tornarem-se democráticos. No início da década de trinta a Espanha e Chile passaram para o sistema democrático, totalizando assim trinta países com instituições democráticas nacionais mínimas, num período de cem anos (HUNTINGTON, 1991, p.26).

É importante observar que tais transformações não se dão de forma linear, mas são marcados por avanços e recuos. Os recuos são denominados pelo referido autor de *primeira onda reversa*, como no período entre 1920 e 1930, marcado pelo retorno a formas tradicionais e autoritárias de governo. As reversões se deram em geral nos países que haviam adotado as formas democráticas um pouco antes ou um pouco depois da primeira guerra mundial e que não apenas contavam com uma democracia incipiente, como também careciam de concepções democráticas mais abrangentes.

De acordo com Huntington (1991, p. 27), o primeiro retrocesso começou em 1922, na Itália, com o controle de Mussolini sobre a frágil e corrupta democracia do país. Uma década depois seria a vez das tenras democracias da Lituânia, Polônia, Letônia e Estônia serem arrebatadas por golpes militares. Países como a Iugoslávia e a Bulgária, que tinham uma experiência democrática real, foram sujeitados a novas formas, ainda mais severas de ditadura. Aliado a estes fatores, temos a conquista do poder por Hitler, em 1933, decretando a morte de algumas democracias, como é o caso das democracias austríaca (1937) e Tcheca (1938). Desse retrocesso não teria também escapado a democracia grega, que tinha sido perturbada pela Cisma Nacional em 1915, derrotada em 1936. Em 1926, vai ser a vez de Portugal mergulhar na longa ditadura salazarista. O Brasil e a Argentina vão experimentar as mesmas práticas em 1930. O Uruguai retoma a ditadura em 1933. Em 1936, um golpe militar culmina com o fim da república espanhola, em 1939. Enquanto isso, a nova e limitada democracia introduzida no Japão, nos anos vinte, foi derrubada pelo governo militar no começo dos anos trinta.

O cenário de golpes teria se refletido no crescimento do comunismo, do fascismo e do militarismo, influenciando países como a França, Inglaterra e outros países onde as instituições democráticas permaneceram coesas, deslocando todo um quadro favorável à democracia, para a sua negação. Esses fatos relacionam-se a um conjunto de fatores estruturais e conjunturais das décadas de 20 e 30, sobretudo o contexto de instabilidade após o fim da primeira guerra mundial e a depressão econômica.

Huntington (1991) enfatiza que a segunda “onda” de democratização, tem como elemento marcante a segunda guerra mundial, demonstrando como a ocupação dos aliados criou bases para a inauguração de instituições democráticas na Alemanha Ocidental. Enquanto isso, a Itália, a Áustria, o Japão e a Coréia estavam sob pressão soviética, que extinguiu a frágil democracia na Tchecoslováquia e na Hungria. A Turquia e a Grécia vão caminhar para a democracia no final da década de 1940 e início de 1950. Já na América Latina teremos a volta do Uruguai à democracia, seguidos do Brasil e a Costa Rica em meados dos anos 1940.

Nesta mesma direção, nos anos 1945 e 1946, outros países da América Latina, tal como Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela deram início a governos escolhidos via eleitoral. No entanto, houve também reviravoltas durante esse processo, pois estes quatro países caíram novamente numa ditadura nos finais dos anos 1950. Mas ainda assim, nos finais dos anos 1950 Argentina e Peru voltaram à condição de democracias limitadas e instáveis, marcadas por conflitos entre os militares e os movimentos populistas. Entretanto, neste mesmo período, as elites da Colômbia e da Venezuela negociaram acordos para acabar com as ditaduras militares nesses países e introduzirem instituições democráticas estáveis. Enquanto isso, o fim dos domínios coloniais abria caminhos para a democracia das colônias europeias na Ásia e África, ainda que de forma frágil. É o caso da Malásia (1969-1971) e Indonésia (1950-1957). Nos outros novos Estados, como a Índia, Sri Lanka, as Filipinas e Israel, as instituições democráticas foram mantidas igualmente por quase uma década ou mais, e, na década de 1960, no continente africano a Nigéria experimentava a sua vida democrática.

O segundo retrocesso desse processo democrático, conforme Huntington (1991), vai acontecer na década de 1960, em que as transições dos regimes estavam fortemente ameaçadas com posturas autoritárias e mudanças marcantes na América Latina. O Peru passou por esta experiência em 1962, com a intervenção dos militares para alterar os resultados da eleição. Nos anos 1964, seria a vez do Brasil e da Bolívia experimentarem golpes militares. Em 1966, a Argentina também é tomada por um golpe, seguida do Equador em 1972. Em 1973 seria a vez dos militares instalarem regimes autoritários no Uruguai e no Chile. Huntington afirma que os regimes ditatoriais na América Latina desenvolveram um estilo próprio de governar, que mais tarde foi denominado, por alguns teóricos, como “autoritarismo burocrático”.

A supra-citada onda de autoritarismo também se verificou na Ásia, onde os militares impuseram um regime de lei marcial no Paquistão, em 1958. Ainda nos anos 1950, Syngman Rhee vai minar todo o processo democrático na Coreia, acarretando o desmonte do sistema democrático que se sucedeu em 1960, sendo deposto em 1961. Com efeito, este novo regime apresentou-se como “semi-autoritário” e foi posteriormente legitimado por eleições em 1963, mas em 1973 transformou-se em um sistema extremamente autoritário. Em 1957, na Indonésia, a democracia parlamentar foi substituída por uma democracia dirigida, em 1965 e o exército assumiu o comando do país. Nas Filipinas, o presidente instituiu a lei marcial em 1972. E em 1975, Indira Gandhi acabou com o sistema democrático e declarou o governo de emergência na Índia. Taiwan também apertou o cerco a qualquer tipo de discurso político na década de 1960, em franca oposição ao espírito de tolerância dos anos 50, sob o mesmo regime. Na zona do mediterrâneo, registrou-se a queda do regime democrático grego por um golpe de Estado “real” e este, por sua vez, vai ser derrubado por um golpe militar em 1967. Fato semelhante aconteceu na Turquia, onde os militares tomaram o governo civil em 1960, cuja intervenção foi marcada pelo revezamento entre militares e civis no poder, de modo que em certos momentos os militares assumiam o poder e em outros o passavam para os civis. Uma intervenção militar total só vai acontecer nos anos 1980.

Simultaneamente, durante os anos 1960 varias colônias inglesas fora da África celebravam as suas independências e instituíram regimes democráticos com um período de duração considerável. Podem ser citados Trinidad e Tobago, em 1962, Malta em 1964, Barbados em 1966 e as Ilhas Maurício em 1968. Porém, a grande maioria dos países recém-independentes nos anos 1960 encontra-se no continente africano. Os processos de descolonização foram acompanhados de sucessivos golpes. Assim, o único país africano que manteve práticas democráticas era a Botsuana. Os trinta e três países que haviam conquistado as suas independências entre os anos 1956-1970 mergulharam no autoritarismo.

As avaliações apontam que no ano de 1962, 13 governos no mundo eram resultantes de golpes de Estados e em 1975, contam-se 38 países nesta situação. De acordo com as estimativas, um terço das democracias ativas no mundo havia se transformado em regimes autoritários nos 1970. Estas ondas de autoritarismo levaram a uma incerteza sobre a manutenção da democracia nos países em desenvolvimento, até mesmo ameaçando a viabilidade e funcionalidade das democracias dos países desenvolvidos (HUNTINGTON, 1991, p. 30).

Ao indagarmos sobre a proliferação de “ondas” democráticas, certamente surgirão muitas pistas, entre elas a mais convincente seria sem dúvida a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, a disputa por hegemonia entre os blocos capitalista e socialista e, finalmente, a derrota do bloco soviético simbolizada na queda do muro de Berlim em 1989, instituindo os Estados Unidos como a potência hegemônica e acarretando uma nova configuração das relações políticas, econômicas e culturais do sistema-mundo. Em decorrência da hegemonia norte-americana, juntamente com os aliados europeus, ancorados nos blocos econômicos⁴⁴ em torno dos ideais democráticos, começaram a exigir a democratização dos países ainda não democráticos sob pena de comprometer as suas relações, levando até o bloqueio de financiamento dos seus programas de governos.

É neste contexto de avanços e retrocessos que surge a terceira onda de democratização, tendo como background os acontecimentos em torno do 25 de Abril de 1974, em Portugal, que abriu espaço para o processo de democratização nos diferentes continentes, dentre eles a África. Neste sentido, Huntington postula que o equilíbrio econômico do país está intimamente relacionado com a sua propensão a democracia, no entanto em alguns países africanos e em específico a Guiné-Bissau revelou-se contrario, pois vai ser o aprofundamento das crises econômicas elemento impulsionador para adesão a abertura econômica (TEIXEIRA, 2010).

3.2 O processo de democratização na África

Se os acontecimentos relacionados ao 25 de Abril de 1974 teriam desencadeado, segundo Huntington (1991), uma terceira “onda” democratizante (em maior ou menor grau) nos diferentes continentes, na África surtiram efeitos imediatos. Estes acontecimentos marcam a descolonização da chamada África portuguesa (Guiné-Bissau, Angola, Cabo-Verde, Moçambique, São-Tomé e Príncipe), onde no contexto pós-independência emergiram, no entanto, modelos de partido único geralmente conduzidos sob a óptica de Estados personalistas que mais lembram ditaduras. Para (BLONDEL apud SELLER, 2000, p. 17), os partidos únicos podem ser categorizados, por manterem-se sem qualquer concorrência, como “partidos de mobilização”, justamente pelo fato de se colocarem como agentes de mobilização das massas, instrumentalizando-as contra inimigos (reais ou imaginários) internos e externos. O Partido-Estado, por encarnar-se numa instituição e não numa organização, deixaria de

⁴⁴ Estamos nos referindo às agencias de financiamento, a exemplo de Banco Mundial, FMI, etc. e a acordos bilaterais com os países que compartilham os mesmos ideais.

cumprir o seu papel fundamental, que é o de competir com outros partidos a partir de uma base social e, nesse sentido, adquire uma característica desvirtuada, transformando-se em “força de natureza diferente daquela dos partidos, sejam eles compreendidos tanto na acepção moderna do termo como em sua acepção antiga” (SELLER, 2000, p. 22).

Álvaro Gustavo Jr et al, (1988, p. 105) argumentam que nos anos setenta e oitenta, a África conheceu um autoritarismo sistemático cujas causas podem ser traduzidas em “desvios históricos” dos ideais da independência, relações econômicas desiguais com o ocidente capitalista, neo-colonialismo e corrupção deliberada dos líderes políticos, entre outras. Essas formas de governo fundadas no controle social excludente, na falta de liberdade de expressão, no clientelismo, na má gestão da coisa pública e no favorecimento étnico ou de classe em detrimento do exercício de critérios universalistas, teriam levado à agudização das condições sócio-econômicas das populações e provocado a emergência de vozes internas e externas em prol de uma nova ordem social, calcada em valores democráticos.

Por um lado, surgem manifestações dos parceiros ocidentais preocupados com a situação dos direitos humanos e da falta de acesso aos bens de primeira necessidade, como a educação, a saúde, o saneamento básico, etc. Estas manifestações impulsionaram diversos países africanos a se mobilizar em torno de ideais democráticos, denunciando abusos dos governantes e funcionando como um contrapeso ao poder estatal. Estamos nos referindo ao fortalecimento da sociedade civil em diferentes países africanos, representada pelos sindicatos, pelas diferentes organizações associativas, pelos grupos de pressão, por voluntários, grupos financeiros e religiosos, pela imprensa e demais instituições e organizações pró-democracia.

Nesta perspectiva, Álvaro Jr. et al, (1988, p. 124) observam que os anos 1990 são de grande efervescência da sociedade civil africana, com o desenvolvimento de práticas democráticas e o estabelecimento de uma nova relação entre o público e o privado. Tais avanços não devem ser dissociados dos acontecimentos do ano de 1989, quando ocorre a queda do muro de Berlim, que estabeleceu uma nova ordem mundial. Com efeito, Cardoso (1996, p.14) afirma que:

o processo de desmoronamento do sistema socialista europeu, seguindo-lhe de uma perda de credibilidade dos países que o representam, criaram as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir.

Nesta linha de raciocínio Chabal (1998) enfatiza que o movimento para a democracia na África resulta de uma combinação de dois fatores, internos e externos, íntima e causalmente imbricados. Do ponto de vista interno podemos citar duas causas imediatas, quais sejam: a continuação do aprofundamento da crise econômica e a conseqüente perda de legitimidade do partido único, que não foi capaz de proporcionar bases minimamente aceitáveis para garantir o bem estar e/ou a sobrevivência da população – esta devendo ser entendida na sua plural configuração étnica. O partido único demonstrou-se incapaz de gerir adequadamente os Estados recém-independentes, levando-os a uma situação sócio-econômica precária e a uma posição dependente na economia mundial.

Esta perspectiva analítica não negligencia outros países que demonstravam um desempenho econômico notável, como é o caso da Nigéria, Costa do Marfim e Quênia. Mas de modo geral em todos os países a crise econômica causada preliminarmente pela crise dos preços de petróleo se fez sentir. Como conseqüência deste arrefecimento do mercado mundial, a década subsequente foi marcada pela redução de produção, acarretando o colapso das receitas advindas da exportação. Este quadro de déficit na exportação provocou um aprofundamento vertiginoso da dívida externa e, por conseguinte, aumentou a necessidade de ajuda externa (principalmente de gêneros alimentícios) no continente.

Com a falta de recursos, aliada ao aumento do descontentamento da população, os regimes de partidos únicos enxergaram na repressão um meio para controlar a sociedade. Com efeito, a repressão funcionava como uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que causava medo nas populações gerava custos econômicos e políticos, produzindo violência e, sobretudo, o desvio de recursos do país para fins repressivos, em detrimento do investimento com finalidades produtivas. A década de 1980 condensa o ápice da maior repressão e revolta no continente. Também aumentaram consideravelmente a oposição a tais regimes e as aspirações ao usufruto das promessas e conquistas de acesso aos direitos humanos e à expansão democrática (CHABAL, 1998, p. 146).

No âmbito externo podem-se elencar três fatores, ainda que soem paradoxais, que contribuíram para o surgimento da democracia no continente, quais sejam: uma perspectiva mais conservadora nas relações Norte-Sul no Ocidente; a introdução generalizada de programas de ajustes estruturais⁴⁵ e o colapso do socialismo na União Soviética e no Leste

⁴⁵ Em relação a efeitos sócio político destes ajustes no país, observa: GOMES, Paulo; MAANEM, Bert Van; COSTA, Luís; SILVA, Vasco; DURTE, Aquino e GOMES, Aristides; MONTEIRO Hugo e MARTINS,

Europeu. Quando falamos da perspectiva conservadora do ocidente, estamos remetendo necessariamente à era das administrações Reagan e Thatcher. As duas administrações interferiram na agenda da política externa, contribuindo para a diminuição do apoio à África e aos regimes de partido único. O Ocidente liberal tornou-se mais crítico em relação à conturbada experiência democrática no continente e às suas práticas qualificadas de repressivas e excessivas, sendo paradoxalmente confrontado por seus eleitores, nem sempre orientado por princípios democráticos, a não apoiar as ações dos governos africanos cujas práticas não coadunam com os princípios democráticos.

O freio acionado por parte do Ocidente de certa forma denuncia a sua indisposição em aceitar as reiteradas justificativas dos dirigentes africanos ou de seus interlocutores no Ocidente para explicar o fracasso de suas políticas. Por outro lado, a já citada crise econômica na África forçou seus governos a aumentarem cada vez mais a dependência diante do Ocidente. De modo geral, a configuração do sistema econômico global colocava os governos africanos numa situação de dependência e o Ocidente na de provedor. Com efeito, o Ocidente começou a empregar as duras regras do jogo, chamadas de condicionalidades, para que os países africanos pudessem se beneficiar dos financiamentos. Com efeito, os ajustes estruturais consistem basicamente em quatro exigências fundamentais, quer sejam: 1) remover os obstáculos ao funcionamento da economia de mercado (por exemplo, subsídios ou monopólios); 2) reduzir as despesas do Estado, particularmente os gastos com a administração; 3) reduzir a inflação e estabilizar a moeda ao nível do seu valor real; 4) intensificar a exportação de produtos exportáveis e aumentar as receitas de exportação.

Outro fator não menos importante que levou os países africanos à democratização está relacionado à perda da centralidade da União Soviética e da Europa do Leste no cenário mundial. Com isso, o apoio que os aliados recebiam diminuiu drasticamente e /ou acabaram. Com o novo cenário, Moscou passou a pressionar os seus aliados a buscarem soluções pacíficas diante dos conflitos com os quais a União Soviética estava de alguma maneira comprometida, a exemplo do Afeganistão e de Angola. Os chamados PALOP - Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa - que tinham uma ligação umbilical enquanto beneficiários da ajuda econômica financeiros da União Soviética, tiveram que procurar e costurar laços com o Ocidente. O fim da guerra fria, por um lado, consagrou a supremacia do

Geraldo; FORTES, Olívio; CARDOSO, Carlos e IMBALI, Faustino; AUGUSTO, Paulo e JAO, Mamadú; SILA, Adulai; FERNANDES, Raúl; RODRIGUES, Jacinto. In: o Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau (1996).

mundo ocidental, que por sua vez passou a exercer mais pressão com vista a reformas democráticas com base no modelo Ocidental. Por outro lado, a queda do comunismo no leste Europeu está relacionada ao descrédito da legitimidade do socialismo enquanto programa político viável e desejável. Aliás, existem sobejas críticas por parte do Ocidente que aliam os partidos únicos na África ao socialismo e, portanto, exigem reformas democráticas.

Deste modo desencadearam-se movimentos em prol da democracia em diferentes países africanos e entre eles destaca-se o papel dos líderes religiosos cristãos de diferentes matizes. Eles ocuparam uma posição de destaque, denunciando as irregularidades e a violação de direitos humanos. No entanto, o ativismo da igreja católica em denunciar tais irregularidades não deve ser visto sob um viés unilateral e isolado, sob pena de ignorar os esforços feitos por outras entidades, ainda que de forma tímida. Em torno da ação da igreja existe todo um aparato religioso, moral e ético fundado no respeito aos líderes religiosos por parte da sociedade. Ao se utilizarem deste poder simbólico secularmente estabelecido, tais líderes colocam os governantes numa posição constrangedora, com mínimas possibilidades de os revidarem ou retalharem, uma vez que se trata, afinal, de uma entidade “idônea”, com respaldo nacional e internacional, restando aos governantes, na maioria das vezes, como única opção, cessar as irregularidades de que são acusados.

3.3 O intrincado processo eleitoral e as mediações transitivas no contexto africano

Com o compromisso de liberalização democrática, os partidos únicos de vários países africanos deram início à difícil tarefa de iniciar a abertura política a partir dos anos 1990. Tanto o partido no poder quanto os partidos de oposição, que se multiplicaram após a liberalização política, não tinham experiências organizacionais necessárias, nos moldes democráticos, e muito menos um entendimento do complexo processo democrático. Se de um lado a abertura democrática colocou um fim ao monopartidarismo em grande parte do continente africano, por outro abriu espaço para a proliferação dos partidos políticos, muitos deles sem mínimas estruturas de funcionamento, o que dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes o período eleitoral como o momento privilegiado de suas ações. Com o objetivo de garantir a imparcialidade e o bom andamento dos processos eleitorais, se lança a mão dos observadores internacionais para auxiliar no referido processo, cabendo-lhes não somente o papel de fiscalizar, mas também de orientar o procedimento.

Um aspecto que geralmente pesa negativamente no sentido de uma melhor funcionalidade das eleições está relacionado ao curto período de tempo em que se processam as campanhas de conscientização da população para o processo democrático até a votação. Nesta linha de raciocínio, Álvaro salienta (1998, p. 133) que nas eleições de 1995, em Benim, não ocorreram debates públicos pré-eleitorais e /ou nos períodos de campanha eleitoral, visto que o governo bloqueava todas as transmissões políticas e programas de rádio, alegando não serem de interesse nacional. Outro fator negativo é a má gestão e a falta de infra-estrutura logística que dê suporte às eleições, causando transtornos nos eleitores, como a abertura tardia das mesas de votação (ou simplesmente a não abertura das mesmas), a insuficiência de urnas, as confusões com os cartões dos eleitores, o desaparecimento de urnas, entre outros problemas identificados. Com efeito, Álvaro Jr. et. al. (1998, p. 133-134) afirmam que:

[...] Alguns dos problemas encontrados nas eleições da Guiné-Bissau e em Moçambique foram a ausência de material de votação em muitas mesas de voto, atrasos nos processos de registro e deficiências nas campanhas de educação dos votantes. Na Guiné-Bissau, por exemplo, um membro de PAIGC, levou pessoas pela mão, ensinando como e em quem deve votar. A falta de material de votação em muitas mesas de voto, o desaparecimento de urnas e a falta de pagamento, por parte do governo, de 124 mil dólares a uma firma de computadores que compilava dados para mesas de voto, contribuíram para os problemas administrativos.

As falhas e os excessos do poder levaram a uma crescente demanda por observadores internacionais⁴⁶ nas eleições africanas, cujos objetivos eram zelar pela imparcialidade e pelo bom desempenho do processo eleitoral. Outrossim, não existe um consenso quanto aos observadores internacionais. Alguns setores os vêem como “jogadores intrusos”, gerando controvérsias em torno de suas participações.

Os observadores internacionais nas eleições africanas geralmente são compostos por membros das seguintes organizações: as Nações Unidas, a *Commonwealt*, a União Européia e a Organização da Unidade Africana (OUA), devendo-se sublinhar que a participação das organizações africanas neste processo ainda é tímida, se comparada à das organizações européias e norte-americanas. Falta-lhes o financiamento para a materialização da eleição e acabam exercendo papéis subalternos ou coadjuvantes, deixando o protagonismo com a ONU. A OUA fica à margem do processo, do qual deveria ocupar um papel central.

⁴⁶ Estas demandas dos observadores internacionais não expressam apenas condicionalidades internacionais, mas também a vontade interna dos partidos democráticos na oposição, cujo objetivo era inibir fraudes e zelar pelo bom funcionamento do escrutínio, ainda que isso configurasse, por assim dizer, a necessidade de uma ingerência externa.

Álvaro Jr et al, (1998) classificaram as eleições africanas em dois tipos, tomando como parâmetro comparativo os resultados eleitorais, aí se incluindo os processos eleitorais que mudam e os que confirmam o regime. Nesta óptica, o primeiro é definido como resultado da vitória eleitoral a partir da qual um novo regime se consolida no poder e efetua as reformas das forças armadas, desmilitarizando o poder. No rol de experiências deste gênero, a contar desde 1989, 14 países passaram por tais processos: dentre eles destacamos Benim (1991), Cabo-Verde (1991), São Tomé e Príncipe (1991-1994), Zâmbia (1991) e África do Sul (1994). As eleições multipartidárias na Guiné Equatorial, em 1993, resultaram da vitória da oposição face ao anterior regime do partido único que governava. E em 1994, no Malauí, os eleitores votaram no multipartidarismo tirando a hegemonia ao partido único. Ao passo que o segundo caso é caracterizado pelo processo eleitoral que leva a reafirmação do partido único no poder. Nesta situação se encontram 21 países, entre os quais destacamos: Angola, (1992), Burkina Fasso (1992), Costa do Marfim (1990), Djibuti (1993), Moçambique (1994) e Togo (1993 e 1994).

Mesmo com as dificuldades de internalização do espírito democrático por parte dos partidos e atores políticos, registra-se uma vontade popular em prol da legitimação da democracia. As longas filas durante o processo eleitoral demonstram a vontade popular de ter um governo eleito democraticamente. Mas esta vontade popular muitas vezes não é respeitada pelos governos. Os conflitos intra-partidários, os excessos classistas e os frágeis mecanismos de controle (poder judiciário, legislativo e a sociedade civil) acabam minando as possibilidades de uma governança voltada para atender as demandas das populações, levando ao definhamento do Estado.

O Estado fundado em um governo mínimo denuncia o desvio dos ideais pelos quais lutaram para a descolonização dos seus países e/ou a insuficiência dos Estados africanos pós-coloniais em promover o desenvolvimento da sua população, desvirtuando os conceitos básicos da democracia de “boa governança”, transparência administrativa, conquista das liberdades civis e o fim das prisões arbitrárias. No entendimento de Tocqueville, a caminhada para a democracia deve ser entendida sob o ponto de vista da igualdade de condições, como a igualdade de direitos políticos e cívicos, a possibilidade de todos alcançarem as posições elevadas e acesso aos bens materiais (TOCQUEVILLE apud JR. ÁLVARO et al, 1998, p.149).

De acordo com O'donnell e Scmitter, o processo de transição democrática nos leva a pensar em três temas principais: A liberalização, a democratização e a socialização. A liberalização corresponde à primeira fase da transição, está relacionada à efetivação de certos direitos, como a liberdade de opinião, o direito de defesa, a liberdade de associação, a ausência de censura nos meios de comunicação social etc. Já a democratização está relacionada à participação efetiva das populações nas decisões, ou seja, ao exercício efetivo da cidadania, considerando-se direitos e deveres (O'DONNELL e SCMITTER apud JR. ÁLVARO et al, 1998, p.102). Nestes termos, o que torna fiável a idéia da democracia são as garantias liberais da participação democrática, sem a qual estaríamos diante de uma construção fantasiosa. Com efeito, uma democracia política consolidada implica, portanto, que a liberalização e a democratização se reforcem mutuamente. A socialização, por sua vez, está relacionada à democratização das decisões nas empresas, escolas, fábricas etc. e à participação igualitária dos cidadãos nos bens e serviços gerados pela sociedade.

Chabal (1998) chama atenção sobre os debates em torno do processo de democratização em curso na África, demonstrando que estes têm resumido ou simplificado as discussões acerca de eleições. De um lado argumenta que, se as eleições são uma peça fundamental de qualquer processo democrático, de outro, não se deve perder de vista que a presente observação pode ofuscar processos de mudanças ou de continuidade política em curso no continente. Chabal propõe uma reflexão sobre a democracia na África e faz os seguintes questionamentos: as eleições multipartidárias significam de imediato a democracia multipartidária? Ou seja, as eleições multipartidárias ocorridas na África garantem uma "idoneidade" democrática? Com estes questionamentos, Chabal define quatro instrumentos ou perspectivas analíticas através das quais podemos enquadrar e analisar a transição democrática na África, quais sejam: a perspectiva formal (procedimentos), institucional, cultural e histórica.

Chabal observa que a perspectiva **formal** está atualmente no centro dos debates, por considerar os meios e os instrumentos práticos com os quais se estabelece o quadro democrático. Nesta perspectiva, o que é levado em consideração são os mecanismos para a mudança política e as eleições. As regras aqui observáveis têm a ver com as obrigações e direitos constitucionais que asseguram a manutenção do veredicto das urnas, no qual o derrotado abandone o poder em benefício do vencedor. Tais regras levam em consideração a duração dos mandatos e as condições em que as eleições ocorrem e estabelecem a

regularidade de mudança política do governo e da presidência através de eleições universais válidas.

O segundo aspecto, **institucional**, é considerado por Chabal como um elemento fundamental para a sustentação da ordem democrática e relaciona-se aos mecanismos que oferecem garantias para o exercício democrático: a competição entre os partidos sem nenhum impedimento, assegurando-se o direito de registrar o partido, a liberdade de expressão, o direito de reunião e de manifestação, o direito de fazer campanha e ao financiamento justo de campanhas eleitorais. Ademais, as eleições devem ser consideradas livres e justas por todos os envolvidos no processo. Mas por outro lado tais aspectos procedimentais podem camuflar a transição democrática sob o manto de elementos meramente rituais. A recente crítica do novo regime Zambiano pode ser tomada como um exemplo clássico disso. Esta experiência tem demonstrado que as eleições democráticas podem ser um meio através do qual um Partido-Estado substitui outro. Não obstante, a transição para a democracia em qualquer país do continente não é garantida por simples processo eleitoral, exige mais que isso, sob pena de se valerem das eleições como um meio travestido para a manutenção e reprodução das práticas autoritárias. Isto é, mudar a forma e manter o conteúdo.

É no intuito de focar a correlação de forças entre as instâncias em jogo que Chabal lança mão da abordagem **institucional** com ênfase nas relações dos corpos constituintes do sistema político. Portanto, está a referir-se à Constituição enquanto ordenadora das condutas das pessoas físicas e jurídicas, sem exceção. Pois sem uma Constituição e um sistema jurídico independente torna-se difícil falar em democracia. Para tanto, Chabal sugere três mecanismos básicos institucionais que auxiliem o seu funcionamento: 1) um sistema de representação, 2) um parlamento funcional e 3) um sistema de prestação de contas, ou seja uma adequada *political accountability*. Estes mecanismos, por sua vez, esbarram nos modos operantes vigentes nas sociedades africanas, nos quais a tendência é supervalorizar perspectivas coletivistas em detrimento das individuais. As identidades regionais, étnicas e religiosas tendem a se exacerbar com a forte possibilidade de se personificar ao invés de se universalizar, em decorrência das lógicas e visão de mundo assentes na coletividade e em lideranças tidas como incontestáveis. Se partirmos do princípio de que a teoria democrática formal pressupõe a necessidade de existência de um sistema democrático universal, isso não encontra respaldo suficiente nestas sociedades, uma vez que as suas representações advêm dos

sentimentos particulares, calcados no pertencimento étnico, regional ou em afinidades pessoais⁴⁷.

Diante do exposto, é pertinente postular a necessidade de independência entre os poderes. Como falar da funcionalidade da justiça e da Assembléia sem interferências do executivo? Encontramo-nos diante de um dilema: de um lado o parlamento e a justiça devem estar munidos de mecanismos que garantam a prestação de contas pelo governo de forma independente; por outro lado, caso isso não ocorra, o parlamento deve desenvolver mecanismos constitucionais para evitar a prática de excessos. Não é menos verdade que o que se verifica é um ceticismo em relação aos governos africanos em aceitarem as implicações de uma prestação de contas ao parlamento. Os partidos africanos que venceram as suas primeiras eleições multipartidárias têm necessidade de um parlamento funcional com uma oposição ativa e independente. Caso contrário, o novo governo se transforma em outro governo de partido único (CHABAL, 1998, p. 153).

Pode-se lançar mão também de outra abordagem, cuja tônica se centra na condição cultural endêmica, mas que funciona como uma via de mão dupla, por questionar as afirmativas que tendem a universalizar de forma eurocêntrica os processos acima referidos. São pertinentes as observações de Bratton e Walle, que consideram os processos de transição como sendo condicionados pelo patrimonialismo, que coexiste na complexa cultura política e democrática em construção e quase sempre se sobrepõem às instituições legais (BRATTON e WALLE apud AUGUEL e MEYNS, 2002, p. 12). Esta tendência parece mais característica das democracias africanas, onde as lógicas paternalistas, clientelísticas e de compadrio parecem inerentes às suas instituições a ponto de não mais causarem algum tipo de estranhamento às suas populações, visto que estão profundamente impregnadas no imaginário social.

Mesmo com o reconhecimento desses dilemas, Bratton e Walle acreditam na consolidação da democracia na África (idem, ibidem). Já numa perspectiva mais cética, Chabal e Deloz problematizam as teorias da democratização na África, que apontam quase sempre para uma transição nos moldes europeus, negligenciando uma análise que pudesse fornecer subsídios de como o continente funciona de fato, ao invés de fazer uma análise comparativa entre a democracia na África e Europa, levando à simplificação de suas

⁴⁷ Com isso não queremos afirmar que práticas similares não ocorram em outras democracias ditas avançadas, mas está-se apenas a evidenciar a tamanha proporção que este representa no continente africano.

realidades. Diga-se de passagem, as próprias concepções de Estado Nacional são extraídas das experiências europeias, marcadas por uma maior integração cultural e étnica de suas populações, e universalizadas para o contexto africano, sem levar em consideração suas particularidades.

Para Chabal e Deloz, o discurso da democratização apresenta-se como sugerido ou até imposto à realidade dos países africanos eurocentricamente. Daí sucede que os regimes decorrentes da transição democrática acabam assumindo as mesmas atitudes do partido único, quando não espelham pura e simplesmente comportamentos praticados pelos próprios colonizadores. Estas observações levaram os referidos autores à constatação de que o patrimonialismo é um elemento central da política africana, a partir da qual se firma a suspeição de que a experiência administrativa colonial tenha de fato se desgarrado das tradições posteriores e bloqueiem o surgimento de bases seguras para a consolidação do processo político-institucional após a independência (CHABAL e DALOZ apud AUGUEL e MEYNS, 2002, p.13 e 14).

Os referidos autores inauguram um olhar específico sobre a transição democrática na África, implícito na idéia de “re-tradicionalização” da sociedade ou a africanização da política. Entretanto, esta análise colide com a perspectiva trazida por Mamdani, no seu estudo sobre “as bases institucionais do estado pós-colonial”, a partir do qual compreende que “mais do que qualquer outra coisa a forma do Estado foi cunhada pela experiência colonial africana” (2002, p.16), lançando assim a teoria do Estado bifurcado. No seu entendimento a sociedade africana se organizou de forma diferente nas zonas rurais em relação aos aglomerados urbanos, representando duas formas de poder sob uma única autoridade hegemônica. Desta forma, o poder urbano carregava consigo as aspirações da sociedade civil e dos direitos dos cidadãos, enquanto que o poder rural carregava consigo a linguagem da comunidade e da cultura. O poder civil reivindicava a proteção dos direitos, ao passo que o poder tradicional concentrava-se em reforçar os laços tradicionais. O poder civil é compreendido como organizando-se segundo critérios de diferenciação, com o intuito de controlar a concentração do poder, enquanto que o poder tradicional é compreendido como concentrando-se sob as bases da fusão para assegurar a autoridade monolítica (MAMDANI apud AUGEL e MEYNS, 2002, p. 16). No entendimento de Mamdani, o colonialismo se valeu das partes das tradições africanas, impondo-lhes como pretensas as suas tradições, mas na realidade

recriaram novas formas, inexistentes no seu passado. Como consequência, ter-se-ia cristalizado uma realidade que ainda influencia a África pós-colonial. Com efeito, ele afirma:

[...] mesmo tendo abolido a escravidão formal, o colonialismo cristalizou, formalizou e estruturou toda uma gama de restrições à liberdade que os estados conquistadores do séc. 19 tinham desencadeado, com o único intuito de generalizá-las. Da tradição africana, os estados coloniais tomaram uma prática muito difundida e consagrada pelo tempo, mas exercida por um poder descentralizado, e liberaram esse poder das restrições representadas pelos outros chefes e pelo povo. Dessa forma, eles formaram as bases de um despotismo descentralizado (MAMDANI apud AUGUEL e MENYS, 2002, p. 15-16).

Mamdani sustenta que a tarefa principal da democratização deve buscar superar o abismo criado no seio da sociedade pelas instituições estatais. Essa busca deve levar em consideração que a herança colonial não pode ser descartada como coisa do passado, mas incluída na luta por caminhos que favoreçam o processo de democratização. Nesta linha de raciocínio, Bratton e Walle argumentam que, por mais diferenciados que sejam os percursos e os resultados das transformações daí desencadeadas pelos cidadãos africanos, no sentido de cobrarem de seus governantes o zelo pelo bem comum, significa em última instância uma busca pela democracia (idem, p.16). Esse entendimento é visto com muitas ressalvas por Chabal e Deloz, que reconhecem em tais afirmações as políticas e as metas eurocêntricas impostas à realidade africana.

Com efeito, Chabal e Deloz sugerem tratar-se aí mais de uma discussão pautada em responsabilidades e cobranças de obrigações políticas (*political accountability*) do que propriamente pautada em aspectos substanciais da democracia. Ou seja, eles consideram que seria mais significativo se os africanos soubessem que seus dirigentes políticos podem ser responsabilizados pelos seus atos através dos procedimentos considerados legítimos, do que se limitassem a participar dos rituais formais da democracia multipartidária. Percebemos que Chabal trabalha numa óptica mais endêmica, distanciando-se das teorias acima referenciadas, buscando sempre uma explicação dentro da própria realidade africana, a ponto de falar em “responsabilidade clientelista”. Por outro lado, esta afirmativa não teria respaldo empírico, uma vez que após a independência a África só funcionou para uma pequena elite política dominante, enquanto que grande parte da população sofria em virtude da miséria econômica e dos desastres das guerras civis. Parece-nos que esta observação se aproxima mais da teoria defendida por Mamdani sobre as deformações ou a degradação das tradições africanas através das interferências coloniais. Por outro lado Chabal e Deloz reconhecem, igualmente, que a tensão crescente da sociedade tendem a suscitar manifestações que levam à mudança. Desta

forma, os enfoques teóricos divergentes ajudam-nos a espelhar melhor as diferentes nuances da realidade em debate. As teses divergentes chamam atenção para o perigo de uma busca da originalidade ou de um suposto puritanismo das tradições africanas. Parece-nos que é de todo prudente insistir na idéia do hibridismo cultural calcado numa síntese assimétrica,⁴⁸ a partir da qual a cultura africana assume uma posição de “estar sendo”.

3.4 A Guiné-Bissau e os Caminhos da Democracia

Antes de adentrar, de modo mais pontual, no processo democrático interno guineense, é de todo importante tecer algumas observações sobre os países africanos da língua oficial portuguesa – PALOP e, dentre eles, em especial a Guiné-Bissau.

Por serem ex-colônias portuguesas, estes países experimentaram processos semelhantes, em maior ou menor grau, do ponto de vista da administração pós-colonial e do processo da transição democrática, mesmo com ressalvas em relação ao caso de Cabo Verde e de São Tomé. Estes países experimentaram uma administração pós-colonial assente no monopartidarismo. Todavia os laços e os anseios pela independência contra o mesmo colonizador, bem como o desenvolvimento de estratégias conjuntas para a descolonização, deixaram neles marcas profundas e significantes, pois se reconhecem mutuamente em virtude dos resquícios da violenta opressão emanada da cultura lusitana.

Do ponto de vista da transição democrática, temos, no entanto, uma equação que não espelha homogeneidade entre os cinco países, aliás, podemos agrupá-los em três e dois, ou seja, juntarmos Guiné-Bissau, Angola e Moçambique como países cuja experiência se assemelha e por outro lado temos a semelhança entre Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Daí perguntarmos quais seriam os elementos aí envolvidos ou a configuração das sociedades e o processo levado a cabo durante o processo da independência que podem ter contribuído para estes se configurarem de tal maneira? Esta equação parece apontar para pistas em duas situações complementares. Primeiro, pode estar ligada ao processo da formação destes Estados e, segundo, às formas e aos mecanismos utilizados para a conquista da independência. Novamente esbarramo-nos nas perspectivas teóricas antagônicas de Chabal e Daloz e as de Mamdani. Como salientamos acima, para os primeiros a cultura africana

⁴⁸ Chamamos de síntese assimétrica o resultado da fusão, na cultura africana, de elementos tradicionais e europeus. Ainda que se perceba a prevalência dos modos africanos de ser e de estar, não se anula por completo os traços eurocêntricos na relação do Estados pós-colonial e a sociedade, até os nossos dias. A estes traços chamamos da relação assimétrica ainda em lapidação. Logo o “estar sendo”.

influenciou mais fortemente o processo de desenvolvimento dos países africanos do que o seu passado colonial e as características daí advindas; o segundo, Mamdani, sublinha o contrário, afirmando que o que determina os modos de ser e de estar dos povos africanos têm as suas explicações no modo de colonização portuguesa.

Parece que, neste caso em particular, estamos diante de um problema enfrentado por Giddens (1989) a propósito da dicotomia entre estruturalistas e hermeneutas, objetivistas e subjetivistas, estrutura e ação nas Ciências Sociais. No bojo deste debate, dois autores da sociologia clássica colocam-se como emblemáticos, notadamente Durkheim e Weber. Se, de um lado, Durkheim entendia que a estrutura, a sociedade, a moral se sobrepõem aos indivíduos e exercem um poder coercitivo sobre eles, Weber, de outro lado, compreendia os indivíduos como agentes que atuam sobre as estruturas, levando-as à transformação social, instalando-se desta forma uma quebra da dicotomia entre estrutura e ação.

Com o objetivo de colocar em diálogo a relação dicotômica acima referida, Giddens desenvolveu a sua teoria da estruturação, demonstrando que os dois pólos se inter-relacionam e configuram uma via de mão dupla, duas faces da mesma moeda, resultando, pois, da articulação entre estrutura e ação o que ele denominou *estruturação*. Do mesmo modo, as duas tendências explicativas dicotomizantes propostas pelos referidos autores no âmbito de suas reflexões sobre o processo de democratização na África, parecem-nos mais próximas de se fundirem e se transformarem em uma síntese do que, de fato, qualquer forma de supervalorizar uma em detrimento da outra. As culturas africanas e as suas dinâmicas políticas demonstram que estamos diante de uma realidade híbrida e qualquer tentativa de reivindicar a “pura africanidade” ou a pura “lusitanidade” leva-nos a uma interpretação redutora. Portanto, talvez o mais sensato fosse postular uma síntese dialética das duas formas culturais, refratadas por um constante jogo de interesses que produzem situações assimétricas em instável equilíbrio, de acordo com o contexto e a conjuntura observada.

Pode se afirmar que o acontecimento ocorrido em 17 de Outubro de 1985 em Guiné-Bissau seja o marco fundamental para uma manifestação política organizada, no qual, Paulo Correia, primeiro vice-presidente e ministro da Justiça, e Viriato Pã, ex-procurador geral da República, foram acusados de um alegado golpe de Estado, que teria como objetivo derrubar o governo de Vieira. Em decorrência desse fato foram acusadas outras cinquenta pessoas, que foram detidas, sendo entre estes doze acusados de mentores intelectuais condenados à morte, incluindo duas figuras que mencionamos anteriormente (Paulo Correia e Viriato Pã).

Diante da iminência da execução dos condenados, o presidente João Bernardo Vieira Nino desobedeceu aos pedidos da comunidade internacional e de personalidades e organismos internacionais, como, por exemplo, do Papa João Paulo II, do presidente Português Mário Soares e da anistia internacional⁴⁹, que procuraram intervir para impedir a consumação da sentença (Cf. MENDY, 1996, p. 31-32). Este acontecimento teve repercussão negativa nacional e internacional, gerando críticas de diversas ordens que apontavam para a necessidade da liberalização democrática. Desse modo, pode-se dizer que tais críticas engendraram um ambiente favorável para a criação dos partidos políticos Guineenses, como é o caso do Movimento Bafatá (RGB-MB), fundado pelo Dr. Domingos Fernandes Gomes em Portugal, em 27 de julho de 1986 e legalizado em 1991. Neste mesmo ano deu-se também a legalização do FLING, movimento rival ao PAIGC, que lutava pela independência pacífica da Guiné Bissau, liderado por François Kankola Mendy desde a sua fundação, em 1962 (MENDY, 1996).

No campo econômico, o país encontrava-se numa situação econômica altamente subdesenvolvida e destruída pela luta de libertação nacional, com um baixo nível de atividade agrícola e com um setor industrial atrasado. A economia colonial da Guiné era, como em outros contextos colonizados, essencialmente rural e regida por mecanismos protecionistas que asseguravam o controle das atividades econômicas e o monopólio do comércio externo por companhias portuguesas. Os produtos daí extraídos eram o amendoim, o óleo de palma, os derivados do coco, a borracha e o algodão. Os anos de luta significaram também a destruição das estruturas de sobrevivência no campo, como dos diques, importantes para a estrutura produtiva do arroz, levando ao fim das atividades ligadas à agricultura e ao comércio, que engajavam a grande maioria da população e provocando êxodo rural crescente (MENDY, 1996, p. 32-33).

O país tornou-se um espaço por excelência para a combinação de fatores negativos, como o alto índice de desemprego e de subemprego. Nesse sentido, é razoável fazer uma ligação entre as lutas internas dentro do Partido-Estado e a debilidade econômica do país. O aguçamento da crise econômica levou o Partido-Estado (PAIGC) a adotar as rigorosas medidas impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI com vistas aos ajustes estruturais da economia. Estas medidas tinham como meta a liberalização econômica e

⁴⁹ Dos doze homens que foram condenados à morte, foram executados seis (6).

política do país, de modo a garantir a suposta abertura de caminhos para o pluralismo democrático.

A análise da implementação de tais dinâmicas não pode de forma alguma negligenciar o favorável contexto internacional para uma virada de página dos países recém-independentes de tendência socialista, como é o caso da Guiné-Bissau no período. A queda do muro de Berlim em 1989 foi um marco inaugural de uma nova forma de organização social, principalmente na África, Europa do Leste e Ásia. Com efeito, pode-se afirmar o caráter paradoxal desses movimentos de pressão internacional, que de um lado reforçaram estruturas econômicas dependentes e de outro obrigaram o Partido-Estado a aderir ao pluripartidarismo, com o compromisso de garantir a funcionalidade das instituições democráticas.

Em 1994 ocorreu a primeira eleição, com a participação de doze partidos, tendo sido o PAIGC o mais votado, ou seja, o ex-Partido-Estado foi reconduzido ao poder⁵⁰, comandado por Nino Vieira, General e comandante supremo das forças armadas. A expectativa da população e da comunidade internacional em relação ao governo eleito era que ocorresse a despersonalização das instituições, que deveriam passar a ser pautadas por regras democráticas, mas isso não ocorreu. O Partido continuou com as formas autoritárias e de ingerência nos poderes legislativo e judiciário e a censura aos órgãos de comunicação social, minando assim qualquer forma de convívio democrático. As práticas autoritárias, sob outras roupagens, somadas aos conflitos intra-partidários com a finalidade de atingir o poder, rememoram um passado colonial e a fraca institucionalização do Estado democrático, que, aliás, pode ser percebida como um terreno fértil para o desencadeamento dos conflitos políticos militares com contornos étnicos.

Não obstante, parece-nos que já se apresentavam tais dificuldades do ponto de vista de um projeto nacional entre o PAIGC e os partidos da oposição desde o início da abertura política. Este intrincado processo para a abertura democrática mereceu a atenção de Cardoso (1996), que chamou a atenção de seu público leitor sobre a complexidade da situação em artigo cujo título “A Transição Democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil” denota emblematicamente sua preocupação diante do sinuoso cenário. Segundo ele, existiam contradições internas no seio do Partido em relação à adesão à democracia, pois a ala conservadora do PAIGC tinha preocupação com a manutenção do *status quo* e era cética em

⁵⁰ A eleição foi considerada pelos observadores internacionais como livres e justas.

relação aos fatores inesperados que a abertura poderia trazer, entre estes os perigos relacionados ao contexto sócio-econômico, político e cultural da África, diferente da Europa. Estes aspectos diferenciais eram vistos como favoráveis à geração de tribalismo e de guerra civil.

Uma outra corrente no seio do Partido, os chamados renovadores, mostrava-se disposta à abertura democrática. Estes faziam parte fundamentalmente da nova geração do Partido que chegava dos estudos no exterior, conhecidos por “121”. Eles redigiram uma carta exigindo a democratização interna do Partido, de modo a estabelecer o diálogo com as formações políticas emergentes e a definir uma linha política clara que permitisse restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes. Entretanto, estas reivindicações não foram atendidas de imediato. Tiveram que contar com o apoio da sociedade civil e as forças políticas para, no entanto, dar início à sua aprovação de forma tímida e demorada. Em maio de 1991, a Assembléia Nacional Popular efetuou uma revisão pontual na constituição, eliminando o artigo 4º da constituição que consagrava o PAIGC como a única força dirigente, mas por outro lado não foram criadas outras leis que garantissem o exercício da democracia, engendrando deliberadamente um impasse institucional cujo objetivo era atrasar a transição, cuja consequência foi a agudização das tensões políticas existentes. Assim Cardoso (1999, p.28) afirma que

Apesar dos discursos pomposos como o do presidente da Assembléia Nacional Popular afirmando “apostamos no multipartidarismo como uma das forças mais avançadas da democracia, garante de uma vida coletiva organizada e eficiente, assente no princípio de valorização das liberdades individuais, igualdade e solidariedade”, a situação no seio do PAIGC continuava a deteriorar-se [...]. O relacionamento entre o partido no poder e as forças da oposição emergentes era de grande crispação, receando alguns até que a situação descambasse numa confrontação armada. A título de exemplo podiam citar –se os confrontos físicos entre militantes do PAIGC e os da Resistência de Guiné-Bissau (RGB) - Movimento Ba-fa-tá que houve no dia 14 de junho em Gabú, a quando do comício de inauguração da sede deste partido

Em linhas gerais, este era o ambiente político no qual se deu a abertura política. E foram nessas condições que se efetuaram as primeiras eleições, como frisamos acima. Mesmo com as censuras por parte do governo reeleito, não se pode negar que ocorreu uma mudança nas instituições, possibilitando uma razoável convivência com o novo momento político que se instaurou, suscitando igualmente uma manifestação de outros grupos sociais quase invisíveis. O que demonstra por outro lado, que as forças sociais emanadas da sociedade civil, ainda que estivessem organizadas, sentiam-se ameaçadas de sofrerem represálias do Partido-Estado por manifestarem suas posições.

No entanto, percebeu-se que o multipartidarismo trouxe consigo não apenas a “liberdade de opinião”, a possibilidade de se criar outros partidos, bem como a alternância do poder ou a alternativa de contestar a performance do governo calcado na constante luta pelo poder. No caso guineense essa luta, como demonstram os sucessivos conflitos político-militares focados por esse trabalho, era e é uma luta fundamentalmente acirrada entre a elite governante e a elite alternativa. De acordo com a teoria da elites, existem duas possibilidades para pôr fim a esses conflitos: ou a absorção da elite alternativa ou a sua eliminação. Normalmente a segunda costuma ser preferida dos governantes, práticas que remontam aos tempos do Partido único, que ainda persiste após as “ondas” de democratização nos sistemas democráticos africanos, e a Guiné não foge a essa regra (BESSA e ARON apud CARDOSO, p. 24).

Se nas primeiras eleições o PAIGC foi reconduzido ao poder, já nas segundas eleições foi derrotado pelo Partido da Renovação social – PRS, um partido com fragilidades estruturais, escassez de quadros para a formação do governo e com falta de experiência política administrativa. Para assegurar a governabilidade o PRS fez coalizão com a Resistência da Guiné-Bissau – RGB, que foi o segundo colocado nas eleições, constituindo-se um governo de base alargada, reduzindo significativamente a influência e a participação do PAIGC no governo. Mas a coligação governamental do PRS com a RGB foi de curta duração, logo surgiram as divergências em torno do presidente da Assembléia Nacional Popular, cargo que o líder da RGB, Helder Vaz gostaria de ocupar e desse desentendimento seguiu-se a cisão (NÓBREGA, 2003, p. 12).

Entretanto, como já era de se esperar, o governo constitui-se fundamentalmente de políticos sem nenhuma experiência governativa, incluindo o próprio líder do governo. Este despreparo não se restringe apenas ao governo, também se estende ao parlamento, onde a grande maioria dos deputados eleitos apresenta um fraco nível acadêmico e sem alguma experiência política, o que reflete negativamente nas discussões, pois dificilmente conseguem acompanhar os trabalhos, encaminhamentos dos processos, “dossiês”, e /ou votar com um razoável conhecimento do assunto. De ponto de vista da manutenção do poder, o executivo até se sente confortável em ter um parlamento cujos deputados apresentam déficit de compreensão das suas funções, acarretando o não controle político destes sobre o governo, uma vez que estão desprovidos de conhecimentos técnicos para tal, assim como para as demais prerrogativas que lhes são incumbidas.

Corroborando esta observação, Cardoso (s.d., p. 26) argumenta que a liberalização econômica e a conseqüente abertura política coroadas pela realização das duas eleições pluripartidárias e tendo a última desembocado numa alternância de poder, criou condições para um certo rejuvenescimento da elite política. Salienta, porém, que este rejuvenescimento não foi capaz de se transformar numa nova forma de fazer política, decorrendo daí que o processo de formação da elite política emergente seja marcado por características que em muitos casos assemelham-se ao regime dos partidos únicos que outrora combatidos. As reproduções das lógicas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas por parte dos partidos de oposição que assumiram o poder revelam duas tendências que se complementam: de um lado, derruba qualquer discurso que professavam quando ainda se encontravam na oposição (não à corrupção, ao autoritarismo e defesa do zelo pela coisa pública e por uma administração responsável etc.), por outro lado, demonstra a ausência de uma cultura democrática e/ou a falta da interiorização da cultura democrática, tendo a experiência autoritária do partido único (PAIGAC) como o único parâmetro comparativo e norteador das suas práticas políticas.

Deste modo, criou-se um ambiente desfavorável ao diálogo profícuo voltado ao interesse da nação. Costuma-se registrar as ofensas mútuas entre a oposição e o governo, um dos exemplos que evidencia tais práticas foi a acusação do Presidente da República, no ano de 2000, a alguns partidos da oposição, chamando-os de frustrados, parasitas sanguinários, mercenários e descontrolados. Este clima de ofensas pessoais e institucionais carrega consigo outras arbitrariedades, tal como: as prisões ilegais dos jornalistas e dirigentes partidários em pleno exercício do mandato de um governo eleito “democraticamente”. Talvez o mais preocupante dessas arbitrariedades seja a combinação quase que linear da base da pirâmide ao topo, isto é, os partidos ou governos têm dificuldades em desenvolver um comportamento democrático. Os próprios líderes partidários têm enorme dificuldade em introjetar os valores democráticos, aliás, uma boa parte dos partidos se centra na figura do seu líder, desprovidos de uma base social expressiva, as relações intra-partidárias se resumem quase que invariavelmente ao cumprimento escrupuloso do que o líder decide. O fato de o líder exercer um absolutismo democrático⁵¹ e encontrar ressonância na relativa obediência por parte dos militantes, é de algum modo revelador de uma relação causal em que os demais membros do partido efetuam um cálculo matemático em relação a perdas e ganhos caso desafiem o líder. Geralmente preferem o silêncio ao embate, sob pena de sanções e até expulsão do partido. Ao

⁵¹ Chamamos de absolutismo democrático a forma travestida com que se processa o discurso democrático e a prática autoritária dos partidos e governos.

gerar esse clima da ditadura de consenso, silenciam-se as vozes dos demais membros do partido.

Quanto à estrutura dos partidos, observa-se que funcionam com muita deficiência⁵² e a luta pelo poder transforma-se numa luta entre os líderes políticos, em uma clara demonstração de *matchundadi* (virilidade). O PRS pode ser citado como o partido em que estas práticas se apresentam com mais vigor, no qual seu líder fundador Koumba Yala possui mais capital simbólico que o próprio partido. Ainda em relação a essa personificação do poder na figura do seu líder, o Ex-Primeiro Ministro do governo da Unidade Nacional, Francisco Fadul, citado por NÓBREGA (2003, p.13) observa que

A maioria dos partidos são frequentemente, propriedade quase que privada, ou seja, projetos de poder pessoal. Todos os partidos da Guiné, começam por ser partidos de dono. Todos eles têm um patrão que é aquele que coloca lá algum dinheiro para fazer funcionar a máquina e que, por isso, se sente o dono. Se alguém não gosta da sua atuação, só tem é que abandonar o partido.

A prática do silêncio pode estar calcada numa consciência discursiva que encontra no próprio silêncio as alternativas que possibilitem galgar um espaço maior no seio de partido e no governo, sem precisar necessariamente, de forma arriscada, confrontar-se com o líder. Este cálculo matemático de perdas e ganhos nos remete à velha máxima maquiaveliana, em que os fins justificam os meios. Entretanto, registraram-se casos em que a luta pelo protagonismo é levada à última conseqüência dentro do mesmo partido. Estamos nos referindo a dois episódios semelhantes, um aconteceu com a RGB e outro com o PAIGC. No caso da RGB, a disputa girava em torno de uma polarização interna pela assunção do cargo diretivo durante o III congresso dessa formação política que se realizou nas vésperas das eleições, de 1999. O que acabou por fragmentar o partido prejudicando significativamente a sua imagem junto a militantes e simpatizantes. Tendo como rescaldo a dissidências que culminaram na criação de novos partidos, como é o caso do Partido Social Democrata.

No caso do PAIGC, as disputas internas giravam em torno da nova safra de militantes chamados “Renovadores” e os veteranos chamados de “Firkidda”⁵³ que advogavam a continuidade da liderança do Nino Vieira no Partido. No entanto, acusavam os renovadores de

⁵² Os partidos têm enorme dificuldade em manter suas sedes funcionando regularmente, muitos partidos se apresentam tão somente no período da campanha, e aqueles que conseguem funcionar fixam-se na capital, as representações nas regiões interioranas é quase inexistente, salvo raras exceções.

⁵³ Firkidja – significa, em crioulo, aquele que sustenta. Os paus que sustentam a estrutura de uma casa (palhota) são chamados de firkidja. Desse modo os veteranos quiseram demonstrar aos renovadores que são eles que sustentam o partido.

insultos ao presidente do partido, essa polarização acabou por enfraquecer o partido e levá-lo a uma situação que abrisse precedentes para o golpe militar, assunto que abordaremos em seguida.

No que se refere à base social dos partidos, esta parece de difícil identificação, ou seja, não apresentam uma uniformidade na sua composição. O PAIGC é composto por camponeses, assalariados urbanos, etc. Uma amostra do III congresso constata que 10% eram camponeses, 9,7% assalariados, 73% com formação média e superior, enquanto que 0,3% eram estudantes (CARDOSO, p. 28). Estes dados revelam um fato curioso no seio da base social do PAIGC que evidencia a quase não participação dos estudantes (jovens) no seio do partido. Esta constatação parece ser válida para a grande maioria dos partidos. Isso reforça uma tendência tradicional secular arraigada nas sociedades africanas de entender que os jovens não são capazes de participar nas grandes decisões da vida política nacional. Isso se combina com certa ética da sociedade guineense, que tende a excluir os mais novos das decisões, ditos de *garandes* – dos mais velhos ou de (conselho dos anciões) –, reservando-lhe apenas a execução das tarefas.

Talvez na tradição de exclusão dos jovens das esferas decisórias repouse a explicação para a derrota do Partido Convergência Democrática (PCD) nas primeiras eleições de 1994. Tratava-se de um Partido com significativo quadro jovem e considerável penetração em mais de 70% das *tabancas*, sendo o único partido da oposição a manter uma imprensa regular e um discurso de mudança, angariando a simpatia da juventude e da sociedade de modo geral. Com efeito, todas as projeções apontavam para a sua vitória, mas os resultados das eleições não confirmaram tal favoritismo, suscitando a curiosidade pela investigação do fato por estudiosos e até pelo próprio partido. De acordo com Cardoso (1996, p.56), dentre as causas relacionadas à derrota do partido pesa a juventude dos seus membros, pois nas sociedades africanas ainda prevalecem sólidas as idéias-forças que tendem a distanciar os jovens do poder decisório, reservando-lhe apenas a execução, como frisamos anteriormente. Observada desse ângulo, a maciça participação da juventude na esfera da decisão do partido talvez possa estar relacionada ao baixo desempenho eleitoral. Como um sinal de protesto ou até de desconfiança numa juventude supostamente inexperiente.

4 OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: PODER E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Desde os primeiros contatos dos portugueses com os autóctones da região hoje denominada Guiné-Bissau ocorreram atos de violência contra os primeiros navegadores portugueses ao chegarem àquela costa, ainda na condição de visitantes. A narrativa histórica evidencia que os contatos entre os dois grupos e culturas não foram amistosos. A expedição comandada por Nuno Tristão com os seus companheiros foi alvo de ataques, sendo que das 22 pessoas que saíram na embarcação não escaparam mais do que dois, todos os demais foram mortos pelos “nativos”, inclusive o próprio Nuno Tristão (GOMES EANES, apud NÓBREGA, 2003, p.133).

Já no século XVI, com o estabelecimento do comércio e praças, os portugueses continuaram a depender da boa vontade dos “nativos” ou do consentimento dos chefes tradicionais, pagando-lhes impostos, num entendimento baseado no mútuo interesse comercial (ALMADA, apud NÓBREGA, 2003, p. 133). Almada demonstra que até nos espaços mais estabelecidos “os nossos” (forma como o autor se refere aos portugueses) não escapavam às provocações desrespeitosas e aos maus tratos por parte dos “nativos”, obrigando-os a procurar novas terras de acolhimento. Segundo (ALMADA apud NÓBREGA, 2003, p.135, grifos nossos),

Antigamente habitavam os *nossos* com estes negros na mesma aldeia, de baixo da palavra e guarda dos seus hóspedes. E eram mui avexados deles, como se outro da mesma nação que desciam do sertão. E houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebiam [...]. Eram tão mãos estes negros da aldeia do Bugendo para os *nossos* que os tratavam tão mal, que se lhes não podia sofrer. E não se tinha por honrado o negro que lhes não tomava o s chapéus, e dessem bofetadas e pancadas.

Depois de três séculos, parece-nos a relação entre “nativos” e europeus não ter mudado. Em sua “Memória Sobre o estado atual da Senegambia portuguesa, causas da sua decadência e meios de a fazer prosperar”, Honório Barreto narra a presença portuguesa nessas paragens e a sua insatisfação com a má administração e o isolamento a que a província fora submetida. Mas queixava, sobretudo, das relações com os autóctones e dos seus usos e costumes. Assim Nóbrega (2003, p.135-36), referindo-se a Barreto, observa que:

Os estabelecimentos são cercados por gentios mais ou menos insolentes, mas que geralmente dominam os portugueses; e com aqueles o governo local sempre transige apesar do que se tem escrito. Os insultos, ferimentos, e até homicídios feitos por elles aos portuguezes, ou se deixam em silêncio, ou são pagos em aguardentes. Os Gentios conhecendo esta fraqueza abusam; cada dia requintam em exigências, já ao governo, já aos particulares, que se vêem obrigados a ceder para evitar um mal maior [...].

Esta narrativa demonstra a preocupação de Nóbrega em desconstruir uma abordagem cristalizada em que os europeus aparecem nessa relação como meras vítimas. Busca igualmente evidenciar, através destes episódios e narrativas, que havia uma relação equilibrada entre os dois povos até o começo de século vinte. O que implica que até antes desse período os “nativos” teriam estado numa situação melhor nessa relação de violência forjada pelos primeiros contatos com os portugueses. Evidencia também o silêncio de Nóbrega em relação à escravidão na região, ao conceber a narrativa de Almada de forma acrítica, quando este afirma que a relação dos portugueses era baseada num simples interesse comercial, deixando transparecer a conviência deste em relação a tais práticas.

Aliás, parece-nos que se pretende com estas narrativas, muito mais que colocar em evidência o outro lado da moeda, inverter a tendência, na qual os portugueses passariam da condição de algozes para a de vítimas nas suas relações com os “nativos”. Do contrario seria de todo prudente questionar motivos destes ataques dos “nativos”? Se houver feridos ou mortes por parte dos “nativos”? e quantos são? Sem estes questionamentos que nos parece preliminares, revela-nos uma história contada pelos vencedores onde a outra metade é silenciada. Entretanto, nosso interesse em colocar em relevo esses episódios nada tem a ver com a ratificação da postura de Nóbrega e de seus antecessores e sim trazer à tona a relação dos portugueses com as populações “nativas”, profundamente marcadas pela violência que vitimou fatalmente membros da embarcação, inclusive o próprio “descobridor”.

A segunda etapa deste violento contato nesse pedaço do continente africano está relacionada à chamada “Guerra de Pacificação”, cujo objetivo era dominar os “nativos” avessos à colonização. Durante esse longo processo, travaram-se intensas lutas e derramamento de sangue entre os colonizadores portugueses e autóctones e esta batalha só teve o seu término no começo do século XX. Altura em que não havia mais focos de resistência ativa contra os colonizadores.

A terceira fase desse histórico de violência inicia-se a partir da segunda metade do século XX. Trata-se da luta de libertação nacional desencadeada pelo PAIGC, encabeçado por

seu líder-fundador, Amílcar Lopes Cabral. Esse processo durou mais de 10 anos de intensos bombardeamentos dos dois lados, ceifando vidas dos militares e da população civil. Mesmo reconhecendo a superioridade bélica dos colonizadores, não se pode negar que a opção de PAIGC pela violência para combater a violência configura-se também como um ato violento⁵⁴. A perspectiva de análise em questão está longe de uma abordagem dicotômica da realidade, na qual se tem um discurso em torno do PAIGC como salvador da pátria e os colonizadores como meros algozes, ou então numa perspectiva eurocêntrica de entender a presença portuguesa como meio de proporcionar a civilização dos “nativos”. A nossa linha de análise demarca-se pela tentativa de buscar compreender como estas relações, permeadas pela violência desde a chegada dos portugueses, passando pela “guerra de pacificação” e pela luta pela independência, pode contribuir significativamente para a construção de certo *habitus* de virilidade e intolerância na sociedade guineense, tendo o seu ponto mais agudo na relação estabelecida entre os próprios militares, entre os militares e os governos, como também entre os militares e a população civil.

São nos facultadas pelo próprio Amílcar Cabral informações sobre os atos de violência dos militares do partido para com a população e também da insubordinação destes ao comando civil do partido, resultando num flagrante descumprimento dos princípios do partido. Tal situação resultou na organização do primeiro congresso do partido, cujo objetivo era discutir as atrocidades e desmandos ou desacatos às autoridades civis. Como um dos resultados da reunião, criou-se a figura do comissário político com poderes superiores à dos militares. Também igualmente se discutiu a “política fetichista”, que consistia em espancar e/ou matar as pessoas acusadas de serem feiticeiras, assim como sacrificar crianças para os espíritos como forma de recompensá-los ou de agradá-los, com o intuito obterem recompensas futuras. Tais práticas eram veementemente condenadas por Cabral⁵⁵. Aliás, a propósito da resistência cultural, assentou a tônica nas práticas nefastas ainda exercitadas por uma parte considerável da população africana, em específico da Guiné-Bissau. Tais atos eram compreendidos por Cabral como “*coisas negativas da nossa cultura*”. Com efeito, ele observa:

⁵⁴ Esta observação está longe de negligenciar o empenho do PAIGC e de Cabral na procura da independência por via pacífica, e sim, em observar, na própria busca pela independência, um ato violento. Ou seja, usar da violência para se absolver da violência, o que de certa maneira soa como algo paradoxal.

⁵⁵ No entanto, Cabral nunca proibiu as populações de praticarem as suas crenças, pois no seu entender se tentasse proibir tais práticas, talvez não conseguisse mobilizá-las para a luta, uma vez que estaria a mexer numa cultura secular profundamente consolidada. Por sua vez tentou se adaptar ao *modus vivendi* das populações locais para não comprometer o processo de mobilização, e só *a posteriori* de forma gradual adentrou na discussão com a população de modo a rever tais práticas.

Há muita gente que pensa que para a África resistir culturalmente, tem que fazer sempre aquelas mesmas coisas que fazia há 500 ou mil anos. Sim, a África tem a sua cultura, de facto essa é a nossa opinião concreta. Alguns aspectos dessa cultura são eternos, nunca acabam podem transformar-se sempre pelo caminho, mas nunca hão de acabar. Por exemplo, os nossos tipos de dança, o nosso ritmo próprio da África. Mas ninguém pense que o tambor é só da África, que ninguém pense que certas maneiras de vestir são só da África. [...]. Muita gente pensa que para resistir culturalmente em África, temos que defender as coisas negativas da nossa cultura. Não, a nossa opinião não é essa. É que a cultura também é o produto do nível económico em que um povo está. (CABRAL, 1974, p. 190).

As observações sobre a relação violenta dos “nativos” com os colonizadores e, vice-versa, dos próprios “nativos” entre si e dos militares com a população civil, quando percebidas à luz do entendimento de Cabral, parece-nos que evidenciam uma relação permeada pelo *habitus*, segundo o qual as populações ainda acreditam em certos mitos e exercem determinadas práticas seculares, derivando daí efeitos controversos em relação a determinados padrões de direitos humanos e princípios éticos característicos das sociedades contemporâneas.

Esta visão de mundo era manifestada de forma acentuada durante a luta de libertação nacional, em que uma boa parte dos militares de diferentes etnias usava *mecinho*⁵⁶ acreditando que estes acessórios iriam lhes proteger inclusive da bala dos colonizadores portugueses. Mas a realidade vem demonstrando a não funcionalidade destes ou a sua funcionalidade perversa, pois de um lado os combatentes imbuídos da suposta proteção acabam atacando os colonizadores sem medo de morrer e sem se protegerem, o que acaba resultando em muitas baixas, motivadas, sobretudo, pela crença exacerbada na funcionalidade do referido acessório.

Com efeito, Cabral (1974, p.121) observa que atitudes semelhantes foram detectadas há muitos anos atrás nos Alemães, onde iam para a guerra com acessórios semelhantes ao *mecinho*. Mas hoje estas práticas foram ressignificadas e não mais vão à guerra com *mecinho*, no entanto uma boa parte carrega consigo a imagem da nossa senhora de Fátima dentro de um livrinho, uma Bíblia funcionando como seu *mecinho*. Os colonizadores benzem a sua grande cruz no peito, e no momento em que a guerra começa, beijam-na. Assim Cabral enxergava que as populações da sua terra devem preservar a parte boa da sua cultura e paulatinamente abandonar os costumes maléficos da sua cultura, assim como agregar a parte boa da cultura do colonizador, tal como o conhecimento tecnológico.

⁵⁶ Objeto confeccionado pelos videntes conhecidos na religião muçulmana como “*muros*” e nas religiões tradicionais como “*djambacus*”, cujo objetivo era proteger dos maus espíritos ou até contra a violência.

Esta observação aproxima Cabral de Norbert Elias, no seu Livro “O Processo Civilizador”, onde o autor reconstrói o processo pelo qual os europeus passaram a ser considerados civilizados. Demonstrando que o homem europeu nem sempre se comportou da maneira a que estamos acostumados a identificá-lo e que nem sempre foi considerado um homem “civilizado”.

A violência da colonização pode ser vista como uma confirmação bastante sintomática da abordagem de Elias. De fato, ao fazer uma observação hipotética Elias (1994) salienta que se transportarmos uma pessoa da atual sociedade dita civilizada para uma época remota de sua própria sociedade, tal como o período medieval, descobriríamos nele muito do que julgamos “incivilizado” em outras sociedades modernas. Provavelmente, sua reação em nada mudaria da que nele é despertada no presente em relação às pessoas que vivem em sociedades “periféricas” fora do mundo ocidental. Ademais, dependendo da sua situação ou inclinação pode sentir-se atraído pela vida mais desregrada, mais descontraída e aventureira das classes superiores desta sociedade ou repellido pelos costumes “bárbaros”, pela pobreza e rudeza que nele encontraria. E ao indagar-lhe como entende a sua própria “civilização”, ele concluiria sem reservas que a sociedade existente nesses tempos passados da história ocidental não era “civilizada” se tomarmos como parâmetro a sociedade ocidental moderna.

Cabral nos deixa pistas sobre a dificuldade de traçar um projeto político em torno da unidade nacional, num contexto em que a população permanece arraigada nos seus hábitos e culturas muitas vezes “incivilizadas” e “retrogradadas”. Mesmo com a compreensão e o respeito à cultura local, o fundador do PAIGC não conseguiu, de forma sustentável, aglutinar as distintas forças étnicas que compõem o mosaico étnico guineense em torno de um ideal de democracia revolucionária que pudesse conduzir o país, sem grandes sobressaltos, à independência. Como forma de testemunhar esta árdua tarefa, Cabral (1974, p. 125) observou que

O nosso partido, no plano cultural procurou tirar o maior efetivo possível, o maior rendimento possível da nossa realidade cultural. Quer não proibindo aquilo que é possível não proibir sem prejudicar a luta, quer criando no espírito dos camaradas novas idéias, aproveitando o melhor possível todos aqueles que já tinham um pouco mais de instrução, tanto para dirigir a própria luta tanto para mandar estudar para preparar quadros para futuro. Pode parecer que tudo isso é muito simples, mas é difícil, é muito complicado chegar a uma solução como essa.

As observações trazidas por Cabral sobre o contexto sócio-histórico e cultural em que se desenvolveu a luta pela independência nos leva a fazer os seguintes questionamentos em

torno do seu assassinato: de um lado coloca-se a grande maioria das pessoas que compõem as forças armadas durante a luta pela independência de analfabetos e/ou com um nível de escolaridade. Isso não lhes permitia o manejo da máquina pública, embora tivessem muita vontade de acessar o poder após a independência; por outro lado, a cúpula do partido encabeçado por Cabral, que, vez em quando, lembrava aos combatentes que após a luta voltariam a exercer as suas antigas profissões e seriam reconhecidos enquanto combatentes da libertação da pátria. No entanto, tem-se o inconformismo patente por parte de parcela considerável dos guineenses sobre a formação do Estado binacional, aliado a um suposto privilégio dos cabo-verdianos em relação aos guineenses.

Ainda persistem vozes sonantes que apontam por um complô orquestrado pelo então presidente da Guiné-Konari Sekou Turé, mas a versão mais indicada ainda continua a ser que os colonizadores portugueses teriam encomendado o assassinato de Cabral (como referimos no segundo capítulo). O que procuramos evidenciar não são nomes de instituições ou atores envolvidos na sua morte, e sim, enxergar o processo e o significado de seu assassinato como condição primeira para a grande massa dos combatentes da libertação da pátria acessarem o poder. Poder-se-ia observar, nesse sentido, que o primeiro golpe de Estado ocorrido no país teria sido sem dúvida o assassinato de Cabral. Ao que tudo indica, para os combatentes o seu assassinato se configuraria como um mal menor se comparado aos anos de luta pela independência.

4.1 Antecedentes do golpe de Estado de 1998

Após a independência, o país sofreu um golpe de estado no dia de 14 de novembro de 1980, batizado de “movimento reajustador”, liderado por João Bernardo Vieira, que depôs Luis Cabral da Presidência da República, o meio irmão de Amílcar Cabral, como referimos ainda no primeiro capítulo. Este permaneceu no poder durante 18 anos, abarcando 10 anos sob o regime do partido único mais 8 anos que compreende o período da abertura política. Tudo indica que a longevidade no poder pode estar relacionada ao simbolismo do seu partido e à sua figura de líder carismático e destacado combatente de liberdade da pátria. Durante o seu governo também reproduziu as lógicas repressivas aliadas à má administração pública, com sucessivas crises econômicas, gerando a insatisfação da população em relação ao seu governo. Mesmo com a minimização da sua popularidade ganhou as eleições multipartidárias em 1994 sob forte acusação de fraude e abusos no uso da máquina pública em seu proveito no processo eleitoral. Mas não tardou para o partido comandado por ele adentrar num conflito

interno profundo, dividindo-se entre as duas alas, em disputas, Nino Vieira e Carlos Correia⁵⁷ versus Manuel Saturnino da Costa⁵⁸ e Malam Bacai Sanhá.

A disputa tem como pano de fundo a ascensão ao cargo mais importante do executivo (1º ministro). Por outro lado, o Presidente da República demonstrava a sua pretensão por outro companheiro do partido, Carlos Correia, considerado mais responsável e prudente no exercício do aparelho do estatal. Acontece que Saturnino estava se sentindo lesado, uma vez que era o secretário-geral do partido, função que supostamente lhe daria esse direito, deste modo esbarrou-se num problema de ordem estatutária pois, este cargo não garante por via automática a ocupação do referido posto após a vitória do partido. Sendo assim, como saída para esse impasse convocou-se uma assembléia no Bureau Político do partido para o efeito, no qual se candidataram Manuel Saturnino da Costa e Carlos Correia. A decisão foi favorável a Saturnino, que se confirmou como o primeiro ministro, resultado esse que de certa maneira sinalizava a inoperância de absolutismo do presidente Vieira, pois a sua influência não conseguiu persuadir os membros de Bureau Político para a sua tese ou aspiração de escolher Carlos Correia para o cargo de primeiro ministro (NÓBREGA, 2003, p.271).

Por advir de uma disputa política desgastante e não amistosa nunca foi boa a relação entre o Primeiro ministro e o Presidente da República. Para aprofundar ainda tal relação, durante a ausência do Presidente da República, o Primeiro ministro exonerou de uma só vez todos os diretores gerais que haviam sido nomeados pelo Presidente e outros quadros. Tal medida teria prejudicado grandemente a administração do Estado, acarretando o atraso dos salários dos professores a ponto de passarem muitos meses para receberem. Em resposta a esta atitude, o Presidente da República se valeu de sua influência com os deputados leais, com o intuito de boicotar o governo, empenho que não surtiu efeito, pois o Programa de governo apresentava-se ambicioso e acabou por ser aprovado.

Entretanto, a gestão de Saturnino não conseguiu estabilizar o país economicamente, apostando em adesão a UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental, mas tais acenos não foram capazes de acobertar índices elevados de corrupção que levaram as

⁵⁷ Carlos Correia integrou as fileiras do PAIGC em 1960, formou-se em agronomia na República Democrática da Alemanha (RDA). Após a independência exerceu várias funções ministeriais, em 1991 foi designado Primeiro Ministro, função que exerceu até as eleições de 1994. (ZEVERINO, S/D).

⁵⁸ Manuel Saturnino da Costa ingressou nas fileiras do PAIGC em 1958. Integrou, assim como Nino Vieira, o Primeiro Grupo de militantes enviados para a China. Durante a Guerra colonial foi membro do Conselho Superior da Luta. Após a independência exerceu o cargo de Sub-Comissário de Estado da Educação, da Administração Interna e dos Antigos Combatentes, Embaixador do País na União Soviética e em Cuba. Também foi Ministro do Interior e das Obras Públicas.

instituições financeiras internacionais a suspenderem as suas ajudas, assim como a advertência dos parceiros bilaterais em suspender igualmente os seus subsídios. No entanto, a classe governante gozava de boa vida, carros luxuosos, ostentação de mulheres, etc. – situação mais do que favorável para gerar manifestações e ou/movimentos de greve entre os funcionários públicos afligidos com tais práticas (NÓBREGA, 2003, p. 272-73).

Em resposta a esse estado de “anarquia administrativa”, os funcionários deflagraram ondas de greves nunca antes vistas, tanto em Bissau quanto no leste do país (Bafatá), que contaram com o apoio dos estudantes cétricos com a perda do ano letivo. As suas ações inicialmente começaram de forma pacífica e rapidamente foram se transformando em atos de violência e pilhagem nos edifícios públicos e privados, conferindo desta forma “legitimidade” ao Presidente para exonerar o Primeiro Ministro, dissolver a Assembléia e convocar as eleições antecipadas. Assim o fez.

Logo se iniciou os rituais de consultas aos partidos políticos com assentos parlamentares para a formação de um governo. Carlos Correia, figura que Vieira havia reivindicado para esse lugar, tomou posse no dia 19 de junho de 1997. O partido conheceu com esses episódios um dos seus momentos mais críticos, dividindo-se em duas partes antagônicas e depositando esperança no seu VI congresso, vislumbrado como um espaço que pudesse rearranjar a *família* PAIGC, momento esse que vinha sendo adiado de forma sistemática até as vésperas do golpe (NÓBREGA, 2003, p. 276).

Ao contrário do que se poderia esperar, o clima gerado no congresso não foi em direção à busca de sintonia e de salvaguardar os ideais supremos do partido. O Presidente Vieira teria se utilizado de forma antidemocrática e abusiva de sua condição de chefe de estado para aliciar e comprar votos dos delegados. Como se não bastassem tais procedimentos, retirou o caráter secreto do pleito, mesmo contrariando o estatuto e apresentou uma moção de aprovação por levantamento de braços⁵⁹, assim Vieira foi eleito como novo presidente do partido. Aprofundou-se, assim, ainda mais, a insatisfação dentro do partido entre as duas alas, nomeadamente entre Manuel Saturnino e Malam Bacai Sanhá versus Presidente Vieira e Paulo Correia. De acordo com Nóbrega (2003, p.279) após o

⁵⁹ Artifício esse que favoreceria o Presidente, uma vez que teria condições objetivas de acompanhar e exercer a coerção diretamente sobre os delegados, que aliás, já se encontravam amedrontados. Salienta-se ainda que foi vedada a presença da mídia. As discussões ocorreram num clima de ameaças e intimidações (NÓBREGA, 2003, p.279); (VEIGAS e KOUDAWO, 2000, p. 13-14).

congresso Bacai Sanhá havia dito: “Foi o pior congresso do partido. Decorreu num clima político com ameaças e saímos mais divididos do que entramos”.

Para além dos mútuos insultos, intrigas e intimidações que rechearam este momento sombrio da vida desta formação partidária, esse episódio sinalizava também a perda da hegemonia moral e carismática do Presidente, sendo marcado pelo “tribalismo” e /ou preconceito étnico, onde de forma deliberada se dificultavam às pessoas da pele clara consideradas mestiças o acesso a cargos de comando no seio do partido. De acordo com Veigas e Kodawo, (2000), nas vésperas do VI congresso do PAIGC, o ministro Delfim da Silva, figura próximo ao Presidente Vieira que já havia qualificado Manuel Saturnino da Costa de sectário, referiu-se a tais questões como um dos bloqueios do partido. Reconhecendo-se como “burmedju” (mestiço), ao avaliar a sua chance de sucesso na corrida eleitoral ao cargo do secretário do partido ele disse:

[...] do ponto de vista simbólico e da mentalidade predominante no seio do partido e quiçá de uma parte da sociedade, é, sem dúvida, uma desvantagem política para mim se concorrer ao cargo de secretário nacional do PAIGC, tendo em conta a manipulação anti-mestiça, aliás, mais agressivas por parte de algumas pessoas que até têm muito mestiço na sua vida e na vida dos seus, tanto na sua linha ascendente, quer na sua árvore genealógica em geral, e mais concretamente na sua família actual, seja na mulher, seja no marido, seja nos filhos. Mas estando profundamente convencido da falsidade e cinismo desses posicionamentos, eu tenho de continuar a luta, aceitando todos os riscos, mas com firme convicção de que a dedicação ao país é mais importante do que a cor da pele ou o estatuto étnico dos nossos pais ou avós. (SILVA apud VEIGAS e KOUDAWO, 2000, p.13-4).

Paralelamente ao conflito e à disputa pelo poder no seio do PAIGC, estava outra panela fervente relacionada a uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujo objetivo era investigar o tráfico de armas para o MFDC – Movimento das Forças Independentistas de Casamance. Durante as investigações, o Presidente da República acusou o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas de ser o pivô de tais práticas, o que resultou na sua exoneração.

4.2 A consumação do golpe de Estado de 1998

No dia 07 de junho de 1998, o país acordou sob forte bombardeamento de um grupo de militares liderado pelo Brigadeiro Ansumane Mané, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas exonerado. As movimentações resultaram na morte das personalidades próximas ao Presidente, chefe da contra-inteligência de Estado, Racid Saek e o embaixador Spin. Rapidamente esse pequeno grupo foi se fortalecendo, apossando dos principais quartéis da cidade e encurralando o Presidente da República com alguns quartéis da capital e alguns

quartéis do interior do país, que também foram integrados ao grupo rebelde ao longo da disputa violenta.

Vale ressaltar que logo após os primeiros tiroteios, o líder da insurreição proferiu uma entrevista na rádio *bombolom*⁶⁰ afirmando que se tratava de um golpe de Estado, justificado pelo não reconhecimento do Presidente em relação aos serviços que lhe prestou desde a época da luta de libertação nacional, levando ainda o discurso pelo foro familiar, dizendo que o Presidente da República não conhece os seus filhos ao passo que conhece os filhos do Presidente, em uma clara demonstração da indignação e ajuste de conta. Por sua vez, o Presidente da República proferiu uma entrevista acalmando a população e prometeu que tudo ia voltar à normalidade, dizendo que “é uma questão de tempo”, em uma clara demonstração da suposta força do Estado e sua influência com os seus homólogos de Senegal e Guiné-Conacri. Por outro lado, o grupo rebelde rapidamente começou a receber apoios dos políticos e de grande parte dos antigos combatentes e militares que ainda se encontravam indecisos face ao acontecimento, redefinindo desta forma o seu próprio discurso, que *a priori*, tinha a ver com uma insatisfação pessoal⁶¹ para um discurso que ressignificava o nome rebelde para uma “Junta Militar” que reivindicava por justiça com “J maiúsculo”, pela democracia, liberdade, igualdade social e melhoria das condições de vida das populações e em especial dos combatentes⁶² de libertação da pátria, etc.

Como forma de demonstrar força diante da Junta Militar, o Presidente Vieira fez desembarcar em Bissau as Forças Armadas senegalesas e de Guiné-Conacri para derrotar a Junta Militar. Este fato novo parece ter sido o calcanhar de Aquiles para o Presidente, pois a chegada das Forças Armadas ao país foi percebida pela população como a invasão das forças estrangeiras ao país, suscitando um forte sentimento nacionalista no seio da sociedade, que levou ao apoio incondicional à Junta Militar para fazer face à realidade posta⁶³.

⁶⁰ A emissora situava-se na zona ocupada pelos revoltosos e foi de grande importância para a mobilização da população, sobretudo dos ex-combatentes insatisfeitos com a condição desumana em que se encontravam. Facilitou também angariar a simpatia da comunidade internacional sobre as suas intenções.

⁶¹ Cf. Koudawo. *La Guerre Des Mandjua: Crise degouvernane et implosion d’un modele de résorption de crises* (2000).

⁶² Existem relatos que apontam para o não reconhecimento de muitos ex-combatentes que tiveram importantes papéis durante a luta. Muitos destes ex-combatentes ajudaram a Junta Militar no golpe contra o Presidente General João Bernardo Vieira, em sinal de reprovação das suas atitudes e até de ódio e também numa expectativa de galgar um posto maior.

⁶³ Antes da chegada das forças estrangeiras a população via no golpe como uma briga no seio do PAIGC, um problema interno do partido, que caberia a eles resolverem, mas a chegada das forças estrangeiras mudou totalmente tal percepção.

O Presidente da República procurava demonstrar a legalidade da intervenção estrangeira baseada no acordo de cooperação em matéria de segurança entre a República de Senegal e Guiné-Bissau, de 27 de Julho de 1990. Alegações que segundo o jurista guineense Fodé Mané (2000, p.75) carece de legitimidade, visto que não se verificou nenhuma disposição no referido protocolo que permitisse a intervenção das Forças Armadas nos dois países. Outro fator preponderante para o sucesso da Junta Militar foi a posse da rádio emissora, utilizando-a de forma sistemática no *marketing* para conclamar a população em torno da resistência contra o regime do Presidente, colocando a tônica nos episódios sombrios de matanças, má administração do Estado, personificação do poder, mas, sobretudo, de reposição dos ideais de Cabral. O levante militar foi apontado como uma oportunidade de mudar aquela triste realidade e estabelecer a justiça com “J maiúsculo”, ou seja, “J garandi⁶⁴”.

Com efeito, uma parte significativa da juventude guineense, motivada pelos ideais acima citados, aderiu à Junta Militar, assim como os antigos combatentes da libertação da pátria não reconhecidos com devidas reformas, enxergaram na adesão à Junta Militar uma oportunidade de manifestarem a sua insatisfação (vingar) através do que mais sabem fazer – atirar, ainda que pela última vez.

Aliás, o levante militar, mesmo sendo protagonizado por um muçulmano da etnia Mandinga, não se pode ignorar o seu viés revanchista implícito na participação de ex-combatentes da etnia Balanta, que se viram “traídos” por parte do Presidente Vieira ao longo do seu mandato, afastando-os das rédeas do poder, acusando-os de tentativas de golpe de Estado, assim como de assassinato dos seus membros em decorrência de tais acusações que muitos classificam de “inventonas⁶⁵” como, por exemplo, o “Caso 17 de Outubro”, em que foi assassinado um número considerável dos membros desta etnia acusados da tentativa de golpe de Estado.

Talvez esses fatos justifiquem a adesão maciça desse contingente étnico contra o regime do Presidente Vieira. Outro importante reforço adquirido pela Junta Militar foi propiciado pelas milícias das forças independentistas de Casamance. Podemos situar a sua participação no conflito em virtude do temor sobre a vitória do Presidente sobre a Junta Militar, o que poderia ocasionar uma ofensiva por parte de Senegal em duas direções, ou seja,

⁶⁴ O termo “J garandi” foi amplamente utilizado pela junta militar em uma crítica e ou/contraposição aos governos do presidente Vieira. Em uma ressalva a falta de justiça durante o seu governo.

⁶⁵ Conhecido em Guiné-Bissau com artifício utilizado para acusar injustamente grupo ou pessoa de tramar uma insurreição.

uma ofensiva vinda de Senegal e outra da Guiné-Bissau, comprimindo assim o movimento, uma vez que geralmente utilizavam o território guineense como área de retaguarda. Outro ponto a observar tem a ver com a aquisição de material bélico da Junta Militar para as suas lutas, mas seja qual for o motivo, a Junta Militar contou com o apóio significativo do referido movimento.

Foi nesse clima de conflito político-militar que o país assistiu a uma manifestação de pertencimento étnico por parte de um contingente significativo da etnia Pepel, que se colocou à disposição do Presidente Vieira para ajudá-lo na guerra. O Presidente por sua vez aceitou a ajuda e os enviou para a República da vizinha Guiné-Conacri para uma preparação de manejo de armas e de práticas de guerrilha de curta duração. Ao regressarem, se autodenominaram “anguenta” – que significa em português aguenta⁶⁶ ou sustenta, cuja a missão era sustentar o Presidente no poder, o que significa dizer que reconheciam as suas limitações em não conseguir ganhar a guerra, mas que iriam assegurar a manutenção do Presidente da mesma pertença étnica, ao lado das tropas estrangeiras, até um provável desfecho, fosse ele qual fosse.

A Junta Militar foi ganhando não somente o efetivo militar, mas também um número significativo de intelectuais, juristas e políticos, funcionando como uma assessoria deliberativa do movimento golpista, inclusive com um representante no exterior, cuja missão era distanciar o movimento de rótulos, como “rebeldes” e/ou “insurgentes” contra a ordem legal e disseminar no seio da comunidade europeia e de demais países com os quais a Guiné-Bissau estabelece relações, a idéia de que não se tratava de um golpe de Estado, e sim, de um levante legítimo pelo estabelecimento da democracia, da justiça, da igualdade de oportunidades e da valorização dos ex-combatentes.

Em decorrência do *marketing* interno e externo, aliado à já fraca popularidade do Presidente Vieira, a população viu na Junta Militar um “salvador da pátria” a ponto de passar a rebatizar o movimento com o nome “Junta do Povo”, retirando do Presidente a legitimidade republicana e conferindo à Junta Militar a legitimidade popular, como observa (KOUAWO, 2003, p.145). Ao se referir ao posicionamento dos juristas da Junta Militar em relação à legitimidade do golpe, Koudawo (2003, p. 148) refere-se a Silvestre Alves, representante do movimento na Europa e a Francisco Fadul, membro Junta Militar, observando que no

⁶⁶ Cf. koudawo. A guerra Desenhada. In: Revista de Estudos Guineenses. Numero especial, 2000. INEP.

entendimento de Silvestre Alves, toda a legitimidade emana do povo e pode ser retirada pelo povo, logo, ao perder a legitimidade da imensa maioria do povo guineense, o Presidente teria perdido toda a legitimidade que lhe era inerente através do povo. Enquanto isso, Fadul desenvolve igualmente outra tese, verificando que o Presidente da República sustenta os seus poderes na Constituição da República que jurou respeitar e defender, mas ao violá-la e desrespeitá-la reiteradas vezes, teria perdido legitimamente tal legitimidade.

Fadul lançou mão da idéia de que a legalidade e /ou legitimidade funciona como um contrato social onde as duas partes devem cumprir os acordos, ou seja, a Constituição, sob pena de ser destituído. Mas, o mais importante destas alegações, acredita-se não ser o argumento convincente dos juristas, e sim, a crença da grande maioria da população nos *slogans* da Junta Militar, fazendo com que tais argumentos encontrassem respaldo empírico. Desse modo, o Presidente da República foi perdendo acentuadamente a sua popularidade, que levou ao seu isolamento nacional, visto que durante o desenrolar da guerra a junta foi avançando nas regiões do interior que estavam sob seu comando. Restando-lhe tão somente a cidade de Bissau⁶⁷.

4.3 Os contornos externos dos conflitos internos

Se de um lado observamos as causas internas do conflito político-militar sob uma perspectiva interna, de outro lado não se pode negligenciar a relação causal deste com bases regionais e fortes disputas internacionais. Estamos nos referindo ao campo geopolítico que a Guiné-Bissau ocupa no cenário regional e internacional, sobretudo em relação a Portugal e a França. De um lado, Portugal não tem assumido uma postura ativa em propiciar acordos em diversos âmbitos da vida do país e, sobretudo disseminar a língua portuguesa. Por outro lado, a França vinha ganhando espaço como um dos principais parceiros do país, inclusive abrindo um centro cultural cujo objetivo era disseminar a cultura francesa no país. O interesse da França pelo país, entre outros fatores, deve estar relacionado à sua posição intermediária entre as duas ex-colônias francesas (Senegal e Guiné-Konacri), enxergando nele a possibilidade de padronização e formação de um grande corredor francês. Talvez a resposta mais acentuada nesta direção prenda-se à adesão da Guiné-Bissau à UEMOA – União econômica Monetária

⁶⁷ Quando dissemos cidade de Bissau, ressalvamos áreas importantes da cidade de Bissau sob controle da Junta Militar, como por exemplo, aeroporto e algumas áreas consideradas periferias da capital.

da África Ocidental⁶⁸, cuja moeda, o Franco, vinculava-se à CFA, - Comunidade Financeira Africana - subvencionada pela França⁶⁹.

Além da presença francesa na organização da política monetária, empenhou-se na formação dos estudantes guineenses das universidades dos países francófonos, nomeadamente Senegal, e a abertura de um centro funcional da cultura francesa no país. Estes fatos teriam causado desconforto a Portugal, uma vez que a Guiné-Bissau está cada vez mais atrelada à zona franca, retirando gradualmente o espaço, que por motivos históricos, estaria reservado a Portugal na condição de potência colonizadora. Com a adesão à zona franca, o presidente Vieira explicitava a sua total inclinação para a política francesa, dando mostras da procura de um padrinho⁷⁰ forte e presente, mesmo que isso acarretasse o abandono do “cordão umbilical” que ligava o país a Portugal na condição de ex-colônia e interlocutor internacional.

Parecia, desta maneira, consumir-se a perda da centralidade de Portugal em relação à Guiné-Bissau. Mas com o eclodir da guerra, Portugal enxergou uma possibilidade de inverter a situação apoiando a Junta Militar com materiais logísticos⁷¹, com o intuito de isolar e derrubar do poder o Presidente Vieira e restabelecer a centralidade ora ocupada com um novo governo pós-guerra. Assim o Presidente Vieira tornava-se o inimigo comum de Junta Militar e de Portugal. Durante as investidas com vistas a cessar-fogo entre as duas partes em confronto, tornou-se mais nítida a imparcialidade de Portugal e da França. De um lado, o primeiro queria que a negociação ficasse a cargo de CPLP - Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa e por seu turno a França via no CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental uma entidade capaz de conduzir o processo.

As preferências ou opções de Portugal e da Junta Militar pela CPLP, em oposição às preferências da França e do Presidente Vieira pela CEDEAO estão relacionadas ao poder de barganha, à afinidade e aos aliados que cada um possui em sua instituição de preferência. Entre as quedas de braços e exaustivas negociações de ambas as partes, os esforços do Grupo de contatos da CPLP liderado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, José

⁶⁸ Os países participantes dessa comunidade são: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

⁶⁹ Cf. Nóbrega (2003), Zeverino (s. d. p. 91).

⁷⁰ De todas as colônias portuguesas na África, Cabo-Verde parece ser a que goza de um apadrinhamento ativo por parte de Lisboa, estendendo as suas relações em vários domínios. Podendo em certa medida estabelecer uma comparação com as ajudas que o Brasil tem prestado ao Haiti, assumindo uma postura semelhante à de um “padrinho”. Talvez a Guiné-Bissau enxergasse em Portugal um mau pai e na França um bom padrasto.

⁷¹ Dentre as ajudas de Portugal a Junta Militar, a mais evidenciada foi doação de um telefone via satélite. Zeverino. (s.d, p. 94).

Luís de Jesus, conseguiram provocar a assinatura de um memorando de entendimento com as partes beligerantes em 26 de julho de 1988, a bordo da fragata portuguesa.

Mesmo aceitando a negociação e assinado o cessar fogo, o Presidente Viera desconfiava da imparcialidade da instituição lusófona, tida como complacente com as teses da Junta Militar. Esse comportamento torna frágil a manutenção do acordo, uma vez que a relação de confiança, que seria fundamental nesse processo, é abalada pela desconfiança e uma postura intransigente das duas partes, em maior ou menor grau, traduzida em obstáculos ao processo de paz. É o caso da CEDEAO, que via com maus olhos o acordo de paz firmado pela CPLP, com o envio das suas respectivas forças de observação para a manutenção do mesmo sob a alegação de que esta organização não possui experiência em conflitos regionais. A CEDEAO postulava ser ela mesma a mediadora do conflito, pois supunha carregar consigo prestígio e experiência em conflitos do gênero. Acusava, assim, Portugal de um protagonismo excessivo com tendências neocoloniais, e, por esta razão, caberia a uma organização sub-regional resolver os problemas sem subserviência⁷² (ZEVERINO, s.d, p.93).

Em 26 de Agosto de 1998 as partes voltaram a se reencontrar na cidade da Praia, sob a condução das duas entidades supracitadas. Durante esta ronda negocial superaram-se as fricções entre as duas instituições, optando-se por uma negociação conjunta. O resultado da negociação resultou em um consenso das duas partes em adotar o sistema de co-presidente. Deste acordo logrou um cessar-fogo, o qual possibilitou o regresso à normalidade no País, registrando-se um novo acordo para o dia 12 de Setembro.

Entretanto, após este momento de consenso decorreu outra reunião conjunta entre a CPLP e a CEDEAO, desta vez na Capital marfinense Abidjan. Apesar dos esforços, não foi possível chegar aos acordos sob qualquer plano conjunto devido aos interesses estratégicos militares antagônicos. A proposta da CEDEAO propunha a divisão da Guiné-Bissau em cinco zonas militares e o envio de uma força militar de cerca de cinco mil homens, vinda, sobretudo, da CEDEAO. Por sua vez, a CPLP rejeitou a proposta em bloco. Além disso, a proposta foi considerada inviável do ponto de vista logístico e financeiro. A negativa em bloco da CPLP demonstrava acima de tudo uma sintonia entre os diferentes países e continentes que compõem a organização em torno dos interesses da Junta Militar, num

⁷² A crítica da CEDEAO de que Portugal está exercendo um protagonismo na negociação não é tão coerente se procurarmos a mão invisível da França que os apóia de forma sutil. Logo tais alegações se revelam insustentáveis, uma vez que ambas são influenciadas pelas potências em disputa.

espírito de fraternidade e unidade de objetivos. Tal sintonia, segundo Zeverino (s.d, p. 96-7) teria causado dificuldade por parte da CEDEAO em compreender como é que a CPLP, constituída por países de três continentes, conseguia atuar com tão grande solidariedade, inclusive de Portugal, antigo estado colonizador e do Brasil, com raízes africanas profundas e cuja presença no continente ainda é tímida.

Após semanas de tréguas, reacendeu-se o conflito em Outubro. Durante as ofensivas a Junta Militar conseguiu conquistar as cidades de Bafatá e Gabu⁷³. Em virtude dos avanços e antevendo o fracasso, o Presidente Vieira anuncia unilateralmente o cessar-fogo em 18 de Outubro, apelo que só foi atendido pela Junta Militar em 23 do referido mês. Com efeito, a Junta Militar consolidava o domínio do território nacional, com a exceção de Bissau, onde repousa o reduto do Presidente Vieira. Este novo episódio suscitou uma nova rodada de negociações que teve início em Gâmbia e posteriormente foi consumada na Nigéria. O acordo ficou conhecido como **acordo de Abuja**. Lá reuniam-se chefes de Estado de Governo da CEDEAO. Depois dos chefes de Estado escutarem as duas partes (Presidente Vieira e Brigadeiro Ansumane Mane) conseguiram resultados satisfatórios. Portanto no dia 1º de Novembro, sob a gerência da CEDEAO, as partes beligerantes assinaram um acordo de paz que continha as seguintes condições:

Acordo de Paz de Abuja – 01 de Novembro de 1998

<p>A reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de Agosto de 1998 na Cidade da Praia.</p> <p>A retirada total da Guiné-Bissau das tropas estrangeiras. Esta retirada será efectuada simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG que substituirá as tropas retiradas.</p> <p>A força de interposição garantirá a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afectadas. Ao mesmo tempo, o aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau serão imediatamente abertos.</p> <p>A criação de um governo de unidade nacional, que em conformidade com as posição do acordo já assinado pelas duas partes compreenderá entre outros os representantes da auto-proclamada Junta Militar.</p> <p>A organização de eleições gerais e presidenciais o mais tardar até fim de Março de 1999, as eleições serão supervisionadas por observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Internacional.</p>

Fonte: Zeverino. O Conflito Político Militar na Guiné-Bissau. (1998-1999), (s.d, p.99).

Este acordo permitiu a saída dos militares senegaleses da Guiné-Bissau. Por outro lado o referido acordo salvaguardou os interesses de Senegal ao assegurar que as tropas da

⁷³ Duas importantes cidades no leste do País, a segunda possui uma pista de viação e era defendida por tropas da Guiné-Conacri.

CEDEAO patrulhassem a região fronteira entre a Guiné-Bissau e Senegal de forma a evitar infiltrações de guerrilheiros de MFDC – Movimento da Forças Democráticas de Cassamansa (ZEVERINO, s.d, p.100). Entretanto, a comunidade internacional e, em especial, as Nações Unidas e a União Europeia, saudaram o entendimento entre as partes, emitindo comunicados com felicitações sobre o acordo, felicitando também a decisão de criação de um Governo de Unidade Nacional e da organização das eleições legislativas e presidenciais.

Por seu turno, a União Europeia felicitou o acordo alcançado e mostrou-se apta a apoiar financeiramente a organização das eleições legislativas e presidenciais anunciadas no acordo e reafirmou a vontade de continuar a fornecer ajuda humanitária aos refugiados e às populações deslocadas.

Para a implementação do acordo foi constituída uma comissão executiva conjunta. Nela integraram-se seis membros da Junta Militar e cinco do Governo Guineense. Entre os observadores internacionais estavam Portugal, França, e Suécia, além do Delegado da União Europeia em Bissau e o Representante da Comissão Mediadora de Boa Vontade⁷⁴ (ZEVERINO, s.d, p.101). A repercussão deste acordo levou as duas partes ao desbloqueio de suas fronteiras de combate (vias de entrada e saída) permitindo o acesso livre das pessoas e bens, possibilitando assim a gradual normalidade da vida pública. Em novembro o Poder Legislativo retomou as suas atividades e retirou a lealdade política ao Presidente da República, exigindo por outro lado, a retirada imediata das tropas estrangeiras no país.

Este processo desenrolava-se no fervor da escolha de um nome consensual entre o Presidente Vieira e a Junta Militar para liderar o governo da Unidade Nacional e da expectativa da chegada do primeiro contingente dos militares da ECOMOG - *Economic Monitory Group*. Esse processo decorreu de forma lenta, implicando no atraso da composição do referido governo, cujo nome consensual foi Francisco Fadul⁷⁵. Passados dois meses após a assinatura do acordo, começou-se a registrar a retirada das tropas estrangeiras de Senegal e

⁷⁴ Em meio à crise, a igreja católica jogou um importante papel na busca incessante pela paz. Organizaram-se em torno duma comissão nacional da boa vontade pela paz, liderado pelo Bispo de Bissau D. Septimio Arturo Ferrazetta com intuito de fazer calar as armas das duas partes em confronto. Mas todas as tentativas se mostraram frustrada mesmo encabeçada pelo prestigiado Bispo Italiano com mais de quarenta e três anos de serviço no país e com 74 anos no de idade no período de conflito militar, uma saúde frágil não poupou esforços ao procurar caminhos alternativos para acessar o comando supremo de Junta Militar com intuito de cessar com as hostilidades. Acabou falecendo subitamente em meio as negociações, sendo considerado o símbolo de paz no país

⁷⁵ Jurista e destacado político da Guiné-Bissau, aderiu ao PAIGC em 1970, tendo sido militante durante 21 anos. Com o golpe do estado aderiu a Junta Militar em Junho de 1998, ao convite do líder da rebelião, atuando como assessor jurídico do movimento (Zeverino, idem).

Guiné-Konacri. E em seguida chegou o primeiro contingente das forças do braço militar da CEDEAO e do ECOMOG para a manutenção da ordem. A chegada da citada força foi vista com como uma luz verde que sinalizava o fim de um processo sangrento longo e doloroso que ceifou vidas e destruiu a já frágil infra-estrutura que ainda os cálculos estatísticos insistem em precisar.

A volta das tropas senegalesas foi motivo de alívio por parte da população guineense, que via nelas obstáculos para o processo de paz. Mesmo entre as populações senegalesas não havia consenso sobre a participação de seus militares no conflito. Aliás, ainda durante a guerra, o governo de Dacar foi alvo de fortes críticas sobre a intervenção do Presidente Diouf no conflito, que além de custos financeiros, somou altos números de baixas de militares do país francófono, cujo número exato, ainda está por ser divulgado (ZEVERINO, s.d, p.102).

4.4 O desfecho final do golpe de Estado de 1998

Mesmo com a força de manutenção de paz do ECOMOG, ambas as partes se mostraram reticentes em desarmar os seus militares, descumprindo-se o acordo preestabelecido, no qual se estipulava que os dois líderes (Mané e Viera) teriam direito a uma guarda pessoal de 30 homens. Essas intenções nunca foram confirmadas pelas duas partes, por seu turno o Presidente Vieira mantinha um batalhão presidencial com mais de 500 homens e mais algumas centenas da milícia “Anguenta”. Talvez a relutância do Presidente Vieira em desarmar por completo está relacionada à falta de uma retaguarda dos militares nacionais que pudessem intervir em caso de qualquer incidente de percurso, uma vez que a Junta Militar possui um vasto contingente militar e a declarada aceitação da população.

As desconfianças e as tensões foram se acirrando ao longo da formação do governo da Unidade Nacional, desembocando na quebra do acordo de cessar-fogo no dia 31 de Janeiro entre as duas partes. Esse confronto durou quatro dias e foi considerado o mais violento de todos, com maior número de mortes e feridos.

De volta à normalidade no dia 20 de Fevereiro, efetiva-se a posse do Governo da Unidade Nacional. Esse momento foi novamente marcado pela expectativa de uma paz duradoura que levasse a normalidade da vida às populações, selando os antagonismos das partes em contenda. Por outro lado, o evento evidenciou o jogo político diplomático das instituições sub-regionais e internacionais indiretamente no conflito. Pois para além das

representações diplomáticas acreditadas no país, estavam presentes à cerimônia o Primeiro Ministro do Senegal, Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, de Cabo-Verde, do Togo, da Gâmbia, da Costa do Marfim e da Guiné-Conacri, sem contar com outras representações dos países da sub-região (ZEVERINO, s.d, p.103).

Por seu turno, o governo da Unidade Nacional, a abertura das artérias do acesso a capital, permaneceu as desconfianças mutuas, pois persistia um clima de profunda desconfiança entre as partes. A Junta Militar acusava o Presidente de não ter desarmado as suas forças, seguido de um ultimato onde ameaçava rearmar a sua tropa caso este não efetuasse o desarmamento da sua. Entretanto, expedido o prazo dado, 05 /05/1999, sem realizar o desarmamento, a Junta Militar efetuou uma operação em direção à Capital Bissau com o objetivo de derrubar em definitivo o Presidente e o seu regime⁷⁶. Em menos de 24 horas as forças do Presidente Vieira renderam-se à Junta Militar. A força do ECOMOG limitou-se a observar passivamente as manobras das forças da Junta Militar. Com efeito, de modo a proteger a sua integridade física, o Presidente Vieira procurou refúgio na embaixada francesa e depois na senegalesa, mas sem sucesso. Acabou por ser acolhido na embaixada de Portugal, aliada da Junta Militar, onde permaneceu por quase um mês. Foi aceito por parte de Lisboa o seu pedido de asilo político, com a condição de não exercer atividade política. Mas a versão oficial sobre a sua saída do país está relacionada à debilidade da sua saúde, que precisaria de cuidados médicos, e que voltaria ao país para se defender das acusações que lhe são feitas. No entanto, para não deixar o Estado acéfalo, as forças políticas e a Junta Militar indicaram consensualmente o Presidente da Assembléia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá para assumir a presidência interina do país até a realização das eleições.

4.5 O governo do PRS (Partido da Renovação Social) e o golpe de Estado de 2003

A realização da eleição e a vitória do Partido da Renovação Social – PRS, liderado por Koumba Yalá sobre os demais, inclusive o PAIGC, sinalizava um novo momento sócio-político no país, visto que interrompe o ciclo longo e denso dos governos do PAIGC. Assim entrava em cena um partido recente com pouca visibilidade e experiência política, cuja estratégia de seu líder fundador, Koumba Yalá, era responsabilizar o PAIGC pelos

⁷⁶ Após a volta das forças senegalesas e de Conacri-guineense, O Presidente Vieira encontrava-se numa situação digna do ditado popular “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”, pois se transformou num general sem soldados e sem armas, se comparado ao adversário, a Junta Militar. Aliás, o que lhe mantinha na presidência pode estar ligado a uma suposta confiança de que a junta militar não quebraria os acordos assinados e que não iria transpor as forças de paz do ECOMOG.

assassinatos ao longo dos seus mandatos, ridicularizar⁷⁷ os adversários da oposição e um forte apelo às populações da sua base étnica e guineense de modo geral. O seu mandato foi marcado pela má administração da máquina pública, desvios de verbas e um governo formado por uma maioria esmagadora da sua etnia, (Balanta)⁷⁸. Episódio esse referido por Fernando ká (2004) como “balantalização” do poder, em que a identidade étnica sobrepõe-se à identidade nacional.

A “balantalização” pode ser descrita como uma prática que consistia em designar para altos cargos do governo pessoas daquela pertença étnica. O símbolo do arroz representado na bandeira estaria ligado a uma demonstração de força dos *balantas* enquanto maiores produtores de arroz, alimento base da dieta dos guineenses (TEIXEIRA, 2010, p.34). Mas o que mais chama a atenção não se prende a este fato, e sim, ao poder paralelo do Comando Supremo da Junta Militar, que relutava em se desfazer enquanto um movimento que chegou ao fim com a derrubada do Presidente Vieira.

Com o assentar da poeira e o clarear das neblinas que só o tempo desvenda, as altas patentes da Junta Militar começavam a reproduzir as práticas que eles mesmos condenavam e que aliás, garantiram a sua legitimidade quando do golpe. Era patente a insubordinação do líder do Comando Supremo ao poder civil, inclusive ao Presidente da República. Em um pronunciamento da relação do exército com o Presidente da República ele afirmou: “Amarrámos-lhe uma corda à cintura. Se avançar muito depressa puxamos da corda⁷⁹”, em uma clara demonstração de que é o poder militar o fiel detentor das rédeas do poder, cabendo ao chefe do Estado consultar e executar as deliberações da classe castrense.

Esta prática remonta a época da luta de libertação nacional e foi inibida pelo governo de Luís Cabral após a independência e ganhou fôlego com o golpe de 14 de novembro até os tempos atuais. Tais práticas acabam selando acordos tácitos, o que chamamos também de privilégio inconstitucional, que na realidade evidencia excessos cometidos pelas altas patentes

⁷⁷ Nos seus comícios era habitual proferir gozação aos seus adversários. O fato que acentua esta característica foi o debate televisivo com o candidato do PAIGC, Malam Bacai, chamando-o de fio e incompetente. Deixando a margem as questões centrais para o desenvolvimento do país.

⁷⁸ Ressaltamos que não é prática exclusiva da etnia Balanta lançar mão deste artifício para galgar algum proveito político. Outras organizações políticas também os utilizam em maior ou menor grau a exemplo da União Eleitoral os líderes são majoritariamente da religião muçulmana notadamente Fulas e Mandingas; Tatis Sá com simpatia dos Pepeis e Fernando Gomes os Manjacos. (Teixeira, 2010, p.34); (Rudebek, 1997p.17); (Nóbrega, 2003.p.69-70).

⁷⁹ Cf. Koudawo. Cabo-Verde - Guiné-Bissau. Da Democracia Revolucionária À Democracia Liberal. (2001, p. 207).

militares. Esses abusos podem ser percebidos em diferentes ambientes, traduzidos em confusão indiscriminada de papéis, ora executando funções que caberia à polícia civil, ora ir às finanças públicas a procura do dinheiro, ora emitindo pronunciamentos que caberia ao governo. Tudo isso respaldado no acordo tácito: o governo satisfaz a necessidade dos militares e por sua vez “garante” a governabilidade. Caso estes acordos comecem a ser desfocados incorre-se em golpe de Estado para procurarem o mesmo tipo de acordos com o novo governo. Esta prática nos parece pairar no imaginário dos políticos, que antes de tudo evitam confortar os militares para garantir a governabilidade, pois só isso justifica a maior fatia do orçamento do Estado nas mãos das Forças Armadas num país como a Guiné-Bissau, com debilidade gritante na área de saúde, educação infra-estrutura, energia etc. Por outro lado os governos agem de forma semelhante, através da personificação do Estado, ficando a autonomia das instâncias do Estado como algo “para inglês ver”, numa autêntica confusão entre o público e o privado.

A citada insubordinação acabou por levar à morte o próprio líder da extinta Junta Militar ao desafiar o Presidente, o chefe de Estado e as altas patentes das Forças Armadas. Tratava-se da promoção efetuada aos oficiais da classe castrense pelo Presidente da República, visto por ele como algo inaceitável, pois acarretava grande custo para o Estado, e resolveu retirar as patentes destes, seguida de insultos e detenções. A fuga destes resultou numa caça ao líder Ansumane Mané, culminando com a sua morte, cuja circunstância ainda está por esclarecer. Nesta ocasião, os oficiais militares, que antes cometiam atos inconstitucionais juntamente com o seu líder que eles próprios assassinaram, autodenominaram-se “Forças Armadas Republicanas em defesa da Legalidade”. Esta aparente mudança de posição evidencia claramente que o objetivo das Forças Armadas, pelo menos em Guiné-Bissau, não é assumir o poder e sim, ter um governo que os obedeça e satisfaça os seus interesses, sobretudo da sua elite.

O Presidente da república nomeia Veríssimo Correia Seabra, da etnia Pepel, estrategista militar e segundo homem da extinta Junta Militar para o cargo de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Em 14 de Setembro de 2003, o Presidente Yala foi deposto pelas chefias militares sob o comando do seu líder Veríssimo Seabra, desta vez um golpe silencioso, sem tiros e nem derramamento de sangue. A classe militar justificou o motivo do golpe pela inoperância do governo, corrupção, uso arbitrário do poder e a promoção de intrigas entre os grupos étnicos (TEIXEIRA, 2010, p.32). O autor ressalta ainda, por outro

lado, que os conseqüentes golpes de Estado e as disputas étnicas durante a democratização acabaram por dividir as Forças Armadas em três grupos étnicos que disputam o poder. Tem-se aqueles fiéis ao Brigadeiro Mané, na sua maioria oriunda da religião muçulmana, nomeadamente Mandigas e Biafadas; os de Veríssimo Seabra, da etnia Pepel e aqueles que depositam a sua fé no Presidente Koumba Yala, em sua grande maioria os militares da etnia Balanta. Aliás, se torna preocupante a participação maciça desta etnia no seio das Forças Armadas, cuja explicação remonta ao processo da luta pela independência nacional⁸⁰. Ressaltamos que esta constatação não objetiva despertar o conflito étnico na Guiné-Bissau, mas tão somente chamar a atenção sobre o significativo contingente populacional pertencente à etnia Balanta.

Com efeito, a partir da estruturação demográfica e espacial é “natural” que em determinadas situações-limite os grupos se organizem por afinidade étnica ou regional. Ruanda pode ser citado como um exemplo clássico na África, onde a maioria Hutus efetuou o genocídio de minoria Tutsis. Este fato nos leva a pensar sobre as dimensões que um conflito deste gênero pode acarretar na Guiné-Bissau, com uma estrutura assimétrica das Forças Armadas comandada por uma maioria étnica.

Voltando às vicissitudes da transição democrática, em 2004 o país vivenciou a terceira eleição legislativa, da qual Carlos Gomes Junior saiu vencedor para o cargo do Primeiro Ministro. O Presidente Henrique Rosa, empresário católico apoiado pela sua igreja com o consentimento das chefias militares, foi indicado para dirigir interinamente o país após a queda do Presidente Yalá (TEIXEIRA, 2010, p.33). Quando se pensava em finalmente cessar o derramamento de sangue, o país voltou a assistir em 06 de Outubro o assassinato do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Veríssimo Correia Seabra. O motivo de sua morte estaria ligado a um grupo dos militares descontentes recém-chegados do programa de paz da ONU, na Libéria, que lhe acusavam de corrupção e de promoção arbitrária nas Forças Armadas. Persistem vozes que apontam para uma situação de ajuste de contas das Forças

⁸⁰Esta etnia é tida como valente pela população, visto que teve uma participação em massa na luta de libertação nacional. Mas este discurso é questionável, pois não passa de *senso comum*. Primeiramente, antes de se classificar esta etnia como valente, ou os que mais contribuíram no processo de luta de libertação nacional, teria que se fazer um mapeamento do percentual das etnias no país e as zonas onde a luta foi travada com mais vigor. Este mapeamento daria conta de responder quais etnias habitam ou habitavam estas localidades. Ao que indica, é que os *balantas* são a maioria nas Forças Armadas por uma somatória de dois fatores principais: de um lado por ser uma maioria étnica e por outro a predominância da guerra na região sul da Guiné onde a maioria da população compõe esta etnia. Esta observação não pretende tratar como algo residual a horizontalidade da sociedade da dimensão cultural desta etnia, mais propensa a uma mobilização deste gênero se comparada à de tipo vertical (CABRAL, 1974).

Armadas, majoritariamente da etnia *balanta*, decorrente da deposição do Presidente Yalá, da mesma pertença étnica. Em seu lugar foi escolhido o Brigadeiro Tagme na Waié, tendo como coadjuvante Bubo Natchut, Capitão da Marinha Nacional, ambos da etnia Balanta (MONTEIRO apud TEIXEIRA, 2010, p. 33).

4.6 Os conflitos e o êxodo urbano

Os intensos bombardeamentos das partes em conflito provocaram a saída forçada dos habitantes da cidade para o interior, onde cada um levava consigo o que podia (colchões, trouxas, mantimentos, etc.). A capital ficou praticamente deserta. Durante o processo de fuga registram-se muitos feridos e mortos por bala perdida ou estilhaços das artilharias. As cidades do interior, que geralmente são conhecidas por serem pacatas, receberam abruptamente um contingente populacional nunca antes registrado. Esta nova realidade acarretou sérios problemas para as cidades. Pois muitas regiões, cidades e vilas não tinham estrutura para atender uma multidão esfomeada e sem dinheiro. Mas a solidariedade e a ajuda mútua, sobretudo das famílias do interior, muitas vezes vistas pelos que moram na capital como atrasados e pobres, foram de uma importância capital para a sobrevivência dos refugiados. Por outro lado, a boa vontade das famílias em ajudar não encontrava respaldo nas condições objetivas de oferecer regularmente o sustento. Com efeito, boa parte dos refugiados começava a passar fome, acarretando doenças e mortes. Esse fato levou alguns jovens a aderirem à junta militar por motivos de “sobrevivência”, preferindo correr o risco de morte por bala do que passar muita fome.

Aí entra o importante papel desenvolvido pelas ONG's nacionais e internacionais. Destacamos a SWISSAID - Fundação Suíça para a Cooperação e o Desenvolvimento, que deu total apoio à criação da Célula de ONG Nacional e Estrangeira para a Gestão da Crise na Guiné-Bissau (CECRON). De acordo com Koudawo (2003) a SWISSAD ajudou não apenas com materiais, mas também colocou fundos à disposição da CECRON, permitindo o desenvolvimento das suas atividades.

Constatou-se que Oio foi a região que recebeu a maior concentração dos refugiados, motivando a sua escolha para as primeiras assistências. Estima-se que a intervenção da SWISSAID registrou por volta de 90.000 refugiados, instalando-se em 280 tabancas (vilas) (KOUDAWO, 2003, p. 19-20).

Retomando a relação entre a capital e o interior, Mamudú Jao (2000, p.121) destaca que o conflito desencadeou uma intensa articulação entre ambos e que a relação de interdependência revela não somente aspectos positivos, mas também entraves. Este autor observou que, embora prevalecendo o espírito de solidariedade, o relacionamento entre os deslocados da guerra e a população do interior não anularam os casos de atritos, havendo casos em que a família do interior se recusava a receber os parentes vindos de Bissau sob a alegação de que após a volta para a cidade nunca mais se lembrariam deles. Esta atitude é entendida pela família interiorana como ato de ingratidão. Talvez o deslocamento forçado pelo conflito redefina a relação entre o campo e a cidade. Pois durante os difíceis períodos no interior, muitos cidadãos foram obrigados a experimentar a vida de camponeses que muitas famílias levam no interior.

Registra-se por outro lado que a cidade contava com um reduzido número de pessoas que persistiam em não abandoná-la por motivos vários (receio de saques, pessoas idosas, ou mesmo por não terem famílias aptas a acolhê-los). Estes geralmente se escondiam durante intensos bombardeamentos nas redes de esgotos, dentro de prédios e nas igrejas, de modo a diminuir a probabilidade de serem atingidos pelos artefatos da guerra. A experiência durante a guerra revelou que o “método” de se “refugiar na própria cidade se revela ingênuo”. A constatação dramática disso foi a queda de estilhaços da guerra em CIFAP – Centro de Formação Técnica da Igreja Católica provocando morte em massa das pessoas que ali se estavam abrigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever e analisar os elementos e lógicas que condicionaram os sucessivos golpes de Estado na Guiné-Bissau, evidenciamos uma complexidade de fatores que concorreram para a sua emergência. Alguns fatores apontam para elementos secularmente sedimentados na cultura do país e estes elementos devem ser compreendidos como sendo de natureza dinâmica, não remetendo nunca a uma unidade original e imutável. Demonstrou-se que, em virtude da presença e disputa entre diferentes grupos étnicos, constituíram-se inúmeras tensões, potencializadas no contexto de mobilizações culturais resultantes da luta pelo estabelecimento da hegemonia.

Outros fatores apontam para elementos relacionados ao sinuoso processo de formação do Estado nacional, que adquirem diferentes configurações e relevância a partir da vitória do movimento de libertação nacional e nos anos subseqüentes. Neste sentido, fatores sócio-econômicos, culturais, políticos e ideológicos internos associam-se a fatores da mesma ordem no plano internacional. Não se pode compreendê-los priorizando uma esfera em detrimento da outra ou postulando a primazia de uma esfera sobre as demais, pois as diferentes instâncias, em permanente processo de interação, constituem uma complexa articulação que leva ao fracasso toda tentativa de interpretação reducionista e mecânica. Acreditamos ter dado suficiente relevo aos diferentes planos da realidade que se cruzam, se imbricam ou se flexibilizam tanto a partir da estrutura e da análise macrossocial, como da conjuntura e da análise micrológica.

Ao lado de questões abrangentes, como a precariedade da situação sócio-econômica do país e de sua população etnicamente diferenciada, foram descritas e analisadas as dinâmicas culturais e as assimetrias que produzem efeitos deslocadores sobre as estratégias político-ideológicas e que colocam, portanto, os elementos conjunturais muito além de uma posição meramente reflexa, secundária ou residual. As diferentes culturas e as cosmovisões nelas inscritas explicitam distintos quadros de referência e valores que engendram complexas combinações, posicionando certos valores tradicionais como a honra, a virilidade e a masculinidade como valores fundantes de específicas ordenações do social, diante dos quais concepções modernas homogeneizadoras encontram fortes barreiras para a sua realização.

Ficou evidente que a mera transposição de uma concepção de Estado nacional plasmada no contexto europeu, de onde emergiu historicamente, bem como várias idéias

associadas a tal concepção, não podem encontrar respaldo numa sociedade civil fragilmente organizada, com baixa coesão social e fortemente segmentada, como a sociedade guineense. Questões subjetivas não foram aqui tratadas de modo antagônico às questões objetivas, mas compreendidas em sua força criadora de realidade. Na cultura estão sedimentadas predisposições psicológicas que não podem ser desprezadas. É o caso, por exemplo, do inconformismo patente de alguns setores da população guineense em relação ao projeto político cabralista de unificação da Guiné e Cabo-Verde, a partir do qual o “privilégio” da população caboverdiana para o exercício de funções de comando desencadeou forte resistência entre os guineenses.

Muitas das contradições e ambivalências da cultura adquiriram mesmo contornos “raciais” entre a elite cabo-verdiana (ocupando preponderantemente o comando político-administrativo) e os guineenses, cuja maioria populacional de cor negra ocupava fundamentalmente espaços subalternos, na base militar do partido. Este fator não pode ser visto como algo residual ao se tratar do assassinato do líder Amílcar Cabral e do golpe de 14 de Novembro. Esses acontecimentos devem ser percebidos como o ápice do nacionalismo guineense em relação à predominância da elite mestiça cabo-verdiana no comando do país. Demonstrou-se que esse golpe encontrou respaldo por parte da população guineense, que viu no golpe 14 de Novembro, liderado por um “puro” guineense, fundamentalmente a possibilidade de construção de uma nova ordem político-administrativa representativa dos interesses dos “filhos da terra”, que a partir de então poderiam passar a “ter vez” na história do país.

Entretanto, o governo de Vieira revelou que o problema não residia no papel desempenhado pelos atores de origem mestiça cabo-verdiana no comando do país. Pois o movimento golpista reproduziu em grande medida as lógicas do governo anterior, por ele mesmo condenadas, levando ao aprofundamento da militarização do governo, no interior do qual os combatentes da libertação nacional engajados no processo golpista ocuparam funções de comando na administração do país, ao mesmo tempo que muitos dos antigos companheiros de arma foram afastados e lançados à própria sorte. Permaneceu, portanto, a personificação do poder, o que não impediu que outras tentativas de golpe tenham sido atribuídas à etnia *balanta*.

Permaneceu latente, portanto, após o golpe, o modelo de dominação tradicional e carismático como lógica bloqueadora das transformações sociais modernizadoras, pesando

negativamente sobre o próprio processo de abertura política iniciada em 1991. Neste caso, tornou difícil a tarefa de separar a “indivisível” força armada nascida com o PAIGC, transformando-a numa entidade independente e apartidária, sem se imiscuir na vida política do país. Aliás, já salientamos que a difícil missão de manter o poder militar sob as rédeas do poder político remonta ao processo da luta pela independência. Mesmo com a liberalização política revigorava-se a incompleta separação das forças armadas do PAIGC e os partidos políticos não se mostraram capazes de frear a ingerência das forças armadas na vida política do país. Enxergavam no golpe de Junho de 1998 uma oportunidade para desbancar o PAIGC do poder. Guiados pelo discurso da Junta Militar em torno dos valores democráticos, os partidos políticos entenderam que após o conflito a Junta iria se recolher às casernas, como seria desejável, mas o que se verificou foi uma Junta disposta a coabitar com as instituições da República, assumindo o papel de supervisora.

Os três momentos oficiais dos golpes de Estado revelam a fragilidade dos dois movimentos pós-coloniais em criar alternativas governativas pautadas na complexa realidade no país. Portanto, a problemática dos conflitos político-militares com evidentes contornos étnicos estão atrelados às dinâmicas culturais seculares, ao colonialismo português, ao processo de construção do Estado nacional, ao autoritarismo do PAIGC, à personificação do poder, à transição inconclusa para a democracia e a uma herança da cultura de violência oriunda da luta anti-colonial. Com efeito, o Estado guineense se vê numa condição análoga a que o escritor moçambicano Mia Couto caracteriza como tripla condição restrita do continente africano: ser refém de num passado criado por outros, preso a um presente imposto pelo exterior e prisioneiro de metas das instituições econômicas internacionais.

Diante disso faz-se necessária uma releitura dos postulados eurocêntricos e o desenvolvimento de uma nova relação dos africanos para consigo mesmo e para com o mundo exterior, buscando-se desconstruir as armadilhas historicamente constituídas. Esse novo olhar pressupõe a instituição de pontos de intersecção, a partir dos quais os valores universais não esmaguem a cultura local, mas promovam uma convivência dialógica entre o local e o global, privilegiando-se os anseios dos sujeitos sociais inseridos nesses contextos a partir de uma perspectiva na qual os valores universais não se coloquem como uma camisa de força diante dos valores particulares.

Ao analisarmos os dois mais importantes golpes de Estado na Guiné-Bissau, notadamente o golpe de 1980 e o de 1998, percebemos quão são semelhantes foram as suas

causas: tanto no golpe de 1980, liderado por Presidente Vieira, assim como no do Brigadeiro Mané, observa-se que lançaram mão do último recurso: o golpe militar ao invés do diálogo.

Assim, sintetizamos a seguir, à guisa de conclusão, de forma separada, as duas causas imediatas desses golpes. No caso de 14 de Novembro, como referimos acima, o golpe foi a forma encontrada por Nino Vieira para provar a sua honra depois de perceber o seu encurralamento político por parte do Presidente Luís Cabral, que estaria com o projeto de extinguir o cargo de Primeiro Ministro, pasta que era ocupada por ele. Existia profundo sentimento de injustiça por parte dos ex-combatentes guineenses, que se viram “afrontados” com equiparação e/ou comandados pelos militares cabo-verdianos recém chegados da Europa ou do próprio Cabo-Verde. Na ótica dos ex-combatentes, estes não possuíam legitimidade ao nível de um combatente da luta pela independência para serem agraciados com tais patentes.

A insatisfação gerada por parte dos ex-combatentes guineenses liderados por Vieira custou-lhe ameaças por parte de Buscardini, chefe de segurança de Estado (DJALÓ, 2000, p.28). Com efeito, Vieira se via numa situação delicada, isto é, de não fazer nada e esperar o desenrolar do processo que poderia culminar com a sua morte ou não, ou colocar a sua honra à prova, antecipando o ataque iminente, aquele que em bom *crioulo* chama-se *djum-na djum-na* (quem for mais rápido). Nestes moldes efetuava-se o primeiro golpe militar após a independência.

De modo a garantir a legitimidade da sociedade, vendeu-se a falsa idéia dos reais motivos imediatos da guerra, escondendo-se sob um discurso cabralista, acusando o Presidente deposto de má administração do Estado, desvio dos ideais de Cabral, que o movimento teria como objetivo restabelecer os ideais do líder da independência e programar ajustes econômicos, políticos e sociais. A carência por toda parte, e uma polícia estatal repressora, não deixaram dúvidas de que a sociedade guineense estava diante de um “messias” que iria sarar todas as feridas do governo deposto⁸¹. Esquecendo-se que o próprio líder golpista era o primeiro ministro do governo que ele mesmo derrubou, não por motivo altruísta e sim pela salvaguarda do seu pescoço e de sua honra, para depois seguir a lógica semelhante de excesso de classe, apropriação indevida de bens públicos em detrimento da

⁸¹ Este episódio foi celebrado com um sabor revanchista, pois sinalizava a ruptura com a subalternização dos guineenses no aparelho de Estado. Pela primeira vez o país conhecia no topo da administração o seu “filho legítimo” uma vez que os outros eram taxados de *burmedjus* (mestiço) ou não *pretu nok* (legítimo preto).

sociedade. Após dezessete anos ininterruptos no poder, 7 de junho de 1998 anunciava um novo golpe de Estado.

O movimento de 7 de junho de 1998 foi liderado por Brigadeiro Mané, que tinha como objetivo inicial ou causa imediata acerto de contas com o Presidente da República. O segundo se sentiu injustiçado por parte do Presidente da República ao ser demitido, acusado de ser mentor de tráfico de armas para o MFDC, como referimos acima. A decisão do Presidente em demitir o Brigadeiro pode estar relacionada à necessidade de dar satisfação ao governo Senegalês e Francês⁸². Pois com adesão da Guiné-Bissau, a zona franca tendo Senegal como um dos aliados essenciais, não acataria de bom grado a idéia de que o Presidente fosse interpretado como cúmplice do episódio. Para demonstrar a sua inocência no ocorrido e uma punição exemplar, resolveu demitir levianamente o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Esta demissão aconteceu num clima de muita instabilidade política, aliás, a sua exoneração aconteceu às vésperas da sessão parlamentar onde a comissão criada pronunciaria o seu veredicto a respeito (KOUDAWO, 2001, p.143). De modo a salvaguardar a sua honra, o Brigadeiro Mané protagoniza um golpe de Estado com o propósito inicial de realizar ajuste de contas ou em defesa de sua honra. Durante a entrevista do protagonista do golpe à rádio *bombolom*, transcrita em forma de apêndice, Kosta (2007, p.804) observa que:

No tangente ao levantamento militar de 7 de junho, tudo se resume a uma questão de *djumna – djumna*⁸³. Ele estava a preparar o seu plano e NINO estava o dele. Ele havia preparado os seus homens para (ele tinha oportunidade de) assassinar NINO no comício da Chapa⁸⁴. Tal só não aconteceu porque ele mandara cancelar operação dado que o atentado na Chapa provocaria muitas mortes, etc., etc. Adiou então para o dia seguinte, já que o NINO ia viajar (boa oportunidade para executar o plano).

A fala acima pode ser considerada o retrato fiel da causa imediata do golpe de 1998: uma briga pessoal e /ou a defesa da honra motivada pela insatisfação da sua demissão sem justa causa⁸⁵, que ganhou rapidamente um reconhecimento e o aval da sociedade, motivada, sobretudo pela vinda dos militares estrangeiros em apoio ao presidente Vieira, aliada à baixa popularidade do Chefe, respaldada na frágil situação econômica política e social que o país atravessa desde a independência, cuja proposta real para a transformação daquela realidade

⁸² Cf. Zeverino. O Conflito Político Militar na Guiné-Bissau. 1998-1999. (s.d, p.81).

⁸³ Em português significa quem for mais rápido.

⁸⁴ Um espaço estratégico no centro da cidade de Bissau, onde os políticos geralmente fazem comícios.

⁸⁵ As opções pelo assassinato do Presidente, além de revelar uma cultura de violência, coloca igualmente em xeque, a funcionalidade da justiça, ou seja, a certeza da impunidade ou da injustiça leve as pessoas a optar por uma “justiça” a maneira.

era até então vista como uma miragem. O estado de incerteza era tamanho, que a violência restou como a “única” alternativa.

Era comum escutar-se em diferentes espaços do convívio social guineense as seguintes expressões: *nô tem ku fuguia n'hutru ninci um dia pa rispitu pudi tem* (temos que fazer a guerra ainda que seja por um dia para conquistarmos o respeito mútuo). Com efeito, o levantamento de 7 de junho caiu como uma luva na sociedade guineense, como possibilidade real de conquistar o tão sonhado respeito mútuo⁸⁶. Ao perceber a possibilidade de explorar a fragilidade política do Presidente, somada à realidade sócio-econômica e política desfavorável, a cúpula intelectual da Junta Militar (Comando Supremo), viu-se numa condição favorável para reverter o discurso preliminar e pautar como sendo causas reais do conflito o desvio histórico dos ideais de Cabral, o não reconhecimento dos ex-combatentes, o autoritarismo, a má administração e, sobretudo a reposição da Justiça com “J” maiúsculo.

Com efeito, esse discurso era também utilizado pelo Presidente Vieira quando do golpe de 14 de Novembro. Ao observarmos de forma retrospectiva e atenta os dois momentos históricos parece-nos que estamos diante da mesma forma e conteúdo, diferindo tão somente o contexto histórico e a gravidade das proporções, uma vez que o último golpe desembocou numa guerra civil com repercussões alarmantes para os atores envolvidos diretamente e para a sociedade em geral.

Os golpes militares e a insubordinação dos mesmos ao poder civil não deve ser somente entendido como um problema dos militares que se apossaram das armas fazendo o poder do político e da sociedade seus reféns. Seria mais sensato questionarmos sob quais bases assentam os reiterados golpes de estados, matanças e prisões arbitrárias. Será que não existe um nível razoável de aceitabilidade da própria sociedade em relação a tais práticas? Talvez possamos encontrar pistas para responder a tais perguntas no cotidiano da própria sociedade guineense. Pois as praticas rotineiras dos sujeitos sociais (os guineenses) são indelevelmente marcadas pela violência, pela falta de respeito à alteridade, de dialogo e de uma constante demonstração de *matchundadi* (virilidade). Quase toda e qualquer discussão tende a ser silenciada e substituída pela agressão física. Aliás, existe um entendimento sobreposto que (homem que é homem não conversa, e sim, briga). O exemplo característico deste flagrante é geralmente percebido quando duas pessoas travam uma contenda, mesmo

⁸⁶ Acreditamos que o respeito mútuo aqui reivindicado está relacionado à igualdade de oportunidade e a gestão responsável do aparelho público.

trivial é comum escutar *nó cabal assim pabia nó pudi miti n'hutru pé na cadera* (vamos acabar com esta discussão, porque se não iremos partir para a agressão física). Existem inúmeros exemplos característicos de violência física em diferentes setores da sociedade guineense, tanto na cidade como nas zonas interioranas. As disputas por terrenos, roubos de gados, acusação por feitiçaria, divergências familiares, etc., acabam sempre em pancadaria e em vários casos leva ao óbito.

Diante desta realidade, acreditamos que o país vivencia uma cultura de violência talvez anterior à chegada dos europeus, provavelmente aprofundada durante o processo da luta pela libertação nacional. Deste modo, não há como dissociar o processo de luta com o ideal de *matchundadi*, da valentia, daquele que não aceita, enfim, daquele que luta sem trégua para conseguir aquilo que quer até o final e que paira no imaginário popular guineense. Entretanto, dentre os diferentes nichos de violência, sem dúvida a classe castrense chama atenção, pois lida com armamentos e as suas ações são fortemente desestabilizadoras a ponto de serem sentidas com mais intensidade e preocupação. Esses fatores não inviabilizam o reconhecimento de que os golpes militares estejam relacionados com a transição incompleta do processo de liberalização democrática perpassada por sinuosidades e assimetrias étnicas. Não inviabiliza também o reconhecimento da inexistência de uma nítida separação dos militares, que eram o braço armado e político do PAIGC, de sua ingerência na vida política republicana após a abertura política.

Sobre as causas do conflito de Junho, Koudawo (2001, p. 141-142) destaca os aspectos “periféricos” de suma importância para a compreensão do citado golpe. Dentre eles destacou a questão mal resolvida da desmobilização dos ex-combatentes da luta de libertação; a crescente discrepância entre os antigos combatentes privilegiados nos círculos do poder e a grande maioria excluída, vivendo nas piores condições, abandonada pelos próprios companheiros de luta; a incompleta despartidarização das Forças Armadas com o PAIGC; a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto de suas antigas ligações institucionais nas Forças Armadas nacionais; a difícil adaptação do partido da independência ao novo contexto pluralista no qual ao mesmo tempo as oposições externas devem fazer face às oposições internas e que dão origem a conflitos mal geridos e cada vez mais agudos; os obstáculos ao surgimento a um verdadeiro estado de direito com poder despersonificado, assim como os entraves à funcionalidade das instituições nos estritos limites de suas competências; a persistência da má governação, com profundas deficiências de

administração do Estado, aliada a uma ineficiência crônica na utilização dos recursos e à não clareza na gestão dos bens públicos, etc.

Estas observações são de suma importância para a compreensão deste processo, na medida em que trazem à tona todo um panorama da complexidade e da multiplicidade de fatores cruciais para o desencadeamento de formas violentas de solução de conflitos na Guiné-Bissau. Mas se observamos de forma atenta perceberemos que tais alegações incorrem em limitações ao apontar estes elementos como causas exclusivas do conflito. Pois acreditamos que estes fatores estariam mais ligados à adesão em massa dos ex-combatentes e da sociedade de modo geral à Junta Militar do que são capazes de se colocarem como causas dos conflitos. Analisando o apoio quase que absoluto da população à Junta Militar à luz da realidade econômica social e política calcada no centralismo presidencial, Cardoso (2000, p.102) observa que a legalidade formal foi relegada ao segundo plano, levando à transformação da legalidade democrática em legitimidade democrática. Aliás, tal discurso já era sonante nas vozes dos representantes ilustres da Junta Militar (Silvestre Alves e Francisco Fadul).

Ao voltarmos à análise de Koudawo sobre a marginalização dos antigos combatentes como uma das causas explicativas dos conflitos, não encontramos respaldo empírico, visto que o protagonista da insurreição fazia parte da elite militar governante, ocupando inclusive o mais alto posto da hierarquia militar. Aliás, tal observação encontraria uma base sólida se o golpe tivesse sido efetuado pelos combatentes excluídos e/ou marginalizados pelo governo do Presidente Viera. Entretanto, os reiterados golpes nada mais são do que a ponta de um *iceberg* que denuncia a existência de um termômetro saturado de tensões sociais e culturais na sociedade guineense.

Talvez os ensinamentos que os dois períodos do conflito podem oferecer estejam ligados ao enorme hiato entre o discurso e a prática dos seus protagonistas. Pois as bandeiras levantadas para justificar tanto o golpe de 1980 como o de 1998 serviram tão somente como passaporte para garantir legitimidade aos seus protagonistas. Evidencia-se que o movimento reajustador de 14 de novembro de 1980 não conseguiu melhorar a frágil situação econômica do país. Ao contrário, aprofundaram-se ainda mais as desigualdades, revelando as dificuldades destes atores em implementar as idéias do líder da independência tal como anunciadas após o golpe. Aprofundaram ainda mais o distanciamento das suas idéias ao

provocarem o fim do projeto político de unificação da Guiné e Cabo-Verde. Isso se evidencia materialmente nas contradições e na discriminação a que os cabo-verdianos são submetidos.

O conflito armado de 7 de junho, por sua vez, apresentou-nos as seguintes situações: redefiniu sobretudo a ordem política e militar do país na medida em que a Junta Militar (vencedora da guerra) assume as rédeas do poder militar, reproduzindo as lógicas dos seus antecessores, isto é, marginalizando e perseguindo os militares que estavam ao lado do Presidente durante o conflito. Até mesmo boa parte dos soldados da Junta Militar não teve uma integração ou desmobilização condigna a ponto de permanecerem nas situações similares do período anterior ao conflito. Do ponto de vista político, vai se registrar a chegada do PRS ao poder em decorrência, sobretudo, da queda do presidente Viera (do PAIGC), partido no poder desde a independência até o eclodir do golpe. No âmbito econômico vai se registrar um colapso da economia do país. Esta constatação levou Djaló (2000, p.34) a afirmar que “se antes da guerra os guineenses já eram pobres, hoje todos vivem na miséria e sem perspectivas de saídas a curto prazo”.

Em nível sub-regional e internacional percebeu-se movimentações pró e contra em relação as partes em conflito, ancoradas sobre duas ex-potências colonizadoras (Portugal e França). Tais disputas implícitas reavivam a nossa memória sobre os objetivos da conferência de Berlim e a falsa independência dos países africanos assente em uma política neoliberal dependente. No aspecto cultural talvez o maior prejuízo da guerra tenha sido a destruição quase que total da memória coletiva da Guiné-Bissau. Durante a guerra, os militares senegaleses instalaram uma das suas bases no Instituto Nacional de Estudos e pesquisa – INEP. Esse aspecto sombrio denuncia o desinteresse pela cultura. Com efeito, Trajano Filho (2002, p.147) diz que

A biblioteca do INEP, embrião da Biblioteca Nacional, a maior do país para o estudo da costa ocidental africana, foi destruída por uma única bomba, que a destelhou completamente. As chuvas torrenciais de julho e agosto completaram o serviço. Uma boa parte do acervo de 70.000 livros e periódicos (cerca de 10.000 de Ciências Sociais) estava a boiar, irremediavelmente perdida no lago de lama em que a biblioteca se transformara. [...] a ação dos militares estrangeiros mais uma vez atuou para apagar e fragmentar a memória coletiva e separá-lo do corpo social, para assim melhor dominar.

Entretanto, as mesmas tropas estrangeiras eram postas para vigiar os bancos da capital, constituindo uma flagrante desvalorização da cultura e a destruição da memória coletiva nacional penosamente construída. Provavelmente, a lição que se possa advir dos dois golpes

de Estado legitimados pela sociedade é que não existem lições e sim ambições travestidas de um ideal igualitário ancorado nos ideais do líder histórico do PAIGC. O tempo se encarregou de denunciar que tanto o “Movimento Reajustador” de 14 de Novembro assim como o “J maiúsculo” da Junta Militar, constituem-se em muleta para alcançar o poder e aprofundar a desigualdade. O maior perdedor em todo esse processo sem dúvida é a população guineense, que via nos golpes a possibilidade de transformação da realidade. No entanto, as experiências podem contribuir para a reflexão e até mesmo provocar o desencadeamento de um ceticismo crítico em relação a eventos do gênero. Podem também contribuir para a busca de alternativas de controle democrático desprovido do uso da violência, sem precisar legitimar a ilegalidade e, sim, potencializando a fiscalização da legalidade.

REFERÊNCIAS

- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 11-31. 2001.
- AUGEL, Jonnes. A etnicidade de cada um. In: _____. CARDOSO Carlos (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau, 1996. (Kacu Martel, v. 10).
- _____. **Conflito e mudança social**. In: _____. CARDOSO Carlos (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. (Kacu Martel, v. 10).
- AUGEL Jonnes; MEYNS Piter. Processos de transição na África Lusófona. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**. Bissau, n. 3 jul. 2002.
- AUGUEL, Moema Parente. **Desafios de ensino superior na África e no Brasil**: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. Disponível em: <<http://www.didinho.org>>. Acesso em: 2 jul. 2010.
- _____. **O Desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BARTH, Fredrik. **A teoria da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1988.
- BOAS, Franz. Antropologia cultural: In: CASTRO, Celso. **Textos selecionados, apresentação e tradução**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **A construção da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- CALDEIRA, Alfredo et al. (Org.). **Documentos Amilcar Cabral**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2000.
- CARDOSO, Carlos. Compreendendo a crise de 7 de junho na Guiné-Bissau. **Soronda: Revista de Estudo Guineense**. Bissau, p.87-104, jun. 2000. Número Especial.
- _____. Estado e Nação: para uma releitura da construção nacional na Guiné-Bissau. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADE DA PRAIA, 1996, Cabo Verde. **Que Estados que Nações em Construção nos Cinco?**: Actas. Praia: Fundação Almicar Cabral, 1998. p. 87-102.
- _____. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Africanos – ISCTE – IUL, Lisboa-Portugal. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt>> Acesso em: 20 ago. 2010.

CARDOSO, Carlos. Guiné-Bissau: um país de tribalistas? In: AUGEL, Johannes; _____. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. p.163-166. (Kacu Martel, v.10).

_____. Guineenses contra guineenses: para um debate sobre a(s) identidades(s) na Guiné-Bissau. In: AUGEL, Johannes; _____. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. p.167-173. (Kacu Martel, v. 10).

_____. Haverá lugar para as ciências sociais na Guiné-Bissau? **TCHOLONA**: Revista de Letras e Cultura, Bissau, n. 2-3, p.26-29, out. 1994.

_____. As surpresas das primeira eleições multipartidárias. In: AUGEL, Johannes; _____. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. p.53-57. (Kacu Martel, v. 10).

_____. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: AUGEL, Johannes; _____. (Org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. (Kacu Martel, v. 10).

_____; RIBEIRO, Carlos Rui. Considerações sobre as estruturas sócio-econômicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, n.3, p.5-19, jan. 1987.

CHABAL, Patrick. A Transição democrática em África: problemas e perspectivas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADE DA PRAIA, 1996, Cabo Verde. **Que Estados que Nações em Construção nos Cinco?**: Actas. Praia: Fundação Almícar Cabral, 1998. p. 143- 157.

COUTO, Mia. **Um retrato sem moldura**. Disponível em: <<http://www.didiho.org>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

DJALÓ, Tchernó. Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, p. 25-34, jun. 2000. Número Especial.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**, São Paulo: M. Fontes, 1999.

ELIAS, Norbet. **O processo civilizador**: uma história de costumes. Tradução de Ruy Jungmann, revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 2.

ENBALO, Filomena. **Breve resenha sobre a literatura na Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://www.didiho.org>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

FANON, Frantz . **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFMG, 2005.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 1989.

_____. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

HAGUETTE, T. M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HUNTINGTIN, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

JAO, Mamudu. Poderes tradicionais no período da transição. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996. p. 121-133.

ALVARO JÚNIOR, G. et al. **Caminhos para a democracia em África**. [S.l.]: Ed. Freitas Brito, 1998.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Lisboa: Ates Gráficas, 1987.

KÁ, Fernando. [Assuntos diversos]. **Jornal Nô Pintcha**, 3 jul.2004

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra II**. Paris: Librairie A. Hatier, 1972.

KOSTA, Kafft Emílio. **Estado de direito: o paradigma zero: entre lipoaspiração e dispensabilidade**. Coimbra: Almedina, 2007.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal**. Bissau: INEP; Nova Gráfica, 2001 (Kacu Martel, v. 14).

_____. A guerra desenhada. **Soronda: Revista de Estudo Guineense**. Bissau, p. 1285-1298. Número Especial.

_____. La guerre des mandjua: crise de gouvernance et implosion d'un modele de résorptin de crises. **Soronda: Revista de Estudo Guineense**. Bissau, p. 153-174, jun. 2000. Número Especial.

_____. Parceiros em tempos de guerra: a experiência de swissaid durante o conflito político militar de 1998-1999. Bissau: Novagráfica, 2003.

_____. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: _____; MENDY, Peter (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP; Nova Gráfica, 1996. p. 67-120.

_____; MENDY, Peter (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP; Nova Gráfica, 1996.

LOPES, Carlos. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau**. Bissau: Edições E. S. 1988. (Editorial Economia e Socialismo, CRL).

_____. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Lisboa: Ates Gráficas, 1987.

MANÉ, Fodé Abulai. O Conflito político-militar de 7 de junho de 1998: a crise da legitimação. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, p.67-85, jun. 2000. Número Especial.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Paulina. O papel das instituições costumeiras e estatais na resolução de conflitos na região de Cacheu: caso de Manjacos. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, p.287-306, dez. 2008. Número Especial.

MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali ; _____. (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996. p. 11-65.

MONTEIRO, Huco; MARTINS, Geraldo. Os efeitos do programa de ajustamento estrutural no setor da educação. In: MONTEIRO, Isac (Coord.). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996. p. 117-202.

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas, 2003.

_____. Desejo de “Cambança”: o processo eleitoral de 1999. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, n. 6, p.7-81, jul. 2003.

RUDEBECK, Lars. “**Buscar a felicidade**”: democratização na Guiné-Bissau. Bissau: Novagráfica: INEP, 1997. (Coleção Lala Kema).

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, E. C. L. António. Cabo-Verde: do Estado-Providência (sem contribuintes) ao liberalismo sem empresários. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADE DA PRAIA, 1996, Cabo Verde. **Que Estados que Nações em Construção nos Cinco?**: Actas. Praia: Fundação Almicar Cabral, 1998. p. 225-240.

SOARES DO BEM, Arim. Brüche und kontinuieräten im politisch-institutionellen leben brasiliens: vergangene und gegenwärtige dilemma der demokratie. In: DE LA FONTAINE, D.; STEHNKEN, T. (Hrsg.). **Das politische system brasiliens**. Wiesbaden: VS Verlag, 2011 (no prelo).

_____. **A dialética do turismo sexual**. Campinas: Papyrus, 2005.

_____. Dominação da subjetividade e repressão à religiosidade africana: uma práxis transatlântica secular. In: CAVALTANTI, Bruno Cesar et al. (Org.). **Kulé-Kulé** : religiões afro-brasileiras. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 69-85.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson. Soronda e a produção intelectual no INEP. **Soronda**: Revista de Estudo Guineense. Bissau, n. 5, dez. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.